

Marxismo Vivo

Revista de Teoria e Política Internacional - Nº 20 - Ano 2009



O IMPERIALISMO DIANTE DA CRISE ECONÔMICA MUNDIAL

90 ANOS DA III INTERNACIONAL E DO
ASSASSINATO DE ROSA LUXEMBURGO



Marxismo Vivo

Revista de teoria e política internacional

Nº 20 - 2009

Expediente

Marxismo Vivo é uma revista do Instituto

José Luís e Rosa Sundermann

CGC 73282.907/0001-64

Atividade principal 61.81.

Rua dos Caciques, 265 Saúde

São Paulo – SP

Tel (11) 5581-5776

Impressão

Bartira Gráfica e Editora SA

Jornalista responsável

Maria Cecília Garcia

MTb 12.471

Editor

José Welmowicki

Capa

Martín Garcia

Diagramação

Ana Clara Ferrari

Tradução e revisão

Cecília Toledo

Irinéia Vieira

João Galvão

Lena Souza

Marcos Margarido

Raimundo Alves

Conselho Editorial

Alejandro Iturbe

Bernardo Cerdeira

Cecília Toledo

José Welmowicki

Marcos Margarido

Martín Hernández

Marxismo Vivo – Revista de
teoria e política internacional
São Paulo – Brasil – Instituto
José Luís e Rosa Sundermann
ISSN 1806-1591

2000, nº 1, julho/setembro

2001, nº 2, outubro/janeiro

2001, nº 3, maio

2001, nº 4, dezembro

2002, nº 5, abril

2002, nº 6, novembro

2003, nº 7, novembro

2004, nº 8, março

2004, nº 9, julho

2004, nº 10, novembro

2005, nº 11, junho

2005, nº 12, dezembro

2006, nº 13, maio

2006, nº 14, outubro

2007, Edição especial – fevereiro

2007, nº 15, julho

2007, nº 16, dezembro

2008, nº 17, maio

2008, nº 18, julho

2008, nº 19, novembro

2009, nº 20, abril

www.litci.org

Marxismo Vivo é uma revista de
elaboração teórico-programática.
Por isso, publica artigos de polê-
mica, que expressam diferentes
posições políticas. O conteúdo
dos artigos é de inteira responsa-
bilidade dos respectivos autores.
A ilustração é do pintor Goya.

Apresentação	4
Ano 2009	
Barack Obama, um presidente para resolver a crise a favor do imperialismo Alejandro Pereira e Guadalupe.....	6
Dossiê sobre a crise econômica	
O imperialismo diante da crise	
José Welmowicki.....	18
O sistema financeiro mundial e sua crise	
Alejandro Iturbe.....	30
A especulação parasitária e a crise de 1929	
Alejandro Iturbe.....	41
O significado histórico da crise de 29	
João Henrique Galvão.....	44
A Europa e a crise econômica mundial	
Felipe Alegria.....	52
China: a fábrica do mundo fecha suas portas	
Marcos Margarido.....	67
Clássicos do Marxismo	
O movimento operário diante da crise. Discussões com Trotsky Cecília Toledo.....	77
Pontos de Vista	
Carta à direção da LIT	
Daniel Brodski.....	88
Carta à direção do POI	
Martin Hernández.....	100
Isto é História	
A 90 anos de sua fundação: a atualidade da III Internacional Alicia Sagra.....	111
A revolução alemã e o assassinato de Rosa Luxemburgo Ruggero Mantovani.....	118
Cultura	
Contra o complô do silêncio, a voz dos poetas palestinos Cecília Toledo.....	125

Apresentação



Nos últimos 20 anos, o capitalismo imperialista cantou vitória, aproveitando-se da restauração do capitalismo nos antigos Estados operários burocráticos e declarou que “o socialismo havia morrido”. Mas uma crise desta magnitude coloca em questão todas as ideologias elevadas a “verdades incontestáveis” nos últimos vinte anos e abre uma oportunidade imensa para o questionamento de um sistema que só garante a riqueza de uma ínfima minoria às custas da imensa maioria e ameaça a própria sobrevivência de toda a humanidade e apontar a perspectiva do socialismo mundial.

Os marxistas revolucionários necessitam analisar a gravidade e as características da crise e estudar as saídas que o imperialismo tenta armar. Na última edição de nossa revista dizíamos que, no futuro, muitas de suas páginas seriam dedicadas ao tema. É o caso desta edição, que traz um dossiê sobre a crise. Esses estudos analisam o caráter da crise, a origem e o papel do capital financeiro, a história da crise de 29, o papel da China, a situação da União Européia e a política do imperialismo para fazer frente a ela.

É importante ter claro que, por mais profunda que seja, não existe crise final do capitalismo por um processo econômico. O imperialismo continua dominando o mundo e vai descarregar a crise sobre as costas da classe operária em forma implacável. Se esta não intervier com sua força revolucionária, o imperialismo nos empurrará cada vez mais para a barbárie. E poderá retomar seu equilíbrio por mais um tempo, num cenário de ainda maior fome, miséria e desigualdade.

Quando eclodiu a Primeira Guerra Mundial, Lênin se dedicou a duas tarefas. Uma foi elaborar uma análise marxista e um programa para a nova configuração do capitalismo que ele caracterizou como seu “estágio supe-

rior”, sua fase de decomposição, o Imperialismo. A outra grande tarefa a que se dedicou Lênin desde 1914 foi a construção de uma nova Internacional revolucionária depois da traição da Segunda Internacional. A tarefa dessa nova Internacional seria derrotar o imperialismo, orientar a tomada revolucionária do poder pela classe operária e construir o socialismo mundial. Depois de declarar a “falência da II Internacional” em 1915, e ainda antes da tomada do poder na Rússia em 17, Lênin dedicou esforços concentrados para fundar essa alternativa revolucionária, a Internacional Comunista. Por isso, dedicou a essa proposta um trecho importante das Teses de abril que orientaram o Partido Bolchevique em direção à revolução socialista na Rússia.

Nesse momento de crise mundial do capitalismo imperialista a necessidade da direção revolucionária aparece com toda a força e podemos nos inspirar nesse critério de Lênin e na luta de Rosa Luxemburgo, expoente da esquerda revolucionária da II Internacional que deu origem à III Internacional. Em 2009 cumprem-se os 90 anos da fundação da Internacional Comunista e do assassinato de Rosa a mando do governo social-democrata. Nesse número publicamos estudos sobre esse primeiro partido mundial da revolução socialista, experiência que dá toda uma perspectiva àqueles que lutam por uma saída frente à crise colossal do capitalismo e a barbárie que nos ameaça a cada dia. A luta pela reconstrução da IV Internacional hoje é a continuidade da longa batalha por uma direção revolucionária mundial, que a III Internacional materializou em seus primeiros anos.



Um presidente para resolver a crise a favor do imperialismo

ALEJANDRO PEREIRA E GUADALUPE MONTENEGRO
PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES (PST), COLÔMBIA

Barack Obama assumiu a presidência dos Estados Unidos criando a expectativa, dentro e fora do país, de que faria as mudanças necessárias para resolver a crise da economia mundial, alcançar a paz no Oriente Médio e melhorar as condições de vida dos trabalhadores imigrantes e dos povos dos países pobres. Certamente Obama acaba de tomar posse, mas a equipe de governo que nomeou, os assessores que o rodeiam e as primeiras medidas que tomou, nacional e internacionalmente, trazem elementos suficientes para tirar as primeiras conclusões sobre para quem irá governar, se realmente haverá mudanças de fundo com seu governo e se as condições dos pobres e oprimidos dos Estados Unidos e do restante do mundo irão realmente melhorar.

Tradução:
Cecília Toledo

A burguesia imperialista norte-americana era consciente de quem deveria eleger para conduzir os destinos da maior potência do mundo, em meio à recessão econômica mais aguda desde 1929. Escolheram o comandante-em-chefe para enfrentar a atual situação mundial de crise que, se não for resolvida, poderá provocar enormes comoções sociais e, inclusive, revoluções. O novo comandante da contra-revolução mundial tem uma única missão: velar pelos interesses econômicos, políticos e militares da burguesia imperialista, sobretudo a norte-americana. As diferenças entre democratas e republicanos nos EUA originam-se nos interesses dos setores econômicos que representam, em sua base social de apoio político e nos métodos que utilizam para governar. Mas em meio à crise, isso é secundário. Por isso, entraram em acordo para governar com um ministério bipartidário, que aplique planos de continuidade com aqueles do governo anterior. Em toda

grande crise, a burguesia imperialista norte-americana tende a unificar-se para salvaguardar seus interesses como classe social e o sistema capitalista de conjunto e, quanto mais crítica for a situação nacional e mundial, mais férrea tenderá a ser essa unidade. A partir daí define suas prioridades de intervenção econômica, militar e política, tanto interna como externa. Essa é a explicação do caráter bipartidário e de continuidade do ministério e dos planos, programas e definições de intervenção iniciais do novo presidente.

Em segundo lugar, define uma política de alianças e acordos internacionais que preserve e favoreça os interesses da burguesia americana e, ao mesmo tempo, do restante da burguesia imperialista, tratada como um aliado absolutamente necessário, mas incômodo, à medida que é seu principal concorrente na luta pelo saque internacional da mais-valia e dos recursos naturais. Essa política fica clara mediante a ordem com que ocorreram as reuniões internacionais do conjunto da grande burguesia imperialista mundial, as primeiras viagens dos principais funcionários do governo Obama e suas declarações de colaboração e de exigência de compromissos aos mandatários dos demais países imperialistas da Europa e da Ásia.

Em terceiro lugar, define as regiões prioritárias de países semicoloniais para garantir o funcionamento do esquema mundial da produção capitalista e da exploração do conjunto da classe operária e das massas. Determina as prioridades de intervenção política e militar por seu grau de importância no funcionamento do conjunto do sistema, pela posse, em cada momento, de tal ou qual recurso natural, de tal ou qual matéria prima, e da situação política de cada região para evitar perder o controle e colocar em risco a estabilidade do sistema geral de exploração e opressão. Por isso, as definições iniciais em relação ao Iraque e ao Afeganistão em matéria militar, à China, México, Índia e Brasil em matéria econômica e, por exemplo, à Colômbia em matéria política. E, por isso também, as mudanças políticas e militares em relação aos problemas que apareciam como prioritários para a administração anterior como Irã, Coreia do Norte e Cuba. Para o imperialismo, todas as regiões de países semicoloniais são importantes para o funcionamento geral do controle mundial do mercado e da exploração mas, conjunturalmente, ora um, ora outro, passam a ser fundamentais para o sistema de conjunto.

Por isso, dependendo do caráter dos problemas pelos quais passa o sistema geral de exploração, elegem um ou outro comandante-em-chefe. Essas decisões estão, evidentemente, determinadas pelo estado geral da luta de classes interna e mundialmente, mas os republicanos poderiam perfeitamente ter vencido as eleições, e teríamos, em geral, um esquema bastante similar de tratamento dos diferentes problemas nacionais e internacionais. Um exemplo disso é o plano de Obama em relação à retirada das tropas do Iraque: é mais parecido ao que foi proposto por Bush do que aquele apresentado por ele próprio na campanha eleitoral. Suas declarações sobre o conflito entre o Estado sionista e a Palestina não se diferenciam, no fundo, em nada da política impulsionada por Bush nos oito anos anteriores. Obama também se esquece da Declaração Universal dos Direitos Humanos na hora de começar a discutir com o governo Uribe, considerado pelos burgueses norte-americanos um de seus aliados mais firmes na América do Sul. Iguualmente o vimos nos

primeiros dias de governo mandando mensagens subliminares a Chávez bastante parecidas às de Bush em sua época. E, finalmente, apesar da cor e da origem do presidente, por ora a África não parece importar-lhe um tostão.

Que o imperialismo americano considera importante todos e cada um dos países semicoloniais do planeta é confirmado pelo fato de que não se incomoda em manter neles suntuosas embaixadas, em pagar agentes de inteligência especializados que o mantém diariamente informado sobre tudo o que acontece. Os orçamentos da CIA, ANS e DEA combinados são superiores aos orçamentos individuais de 60% ou 70% dos países. Isso sem mencionar o orçamento do FBI, que cuida mais da segurança interna e pessoal do presidente. Mas justamente esse nível de informação global e cotidiano é o que lhe permite definir as prioridades no momento de defender os interesses estratégicos dos EUA.

Partimos, então, do fato de que a política internacional do imperialismo é bipartidária e responde aos interesses da burguesia americana como uma totalidade.

A herança de Clinton e Bush

O último presidente democrata, Bill Clinton, assumiu em 1993 e governou até 2001. A situação mundial aberta com a queda dos Estados operários, especialmente a URSS, no início dos anos 90, deu à burguesia imperialista condições políticas e econômicas excepcionais para aplicar a fundo os planos com os quais liquidou as conquistas da classe operária mundial. E o comandante-em-chefe ideal para isso era Clinton. Um presidente “democrata”, aberto ao diálogo com a burocracia stalinista e com os novos capitalistas russos, era o personagem ideal para concluir o plano de despojar os operários russos de suas conquistas materiais e sociais. Um *cowboy* republicano não teria feito melhor. Em seu governo, os EUA alcançaram um importante crescimento econômico, cuja base foi a aplicação dos planos neoliberais com o desmonte do chamado “estado de bem-estar” nos países semicoloniais, o saque dos recursos naturais, a destruição das conquistas da classe operária, a transferência do capital das empresas estatais e de serviços públicos para as transnacionais imperialistas com sua privatização, a concorrência desigual no comércio internacional e a expropriação da riqueza socializada dos Estados operários, com a conseqüente exploração de sua população, altamente qualificada. Mas o terreno para a aplicação desses planos já havia sido preparado pelos governos republicanos de Reagan e Bush pai, com sua ofensiva militar, política e ideológica, cujo triunfo, simbolicamente, expressou-se na queda do Muro de Berlim.

Clinton deixou a George Bush um superávit fiscal de 651 bilhões de dólares, uma balança comercial favorável, uma hegemonia norte-americana inquestionável em todos os terrenos e a concorrência da extinta União Soviética liquidada.

A recessão da economia em 2000 impôs à burguesia norte-americana a necessidade de apoderar-se das reservas de petróleo do Oriente Médio e não é, portanto, casual que Clinton se despedisse da presidência bombardeando o Iraque, e que o pistoleiro Bush o sucedesse como comandante-em-chefe da aplicação dos planos de saque do petróleo. Por isso, impuseram a fraude

eleitoral pela qual foi eleito e o Congresso aprovou, com votos dos democratas, o aditivo orçamentário para a operação militar de invasão do Iraque, mesmo sabendo que a história das armas de destruição em massa de Hussein era isso mesmo, pura história.

Segundo os cálculos de Bush, para invadir o Iraque e controlar seu território não seriam necessários mais que 30 dias, para logo em seguida encher barcos com o petróleo necessário para o funcionamento da economia nacional e mundial. Mas o povo iraquiano empantanou seu plano. Bush, além de dilapidar os 651 bilhões de dólares do superávit fiscal deixado por Clinton, legou a Obama um déficit fiscal de 483 bilhões de dólares, aos quais somou 700 bilhões utilizados para tentar resgatar os setores financeiro e automobilístico; uma dívida externa que beira os 11 trilhões de dólares; a hegemonia norte-americana debilitada e o país submerso na recessão econômica.

Diálogo e acordos para impor seus planos

A política de Bush para os países semicoloniais foi a do garrote sem mediações. Amparado no ataque às Torres Gêmeas de Nova York em 11 de setembro de 2001, declarou terroristas seus antigos sócios da Al Qaeda, os talebans e os governos do Afeganistão e do Iraque, como justificativa para as suas invasões. Outro tanto fez com as organizações insurgentes do mundo e com a oposição antiimperialista; aos governos que não ficaram incondicionalmente do seu lado qualificou como colaboradores do terrorismo. A mensagem foi clara: “quem não está comigo é um terrorista que está contra mim”.

Essa campanha, que funcionou no início, foi revertida pela resistência dos povos do Iraque, Afeganistão, Palestina e Líbano e, em menor medida, pela mobilização internacional. Uma parte dos norte-americanos percebeu a enganação e se mobilizou, exigindo o fim da guerra e a volta dos soldados. No entanto, a campanha contra o terrorismo permitiu ao governo desferir importantes golpes contra a resistência. Os iraquianos mortos durante a invasão (um milhão e duzentos mil) e a impunidade com que se cometem os abusos nas prisões de Abu Grahیب e Guantânamo são algumas de suas manifestações.

Quando começou a última campanha eleitoral nos EUA, o Iraque foi um ponto sensível para todos os candidatos. Obama, expressando o sentimento de seus eleitores, prometeu sair do pântano e, sem renunciar à campanha contra o terrorismo, combiná-la com o diálogo e a busca de acordos com os demais setores do imperialismo e alguns governos dos países semicoloniais.

Para impulsionar essa mudança, encarregou o ex-senador democrata George Mitchell da tarefa de pactuar a paz entre sionistas e palestinos e designou Richard Holbrooke, ex-embaixador dos Estados Unidos na ONU, como enviado especial ao Afeganistão e Paquistão. Com este último país, Obama busca reiniciar o diálogo com um setor dos talebans, partindo do reconhecimento de que a guerra no Afeganistão não está sendo ganha, compartilhando a opinião do general David Petraeus, chefe do comando central dos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, busca um consenso com outros governos imperialistas para dobrar o número de ocupantes nesse

país e intensificar os bombardeios na diluída fronteira com o Paquistão, para debilitar os talebans e obrigá-los a aceitar seu plano de paz.

A crise econômica: rumo à depressão

Obama enfrenta a probabilidade de uma depressão econômica comparável à de 1929-1933. As primeiras medidas que tomou para enfrentá-la são monetárias, de resgate do setor financeiro, por um lado, e de socialização das perdas por outro. Os subsídios garantem que os pobres paguem os empréstimos em favor dos empresários. Até o momento não há um plano claro que mitigue a crise na produção. A anunciada nacionalização dos bancos não significa o abandono da política neoliberal, mas a socialização das perdas com dinheiro do Estado, a compra dos bancos quebrados com recursos dos contribuintes.

Os economistas Joseph Stiglitz, Paul Krugman e James Galbraith insistem com Obama que ele deve tomar medidas intervencionistas de tipo keynesiano. No entanto, como a crise da economia mundial é muito profunda, a decadência do capitalismo desde 1929 aumentou enormemente, o sistema envelheceu 80 anos e a economia se globalizou, as condições são distintas hoje. Não está claro, portanto, que um plano de obras públicas e outras medidas estatais de estímulo ao consumo sejam suficientes para reativar a produção e sair da crise, sobretudo porque, em meio à globalização do mercado mundial, de nada serve aplicá-las em uma única região do planeta.

A crise de 1929 foi resolvida pelo imperialismo mundial a tiros, na Segunda Guerra Mundial: destruíram a Europa para voltar a reconstruí-la. Hoje uma guerra interimperialista, onde se destruam grandes massas de forças produtivas, como foi na Segunda Guerra Mundial, é altamente improvável, porque, embora a hegemonia norte-americana tenha se debilitado, ainda é o suficientemente clara para que nenhum outro setor do imperialismo atreva-se a desafiá-la militarmente. Por isso, é altamente improvável que haja um enfrentamento interimperialista, pelo menos no início desta crise. Além do que, as burguesias imperialistas da Europa e da Ásia estão resignadas a comer as bordas da pizza que o imperialismo americano deixa para ela, e engordam o suficiente aproveitando as próprias limitações do imperialismo americano, que não consegue cobrir todas as possibilidades de exploração do trabalho e dos recursos naturais do mundo. Os conflitos militares continuarão ocorrendo sob a forma de agressões do imperialismo contra setores nacionalistas de alguns países semicoloniais que ponham em perigo seus interesses.

No momento interessa a todos manter os acordos inter-burgueses que regulam o mercado mundial e o sistema geral de exploração. A manutenção de uma ofensiva militar contra o mundo semicolonial pelo imperialismo permite-lhe queimar capital e forças destrutivas como mecanismo para alimentar a indústria de guerra, que é fundamental no esquema geral de funcionamento da economia mundial. Nesse caso, os americanos serão a força fundamental nessa agressão; vão exigir dos aliados que ponham recursos, mas só até o ponto em que não comprometam o resultado final: que se garanta que eles fiquem com a parte do leão sobre o botim. Esse é o esquema que traçou para o Afeganistão. O imperialismo norte-americano não vai aceitar intervenções

militares unilaterais de nenhum outro país sobre países semicoloniais, e se isso ocorrer, vai mostrar os dentes.

Até agora tudo indica que os planos para superar a crise serão dirigidos fundamentalmente para a queima de capitais - que já começou com a perda de valor das ações de bancos e fábricas - e com planos mais violentos de superexploração dos trabalhadores. Isso levará a processos de enorme concentração e centralização do capital, que pode levar à absorção ou ao deslocamento de setores burgueses importantes que estavam se consolidando nos países semi-coloniais. Mas, se a luta da classe operária e dos trabalhadores do mundo não permitiu a aplicação desses planos pela burguesia, ou fazê-lo na medida e tempo em que necessita, o caminho à depressão será inevitável.

Os planos econômicos de Obama

Obama elaborou dois planos submetidos à aprovação do Congresso para enfrentar a crise econômica. Um deles é o Plano de Estímulos (também conhecido como Lei de Reversão e Recuperação), que já foi aprovado no Congresso, no valor de 787 bilhões de dólares. Inclui 308 bilhões de dólares em gastos fiscais, 267 bilhões em ajudas sociais diretas e 212 bilhões em cortes tributários até 2010, escalonados de 400 dólares para indivíduos até 800 dólares para famílias, dependendo de seus salários. O plano amplia de 26 para 46 semanas o período de subsídios para desempregados, ampliando para 59 semanas em estados com altas taxas de desemprego. Também contempla investimentos públicos em estradas, pontes, manutenção de escolas e outras obras de infra-estrutura e saúde, assim como estímulos para quem investigue ou produza fontes de energia alternativa ao petróleo, e pacotes de ajuda para os governos dos estados que têm dificuldades para cobrir seus gastos. Como se pode ver, há algo de esmola para os trabalhadores. O governo e a burguesia sabem que a crise social pode desembocar em milhões de pobres mobilizados. A quantidade de trabalhadores despedidos nos últimos quatro meses é de 2,4 milhões, uma média de seiscentos mil por mês, o que elevou a taxa nacional de desemprego acima de 8%, e há cerca de 50 milhões sem cobertura de saúde, com tendência a piorar.

O outro plano é o de resgate - rebatizado com o sugestivo nome de Plano de Estabilização Financeira -, que terá um custo de até um trilhão de dólares. É um complemento da Lei de Estabilização Econômica de Emergência do governo de Bush, que entregou, em outubro de 2008, 700 bilhões de dólares para salvar os bancos privados e as empresas automobilísticas. O objetivo do plano é respaldar novos empréstimos para frear as execuções hipotecárias e para ajudar o setor imobiliário comprando “ativos tóxicos” (ativos inexistentes que não têm respaldo e são irrecuperáveis) por 500 bilhões de dólares.

A todos esses planos de emergência deve-se somar o orçamento de 3,6 trilhões de dólares de 2009 apresentado ao Congresso, que supõe um déficit fiscal de 1,75 trilhão de dólares. É verdade que está contemplado um fundo para a saúde de 634 bilhões de dólares, mas é preciso esclarecer que é para os próximos 10 anos. Às guerras do Iraque e Afeganistão serão destinados 140 bilhões de dólares apenas em 2009. Para auxiliar o setor financeiro, são destinados 250 bilhões de dólares adicionais para a compra de “ativos tó-

xicos”, que se somam às quantias previstas nos planos de resgate. Parte do dinheiro será obtido com um aumento de impostos para quem recebe mais de 250 mil dólares ao ano e com a eliminação de subsídios aos agronegócios, o que prenuncia uma dura batalha com os republicanos.

O problema dos planos econômicos de Obama é que, da mesma forma que no governo anterior, parecem estar aquém das necessidades reais. Para o resgate do setor financeiro, Bush solicitou 700 bilhões de dólares e não foi suficiente. Obama pediu 1 trilhão a mais e tudo indica que tampouco será suficiente. Além disso, os planos são considerados arriscados porque estão elaborados sobre a base de prognósticos de crescimento econômico irrealmente otimistas. Para 2009 o governo prevê um crescimento econômico de 3,2%, enquanto o Setor de Orçamento do Congresso prevê 2,2%. Isso quer dizer que o déficit fiscal pode aumentar, que os impostos crescerão ou que os planos terão de ser reduzidos.

As primeiras expressões da resistência

Ante as primeiras medidas tomadas pelos governos locais para reduzir o orçamento dos serviços públicos, os trabalhadores responderam com mobilização. Em 5 de março, uma mobilização em Nova York reuniu 75 mil membros da Federação de Professores de Nova York, do Sindicato Internacional de Empregados dos Serviços e trabalhadores da saúde de vários hospitais que tinham sido fechados. Os manifestantes exigiam que a crise fiscal fosse resolvida mediante o aumento dos impostos aos ricos e não prejudicando os pobres. A convocação da marcha dizia textualmente: “Vamos marchar juntos por uma forma mais justa de resolver a crise do orçamento”.

Esta é uma das primeiras manifestações importantes na era Obama. Mas os imigrantes já haviam se manifestado em 2006 contra as leis discriminatórias, os familiares dos soldados contra as invasões do Iraque e Afeganistão e milhares de ativistas contra a recente agressão israelense à Palestina.

À medida que se aprofunde a aplicação dos planos, a mobilização irá crescendo. Um bom exemplo disso pode vir a ocorrer no setor educacional. Em 10 de março, Obama anunciou parte de seu plano para a educação, que inclui pagamento adicional para os professores que se destacarem, jornadas mais longas com ciclos escolares ampliados para os estudantes e a continuação da política de escola por estatuto, uma forma de privatização do ensino. Essa política é similar à que está sendo aplicada nos países semicoloniais com o falso argumento de que assim tudo melhora. Mas como, até onde se sabe, o magistério norte-americano não compartilha essa política, a burocracia sindical encontrar-se-á frente à disjuntiva de ter que convencer os professores a aceitá-la ou de mobilizá-los contra ela, o que pode ser o começo do fim do idílio da alta direção sindical traidora com o novo presidente.

O plano de Obama contra os trabalhadores passará se a mobilização não ultrapassar a burocracia sindical da AFL-CIO, base de apoio do Partido Democrata e cúmplice do avanço da aplicação das medidas neoliberais pelo governo Clinton. Não se pode esquecer que o apoio da burocracia foi decisivo para o triunfo de Obama. Dos fundos dos trabalhadores saíram em torno de 450 milhões de dólares e toda a máquina sindical foi posta a serviço de sua campanha.

A política internacional: Iraque, Afeganistão e Paquistão

Obama herda a tarefa de tirar o imperialismo do pântano do Iraque, promessa da campanha eleitoral. Mas como presidente, refletindo a complexidade do problema, já disse que não o fará nos 16 meses previstos, mas em 34. E do total de 150 mil soldados que os Estados Unidos têm no Iraque, só sairão 100 mil nos próximos 18 meses, até 31 de agosto de 2010; os outros 50 mil ficarão até 31 de dezembro de 2011. Na verdade, não há nenhuma mudança em relação ao plano de retirada feito por Bush. Não obstante, o plano pode ser modificado, dependendo das pressões dos republicanos e do comando militar, que pressionam pelo alongamento dos prazos, e das pressões dos democratas e alguns conselheiros do Pentágono, que pedem que sejam acelerados. Em todo caso, a retirada das tropas norte-americanas do Iraque não implica em sua renúncia ao controle do país.

A importância que o imperialismo concede ao Iraque, Afeganistão e Paquistão está diretamente relacionada com sua necessidade de controlar os recursos energéticos do Oriente Médio e da Ásia Central, da chamada Grande Jazida Islâmica, que possui cerca de 75% do total dessa matéria prima vital. O escalonamento da ocupação do Afeganistão e a intervenção colateral no Paquistão, iniciada por Bush, não podem ser revertidas por Obama, que se vê obrigado a disputar com a Rússia o controle da extração e transporte do petróleo desde o Mar Cáspio até o Paquistão e a Índia. O Afeganistão, que não tem petróleo nem gás, sofre a síndrome dos países “corredor”, pois é passagem obrigatória para o petróleo produzido pelos países da Ásia Central que foram parte da extinta URSS. A necessidade de seu controle e, portanto, de sua ocupação nada tem a ver com as supostas atividades “terroristas” dos talebans.

O lingüista - e crítico da política externa norte-americana - Noam Chomsky diz: *“A tarefa poderia incluir o projetado oleoduto TAPI, que seria construído a um custo de 7,6 bilhões de dólares e que enviaria gás natural do Turkmenistão até o Paquistão e a Índia, atravessando a província de Kandabar, no Afeganistão, onde estão estacionadas tropas canadenses. O objetivo é ‘bloquear um oleoduto competitivo que traria gás para o Paquistão e a Índia desde o Irã’ e ‘enfraquecer o domínio da Rússia sobre as exportações de energia da Ásia Central’”* (*The Globe and Mail*, de Toronto, que traça alguns dos contornos do novo “Grande Jogo”, como era denominado quando a Grã Bretanha e a Rússia competiam pela influência na Ásia Central no século XIX)¹.

O plano Obama de reorganização e fortalecimento da intervenção no Afeganistão não será apoiado por muitos governos. Apesar de o novo presidente exigir que os países europeus enviem quotas de soldados acima de mil, apenas dois dos países responderam afirmativamente e abaixo dessa quota: a Alemanha, com 600, e a Itália com 500 soldados. O ministro de defesa da França argumentou que no momento não tinha intenção alguma de enviar tropas suplementares para o Afeganistão. Contrariamente, alguns dos países que já têm tropas instaladas na zona estão pensando em retirar-se porque a pressão interna em seus países aumenta e não vêem uma vitória na ocupação a curto prazo. O próprio presidente do Afeganistão, Hamid Karzai, reconhecido aliado incondicional do imperialismo americano, pediu

¹ www.gara.net, 20 de janeiro de 2009.



que os bombardeios norte-americanos cessassem e fosse preparada uma agenda para a retirada das tropas estrangeiras.

Há no Afeganistão hoje 56.420 soldados ocupando o país, dos quais 38 mil são norte-americanos. O restante é de outros países da OTAN: 8.300 da Inglaterra, 3.000 do Canadá e 780 da Espanha. Para meados do ano, os Estados Unidos completarão 55.000, tentando fazer com que a força de ocupação se aproxime dos 90 mil soldados.

Mas o Afeganistão já é um pântano. Os talebans ampliaram sua presença a 72% do território e o ceticismo é profundo entre os aliados e dentro do governo de Obama. O primeiro-ministro do Canadá, Stephen Harper, em uma entrevista na CNN confessou em tom resignado: *“Não ganharemos esta guerra apenas com a ocupação... Falando sinceramente, acho que nunca venceremos a insurgência...”*. O Secretário de Defesa do governo de Obama, Robert Gates, escreveu na revista *Foreign Affaire* que *“A vitória dos Estados Unidos não pode ser obtida matando ou capturando”*. E Joseph Stiglitz, prêmio Nobel de Economia, disse a Amy Goodman, diretora de *Democracy Now*, que *“o avanço no Afeganistão vai custar muito caro. As coisas não estão indo muito bem... Nossos sócios na OTAN estão cada vez mais desencantados com a guerra. Falei com muita gente na Europa e eles sentem que a situação está realmente empantanada, que estamos nos empantanando outra vez.”*

Europa, Rússia e China

O primeiro passo da política de Obama para a Europa tem como objetivo recompor as relações diplomáticas que Bush deixou desfeitas. Obama necessita da colaboração do imperialismo europeu para enfrentar a crise econômica, para controlar o Afeganistão, para melhorar as relações com a Rússia - deterioradas com o plano de extensão da Otan à Europa do Leste com a instalação do Escudo Antimísseis e os radares na Polônia e na República Tcheca -, e para buscar uma aproximação com o Irã.

No dia 7 de fevereiro o vice-presidente Joe Biden viajou para a Alemanha para uma Conferência sobre segurança na qual deixou clara a mudança de tom que o governo de Obama utilizará frente a seus aliados: *“Vamos praticar o diálogo. Vamos ouvir. Vamos consultar. Os Estados Unidos necessitam do restante do mundo da mesma maneira que, creio eu, o restante do mundo necessita dos Estados Unidos”*. Mas o vice-presidente também explicou o que significa consultar: *“Os Estados Unidos farão mais ainda, essa é a boa notícia; a má notícia é que pediremos mais a nossos sócios”*².

O novo governo também precisa redefinir suas relações com a Rússia. No dia 6 de março a Secretária de Estado, Hillary Clinton, reuniu-se em Bruxelas com o chanceler russo Serguei Lavrov e anunciou que o governo norte-americano quer começar do zero as relações com a Rússia, avançar na renegociação do Tratado de Redução de Armas Estratégicas (START), fortalecer a cooperação no Afeganistão e colaborar para frear o Irã e a Coreia do Norte em seus planos de obtenção de armas nucleares.

E se as relações com a Rússia são importantes para enfrentar a crise do capitalismo, com a China elas são fundamentais. A China é o maior credor dos Estados Unidos e o que alimenta diariamente sua caldeira com a compra

² www.economista.es, 7 de fevereiro de 2009

de Bônus do Tesouro. É altamente provável que a crise da economia agrave a concorrência comercial entre China e Estados Unidos, por mais que seja no marco de economias que são interdependentes. Os Estados Unidos tentarão reduzir suas importações, implementar o protecionismo e exigir do governo chinês que valorize sua moeda, enquanto este reduzirá a compra de papéis e, portanto, a remessa de dólares, aumentando as tensões para além da necessidade de mútua colaboração na superação da crise. A China tem 2 trilhões de dólares em divisas estrangeiras, é o país com a maior quantidade de Bônus do Tesouro (696 bilhões de dólares) e terminou 2008 com um superávit comercial frente aos Estados Unidos de 246,5 bilhões de dólares.

Hillary Clinton, que já visitou a China, declarou em Beijing, com pouca diplomacia: *“Creio que o governo chinês e o banco central chinês adotam uma decisão inteligente ao continuar investindo em Bônus do Tesouro”,.. e “não seria do interesse da China que não fôssemos capazes de recuperar a nossa economia” ... “Assim, ao continuar apoiando os instrumentos do Tesouro americano, a China reconhece nossa interdependência. Está claro que vamos nos levantar juntos ou cair juntos”*³.

América Latina

Na metade da campanha, em 23 de maio de 2008, Obama pronunciou um discurso dizendo, entre outras coisas, que: *“Enquanto os Estados Unidos falharam em conduzir a mudança na realidade das Américas, outros, como Europa e Ásia — especialmente a China — aumentaram seus próprios tratados”,* para depois afirmar que: (...) *“vou reunir os países da região em uma nova Aliança para a energia das Américas”*. Isto, além de servir como advertência para seus concorrentes chineses e europeus no sentido de não renunciar à disputa dos mercados latino-americanos, ratifica a importância estratégica que o imperialismo americano concede a seu “quintal”. E mesmo que, neste momento, não dê a impressão de que seja uma de suas prioridades, já está buscando o fortalecimento dos laços com os governos que demonstram mais disposição em colaborar com seus planos: Brasil, México, Colômbia, Peru e Chile.

O Brasil é, por seu peso econômico e sua influência política na região, o mais importante aliado potencial de Obama. O papel de grande aliado, que Lula ratificou ao impor disciplinadamente os planos do FMI, será de grande ajuda na hora de implementar os planos imperialistas no subcontinente. A importância do Brasil para o imperialismo fica evidente no convite para participar das chamadas cúpulas dos 8 mais 5, que reúnem os países imperialistas e as mais importantes das economias emergentes.

O México, pela importância de sua economia e a extensão de sua conflituosa fronteira comum, é prioridade para o novo governo norte-americano, que insiste em sua batalha contra o terrorismo e o narcotráfico.

O governo da Colômbia, apesar da afirmação do candidato Obama de que o presidente Uribe é suspeito de *“haver apoiado potencialmente atos de violência contra sindicatos, contra os trabalhadores e contra a oposição”*, continua sendo um de seus principais aliados na região. O Peru e o Chile completam o quadro dos aliados firmes do imperialismo com os quais tentará recompor

³ www.economista.es, 22 de fevereiro de 2009

sua influência, reduzida a partir da emergência dos governos nacionalistas e frente-populistas na Venezuela, Bolívia e Equador, que encabeçaram uma rebelião verbal contra Washington. A política de Obama de consolidar um bloco de oposição a Chávez, Evo e Correa será complementada com uma política paciente de recuperação do pleno controle sobre esses países e sobre a velha dor de cabeça do imperialismo no continente: Cuba.

Todos os movimentos do novo governo norte-americano estarão no marco da continuação dos planos de intervenção e saque da região, e para isso não hesitará em apoiar-se no pretexto da luta contra o narcotráfico e o terrorismo. A sensação de abandono que invade a burguesia latino-americana foi expressa servilmente por Lula em 6 de março passado quando disse: “*Somos um continente democrático e pacífico, e os Estados Unidos têm que olhar para cá com um olhar descontraído e não só pensando no narcotráfico ou no crime organizado*”. Quando os efeitos da crise começarem a nos sufocar, os trabalhadores latino-americanos saberemos o significado da importância que o imperialismo americano confere a nossos países e da aliança entre Obama e nossos ignóbeis governantes, e saberemos que chegou o momento de dar-lhes a resposta nas ruas.

A perspectiva

Os primeiros indícios dos planos econômicos, militares e políticos do novo governo norte-americano mostram que sua prioridade é salvar o capitalismo, começando pelo setor financeiro e as transnacionais imperialistas. Para ganhar tempo, tentará conter a luta dos trabalhadores norte-americanos e europeus nativos, mantendo os subsídios ao desemprego, concedendo empréstimos ao consumo, ampliando suas hipotecas e implementando planos de obras públicas para absorver a mão de obra demitida pelas empresas falidas. Ao mesmo tempo, castigará sem piedade milhões de trabalhadores imigrantes e dos países semicoloniais, preparando o terreno para atacar as conquistas econômicas, sociais e políticas da classe operária dos próprios países imperialistas.

Os trabalhadores norte-americanos logo descobrirão que todas as promessas protecionistas, tradicionais nos governos democratas, ou vão contra milhões de seus irmãos de classe nos países semicoloniais, que foram impiedosamente explorados nas últimas décadas em “maquiadoras” infames, ou significarão muito pouco se a crise se aprofundar porque, inevitavelmente, Obama terá de descarregar a crise sobre eles, autorizando as demissões em massa, legalizando as falências e destinando a parte mais substancial do orçamento público para salvar a pele dos grandes burgueses.

A profundidade da luta de classes mundial dependerá, em grande parte do desenvolvimento da crise econômica nos Estados Unidos, Europa, Japão e China; e as possibilidades de que a burguesia imperialista consiga superar a crise ou de que os trabalhadores construam direções revolucionárias e tomem o poder em alguns dos Estados fundamentais dependerão da intensidade da luta de classes nos países centrais. Os primeiros sintomas não mostram um panorama totalmente calmo para o imperialismo e seus aliados: as importantes greves e mobilizações que começaram a agitar os trabalhadores gregos, fran-

ceses, espanhóis, italianos e belgas, indicam que um dos grandes contingentes do proletariado mundial, o europeu, está começando a se movimentar e que, com seu avanço, pode arrastar seus irmãos norte-americanos e, por meio dos imigrantes, o proletariado dos países semicoloniais.

O imperialismo, com Obama à frente, não ficará impassível e fará tudo o que estiver ao seu alcance para descarregar a crise sobre os trabalhadores, demitindo centenas de milhares e talvez milhões, reduzindo os salários, atacando as conquistas sociais e aumentando as jornadas de trabalho e a taxa de exploração. Os burgueses farão manobras para dividir os trabalhadores, fomentando o racismo e a xenofobia contra os imigrantes e as minorias raciais; tentarão ganhar as camadas médias para jogá-las contra o proletariado revolucionário, primeiro seduzindo-as com migalhas e vantagens e depois assustando-as com o fantasma do comunismo; organizarão bandos fascistas para tratar de intimidar os lutadores; e, por fim, colocarão todos os seus recursos materiais a serviço de derrotar toda tentativa de superação revolucionária da crise. As sociedades ficarão tensas, a luta de classes polarizada e exacerbada, e novamente virá à tona a disjuntiva colocada pelos revolucionários europeus no início do século vinte: socialismo ou barbárie.

O incremento da mobilização deve servir ao proletariado para fortalecer suas organizações de massas e construir a direção revolucionária que a conduza ao triunfo da revolução socialista que, ao expropriar os capitalistas dos meios fundamentais de produção, abra à sociedade humana a possibilidade de superar a crise crônica à qual o decadente sistema capitalista nos condena.

As próximas décadas podem ser definitivas no cumprimento da tarefa que foi posta sobre os ombros da classe operária e os trabalhadores: garantir a sobrevivência da espécie humana sobre a Terra.■

O imperialismo diante da crise econômica

JOSÉ WELMOWICKI
EDITOR DE MARXISMO VIVO



Entre o último pós-guerra e o ano de 2007 o mundo presenciou várias crises econômicas. Só entre 1982 e 2007 foram pelo menos três crises recessivas que abalaram a economia mais forte do planeta, a norte-americana. No entanto, nenhuma delas chegou perto do crack de 29 ou foi comparada a ele. Por que esta crise atual é tão grave? Por que afirmamos que estamos caminhando para uma profunda depressão mundial? Em que medida esta crise afeta e transforma a política imperialista e a ordem política mundial?

O imperialismo desenvolveu duas características que nos interessam aqui, distintas em relação ao período da livre concorrência: o surgimento do capital financeiro e a monopolização do capital.

Lênin, em *O Imperialismo, etapa superior do capitalismo*, demonstrou que havia capitais excedentes nos centros imperialistas, levando a uma tendência permanente de buscar ampliar a massa de mais-valia acumulada, promovendo a exportação de capitais que extraíssem novas quantidades de mais-valia nos países atrasados e, com isso internacionalizando o capital financeiro. Para ele, essa era a fase monopolista do capitalismo. Para Lênin, o capital financeiro era a fusão do capital bancário monopolista em associação com os monopólios industriais, sob a direção dos primeiros. Por isso, a centralização de capital chegava a níveis extremos nessa fase.

O capital monopolista, superando o período da livre concorrência, muda a forma de distribuição internacional da acumulação. Até meados do século XX, cada país tinha em geral seu próprio parque industrial e era centrado em determinados setores ou ramos produtivos. Hoje existe uma acumulação mundializada, em que os capitais imperialistas levam até o fim a previsão de

Lênin sobre a exportação de capitais e incorporação dos mercados de todo o mundo. A divisão internacional do trabalho incorporou os mercados de tal forma que grande parte da acumulação de capital é realizada com os lucros obtidos fora do país para logo depois serem incorporados às empresas e bancos com sede nos centros. O caso mais evidente é o principal imperialismo, os EUA, que extrai imensas massas de mais-valia pela exploração da classe operária em outros países, dos quais o mais evidente é a China, fazendo com que seu crescimento dependa cada vez mais da mais-valia extraída fora. O que acaba levando a uma contradição crescente entre a acumulação dentro e fora dos EUA¹.

O caráter parasitário da fase imperialista, a hiper-acumulação de capital especulativo, o crescimento do capital fictício, fenômenos que já existiam em escala local e setorial, passaram a ocorrer de forma permanente e em âmbito internacional. Qual foi a consequência disso para a taxa de lucros? Aprofunda-se a tendência à queda da taxa de lucros do capital, pois é necessário extrair somas cada vez maiores de mais-valia para garantir os lucros em relação a uma massa de capitais cada vez maior, sem que muitos deles estejam investidos na produção. Mas, ao não existir acumulação no âmbito financeiro e toda valorização de capital só conseguir se realizar mediante a extração da mais-valia gerada na produção, a única forma de garantir a valorização do capital especulativo é sugando a mais-valia extraída na produção; isso leva a uma competição feroz pela mais-valia entre os capitais. Portanto, o caráter parasitário é um fator de agravamento contínuo da economia e faz com que as crises sejam mais explosivas.

O imperialismo nos últimos 20 anos

As análises de Lênin no início do século XX mostram hoje toda sua importância, principalmente porque houve um aprofundamento de todas essas características: o capital financeiro hoje comanda a economia e a gestão do Estado burguês.

Como dizia Marx, o Estado burguês é o comitê de administração dos negócios da burguesia. Quando surgiu, o neoliberalismo fazia um discurso contra o “excesso de intromissão do Estado” nos negócios, e com isso a política que pregava era a da necessidade de cortar ao máximo as despesas sociais e as inversões estatais na produção para colocar o aparelho e os recursos do Estado diretamente a serviço do capital financeiro, controlado pelos bancos.

As imensas somas canalizadas para o pagamento das dívidas públicas (externas ou internas), as políticas dos bancos centrais, como as taxas de juros a serviço da acumulação dos bancos e mais recentemente a política dos déficits fiscais e comerciais serviram para sustentar a expansão do capital financeiro dos EUA (com seus sócios europeus) em todo o mundo². As privatizações foram outra medida para servir ao capital monopolista, além de significar o saque por parte das empresas imperialistas de parques produtivos e riquezas minerais.

Todo esse conjunto de políticas fez com que a acumulação de capital fosse acelerada, chegando ao ponto da multiplicação do capital fictício e do parasitismo do sistema comprometerem a própria estabilidade econômica e

¹Segundo o texto de Dumenil e Levy, Imperialismo e neoliberalismo, a taxa de lucros do capital dos EUA investido fora do país é o dobro do retorno do capital estrangeiro investido nos EUA.

²Para se ter uma idéia da importância dessa expansão para o crescimento norte-americano, nas décadas de 1990 e 2000, a soma dos rendimentos líquidos dos capitais dos EUA investidos eram equivalentes a 80% dos rendimentos dos capitais investidos dentro dos EUA. Em 1950 eram apenas 10% (Dumenil e Levy). Com um detalhe: os investimentos não aumentaram, mas sim os juros, taxas e os dividendos de distintos tipos cobrados sobre esses investimentos externos.



política dos maiores Estados imperialistas. Nos últimos anos, os governos e os bancos centrais dos EUA e Europa foram ativos financiadores do capital especulativo e os protegeram. Foram, em última instância, seus seguradores. As dívidas públicas alavancaram todo tipo de fundos especulativos e isso se manifesta igualmente no tratamento das crises.

Em 1929, o Banco Central americano aumentou a taxa de juros e não evitou o crack financeiro; desde então os bancos centrais tratam de evitar crises cíclicas com políticas de subsídio aos bancos e injeção de créditos em massa. Nesta crise atual, em especial, os Bancos Centrais comprometeram toda a sua sagrada “estabilidade monetária” na tentativa de salvar os grandes bancos e financeiras. Poderíamos parafrasear os termos da moda e dizer que os últimos vinte anos foram o auge do “keynesianismo financeiro”.

No entanto, esse imenso deslocamento de capitais rumo ao mercado financeiro não resolveu o problema. Pior: fez com que nesse período se acumulassem tremendas contradições na economia capitalista e os bancos centrais perdessem o poder de resolver a grave crise somente com a injeção dos mesmos remédios. O atual colapso do sistema financeiro norte-americano, com a quebra de praticamente a totalidade dos bancos de investimento e a virtual falência de quase todos os grandes bancos, fez com que o crédito privado simplesmente não funcionasse a não ser quando os governos emprestam dinheiro e, mesmo este último recurso ainda não resolveu o problema. Por isso, por mais que o programa de governo de Barack Obama não toque nisso, discute-se cada vez mais a nacionalização temporária do sistema financeiro nos EUA.

Essas enormes contradições foram sendo acumuladas nos últimos vinte anos. Quando o projeto Bush foi derrotado, abriu-se uma crise distinta das anteriores, pois dessa vez a queda da taxa de lucros ocorreu no momento em que todo o sistema financeiro estava comprometido e os Estados imperialistas, em especial os EUA, já haviam empregado seus recursos em várias guerras e subsídios ao capital. Assim, já não havia formas de evitar uma enorme queima de capitais, porque não havia no horizonte próximo uma saída por meio da exploração de novos ramos produtivos para voltar a acumular rapidamente imensas massas de mais-valia, como aconteceu nos anos 90.

Recessão profunda e duradoura?

Vários fatores apontam para isso. Se esses números e tendências se confirmam, caminhamos para uma depressão mundial. Os números do capital fictício são tremendos³. A superprodução torna necessária uma queima de capitais enorme para permitir uma retomada da economia. A violenta queda do PIB no Japão (12%) e na Rússia (19,5%) são indicadores da dimensão dessa necessidade. O PIB dos EUA no quarto trimestre caiu 6,2% e calcula-se que pode cair mais 5% nos próximos meses.

Esses números indicam um empobrecimento generalizado das sociedades numa escala tal que, para recuperar-se, exigiria anos de crescimento permanente. Mas há justamente uma grave queda dos investimentos na produção porque não há perspectivas de retorno lucrativo para o capital. Para o capitalista não interessa produzir mercadorias enquanto há excesso

³Vide o artigo de Alejandro Iturbe nesse mesmo número de *Marxismo vivo*.

de capacidade de produção, pois não alcançará um retorno de lucros compatível com o investimento. Daí se avizinha uma avalanche de falências e concordatas no mundo inteiro.

O sistema financeiro dos EUA e mundial está em quebra. O Citybank, há pouco tempo um dos maiores bancos do mundo, poderia hoje ser comprado por um valor irrisório caso não fosse sustentado pelo governo americano. Na Inglaterra, o RBS foi salvo pelo governo com um prejuízo histórico e na Suíça os principais bancos sofreram perdas bilionárias. Com isso, o sistema de crédito está paralisado e as únicas fontes de empréstimo que realmente funcionam hoje são os governos, inviabilizando um rápido investimento por parte dos capitalistas.

Por outro lado, a crise é mundial, engloba todos os continentes em escalas gigantescas de declínio. Dos EUA à Europa, passando pela América Latina, a recessão se aprofunda. Na Ásia, o Japão encabeça números assustadores. A destruição de forças produtivas atinge escalas inimagináveis. Em todos os continentes, os números do desemprego, já violentos, tendem a crescer nos próximos meses. Nos cortes de postos de trabalho e produção, os números já são bem superiores a todas as recessões do pós-guerra. Nos EUA, 2,6 milhões de postos de trabalho evaporaram-se entre dezembro de 2007 e dezembro de 2008. Em janeiro foram suprimidos 20 mil postos por dia nos EUA, e em fevereiro de 2009, mais de 600 mil postos deixaram de existir. A Organização Internacional do Trabalho prevê a perda de mais 50 milhões de empregos em 2009, chegando a um total de 230 milhões no mundo!

No ramo de automóveis, antes o principal setor de bens de consumo durável, há uma queda generalizada na produção mundial. A GM e Chrysler tiveram que recorrer a empréstimos do governo para sobreviver. O valor de mercado da GM é inferior ao de 50 anos atrás! As siderúrgicas estão fechando fábricas e as mineradoras suspendendo a produção de ferro e outros metais. Para a classe trabalhadora, trata-se de uma gigantesca ofensiva burguesa contra suas condições de vida e direitos antes adquiridos. Para o capital, essa é a única saída para estabilizar a crise e tentar uma recuperação.

Em *Atualização do Programa de Transição*, Moreno expôs a forma como os fatores políticos, em especial a falta de uma direção revolucionária, têm um papel objetivo na economia e na saída e entrada das crises. Só se explica o boom econômico de 20 anos do pós-guerra pela colaboração ativa da burocracia stalinista no freio à revolução e no apoio à reconstrução do capitalismo na Europa Ocidental. Moreno afirma que a política domina a economia na época imperialista, a tal ponto que o boom de 20 anos só pode ser entendido como parte do enfrentamento entre revolução e contra-revolução mundial. Não haveria reerguimento das economias alemã e japonesa, nem do conjunto da economia européia sem a participação ativa e consciente do Kremlin, ao ordenar que seus partidos dirigentes do proletariado nos países centrais colaborassem para a superacumulação de lucros nos centros imperialistas e nos países semicoloniais e coloniais. Isso também permitiu à burocracia reconstruir “seu Estado”, abalado pela guerra, e adiar a crise econômica por cerca de vinte anos.

Um das razões para a hipótese de uma nova onda descendente agora



é que a crise tem por epicentro a economia dos EUA e demais potências imperialistas. O que detona essa onda é a combinação de um acúmulo de contradições, das necessidades da acumulação de capital que exigiam mais e mais extração de mais-valia e saques de matérias-primas, e cuja expressão última foi a política do novo século americano e o militarismo de Bush. A expansão internacional do capital financeiro e sua expressão militar eram essenciais para manter o crescimento. Quando essa política enfrentou-se com uma forte resistência das massas e foi derrotada, abriu-se uma crise de graves proporções e os lucros vieram abaixo, detonando a expectativa de lucros que alimentava o crescimento do capital especulativo e as bolhas. A derrota de Bush não é somente a derrota de uma determinada orientação de governo; ela abala o projeto integral e, por isso, é mais profunda e tem conseqüências diretas na solidez econômica do imperialismo.

A combinação da crise política preexistente com a eclosão desta profunda crise econômica no coração da economia capitalista levou a uma crise de dominação, uma crise da ordem mundial instalada de forma unilateral pelo imperialismo norte-americano após a restauração do capitalismo nos ex-Estados operários. A mesma combinação de fatores que levaram à eclosão de uma situação revolucionária mundial colocou em crise a ordem mundial, à medida que a dominação imperialista encontra uma resistência cada vez mais ampla. Apesar do imenso esforço político e militar após 2001, o imperialismo não conseguiu impor uma estabilidade que permita seu funcionamento ordenado.

A derrota do projeto de Bush, a plataforma do “Novo Século Americano”, não foi uma questão menor. Foi a estratégia de utilizar o domínio econômico e militar, em especial, para impor uma ordem estável, com o total controle das riquezas energéticas às custas do saque e do aumento do bonapartismo, inclusive dentro dos próprios EUA. Mas essa estratégia foi perdendo terreno e colecionou derrotas que abriram uma crise política profunda no imperialismo. Se compararmos com o Vietnã, podemos dizer que não há uma derrota espetacular, como a retirada de Saigon nos helicópteros. Mas, em um sentido, é mais profunda. Apesar de partir de uma superioridade militar esmagadora, os EUA tiveram que engolir o fracasso no Iraque, a crise cada vez maior no Afeganistão, os reveses de Israel no Líbano e, recentemente, a aceitação da derrota da Geórgia para a Rússia. Também foi parte dessas derrotas o fracasso do golpe na Venezuela e a derrota de vários governos neoliberais, além da existência simultânea de uma série de governos populistas com fricções com Washington. Esses reveses de conjunto enfraqueceram o poder de intimidação e inviabilizaram a estratégia com ênfase na utilização da superioridade militar, personificada por Bush. A derrota de Bush e de seu projeto bonapartista e a eleição de Obama refletem essa crise.

A nova política do imperialismo

O novo presidente norte-americano vem para tentar recompor o regime depois da derrota de Bush, aproveitando-se da enorme simpatia que despertou nas massas, não somente dos EUA, como de todo o mundo. É uma tentativa de retomar a direção, como disse em seu discurso de posse: “estamos preparados para liderar”. O imperialismo sabe que tem de apresen-

tar uma outra cara para poder controlar a crise e restabelecer a estabilidade e a ordem mundial.

A política de reação democrática tem o apoio de um amplo arco de estrategistas do imperialismo, que vão de Kissinger a Brzezinski, e propõem uma política distinta de Bush, a ser encarnada por Obama com uma tática dirigida ao ‘diálogo’ e uma hegemonia mais “consensuada” e menos ambiciosa nos seus objetivos.

Essa política não significa a renúncia ao uso da força, mas é uma nova localização do recurso aos pactos em relação ao recurso da invasão pura e simples. Os primeiros discursos e viagens de Hillary Clinton já sinalizam essa mudança. Tanto em relação à China como em relação à Rússia, se fala em distensão, suspender os ataques mais diretos e chegar a acordos com mais peso na negociação ou no chamado soft power. Mesmo em relação ao Irã, negocia-se uma primeira forma de degelo, sempre mantendo a política de evitar o armamento nuclear com o uso de sanções e chantagens. Busca-se formar uma aliança com a Rússia e a China controlada pelos EUA, para pressionar o Irã, sem ataques militares diretos por um período e sem permitir que Israel o faça por agora (Bush já havia proibido um ataque de Israel em 2008). Mas, obviamente, isso não significa que o imperialismo irá tornar-se ‘humanitário’ ou ‘democrático’ a partir da posse de Obama.

A política de reação democrática vai incluir a manutenção da utilização das sub-metrópoles, como o Brasil, com seu novo papel na América Latina, de auxiliar do imperialismo por meio da intervenção em conflitos regionais, como no Haiti, e da submissão dos países semicoloniais mais pobres como nos choques com Equador, Bolívia e Paraguai. Isso o está levando a ser reconhecido como ‘imperialista’ em toda a região vizinha. O mesmo se planeja para a Índia na região sudeste da Ásia.

Por outro lado, o imperialismo faz contatos com as forças que encabeçaram a resistência em regiões chave como o Oriente Médio, como é o caso do Hamas. Para isso, utiliza governos como o sírio, antes considerado parte do ‘eixo do mal’, e que tem relações com o Hezbollah. O objetivo geral desse novo enfoque é conseguir que estes setores entreguem na mesa de negociação o que foi conquistado na ação direta e na resistência.

A crise econômica pôs em cheque a ordem mundial e obrigou a discutir abertamente a necessidade de reforma política nas instituições mundiais encarregadas da economia e do sistema financeiro, que foram criadas no acordo de Bretton Woods.

A proposta atual, tanto do *Le Monde Diplomatique* quanto de alguns economistas de prestígio nos EUA, como Krugman ou Stiglitz é de um novo Bretton Woods. Parte dessa reorientação é o chamado à reforma do FMI e do Banco Mundial. Seria a expressão de um maior consenso entre as potências imperialistas, que também incluísse os chamados países emergentes, com o G-20, como já aconteceu na última reunião do G-7. Porém, imaginar que a burguesia dos EUA e a imperialista de conjunto possam dividir as rédeas com as burguesias emergentes, mesmo com a crise, é não entender o caráter das relações entre os estados.

Ao final da Segunda Guerra havia um claro vencedor e chefe do bloco

contra-revolucionário, os EUA, que podiam impor sua vontade às demais nações e plasmar as instituições econômicas para impor sua política, sua moeda como reserva mundial, seus critérios de controle das contas. Agora, tudo parece muito mais difícil, porque cada resolução significa perdas também para setores burgueses e países imperialistas. O que tem saído das negociações, até o momento, são declarações de intenções, apelos genéricos pela salvação da economia, bravatas contra o protecionismo, que no dia seguinte são desrespeitados.

Fala-se em maior regulação do sistema financeiro e um sistema de regulação mundial. É possível que haja algum tipo de aumento no controle dos bancos pela fiscalização dos Estados nacionais. O colapso do sistema financeiro é tão profundo que pode até haver uma nacionalização temporária, parcial ou geral, nos EUA. Há uma luta política em curso e mesmo figuras vinculadas ao capital financeiro levantam essa hipótese, como Ben Bernanke. O governo Obama pressiona a UBS suíça para abrir contas secretas que serviram para fraudes contra a receita federal dos EUA. A União Européia está pressionando fortemente a Suíça e Liechtenstein pela mesma razão, o sigilo bancário que acoberta fraudes e desvios. Mas não vemos a possibilidade de montar um sistema regulatório mundial para todo capital financeiro via acordos internacionais. O mais provável é que cada Estado trate de impor suas regras para tentar salvar seu próprio sistema financeiro.

Está questionada a hegemonia norte-americana?

Muito se tem falado em crise ou perda da hegemonia dos EUA como um elemento político, refletindo a visão de uma hegemonia baseada no consenso. Mas quando falamos em hegemonia, estamos nos referindo ao predomínio de um determinado imperialismo, baseado em relações materiais que lhe dão a possibilidade de exercer esse predomínio.

Até 1914, a hegemonia era da Grã Bretanha. O imperialismo inglês dominava o mundo graças a vários elementos combinados: a) sua maior estrutura produtiva (ainda que desde os inícios do século XX, os EUA se aproximavam e a ultrapassaram na indústria antes de 1914). A Inglaterra dominava o mercado mundial, as colônias e o acesso às matérias-primas; b) era o centro mundial do capital financeiro; c) e era a maior força militar, que se traduzia na sua Marinha de guerra, a maior e mais poderosa do mundo.

Trotsky analisou em vários textos, entre eles *A situação mundial*, de 1921 e *Europa e América*, de 1926, a emergência do imperialismo norte-americano e como este passa a disputar a hegemonia mundial a partir da Primeira Guerra. Para Trotsky, as bases materiais dessa emergência foram: a) o desenvolvimento da produção material, a forma como se desenvolveu uma estrutura produtiva; b) o capital financeiro norte-americano assumindo um papel internacional no processo de reconstrução da Europa, penetrando na Alemanha, França e Inglaterra, e c) o crescimento de suas Forças Armadas, especialmente a Marinha. Trotsky chegou a prever uma guerra entre EUA e Inglaterra pela concorrência entre o imperialismo dominante até então e o principal competidor emergente. Mas as derrotas da revolução alemã deram lugar a um fator imprevisto, a reemergência do imperialismo alemão sob a política fascista de Hitler, que

tenta destruir o Estado operário soviético, e leva ao enfrentamento com os imperialismos inglês e francês e a ameaçar o predomínio norte-americano, o que desencadeou a Segunda Guerra Mundial.

Já a partir da Segunda Guerra, com a derrota do nazismo, os EUA saem mais absolutos ainda em seu predomínio, e subordinam os demais imperialismos, sem contar que sua superioridade tem uma diferença qualitativa em relação à potência hegemônica anterior.

Naquele momento era indispensável o pacto contra-revolucionário com a burocracia soviética devido à situação revolucionária que vivia o mundo e à expropriação da burguesia em um terço da humanidade. Portanto, a ordem mundial estava alicerçada na colaboração contra-revolucionária entre EUA e a burocracia stalinista. Sem a colaboração da ex-URSS seria impossível evitar a revolução na França e na Itália, e reconstruir o capitalismo na Europa Ocidental.

A hegemonia norte-americana no pós-guerra

Como Moreno analisou em *Atualização do Programa de Transição*, a hegemonia norte-americana no pós-guerra foi superior a todas as anteriores da época imperialista. Tratava-se de uma superioridade econômica, política e militar sem precedentes. Os EUA claramente passaram a ocupar o posto de chefes do bloco contra-revolucionário. Submetem política e militarmente os imperialismos japonês e alemão, e apropriam-se de seus mercados coloniais, bem como os da Inglaterra e França, que passam a jogar um papel auxiliar na ordem mundial.

Na área econômica, a hegemonia manifestava-se com clareza no terreno produtivo: 50% da produção industrial provinha dos EUA. O capital financeiro americano foi o responsável pela reconstrução da Europa e do Japão e passou a ter uma participação direta nas inversões de capital nesses países, cuja indústria torna-se dependente das exportações para o mercado americano. A indústria armamentista e as forças militares dos EUA são qualitativamente superiores a qualquer outro imperialismo, e o único competidor nesse terreno era a URSS.

Essa hegemonia materializou-se nas instituições de Bretton Woods, na adoção do dólar como moeda padrão da economia mundial, no comando da OTAN no terreno militar, enquanto a ONU tornou-se o palco dos acordos contra-revolucionários para manter a ordem com a burocracia soviética e os demais imperialismos.

Essa hegemonia sem precedentes é ainda mais reforçada depois da queda do stalinismo na URSS e na Europa do Leste. A dominação era de tal dimensão que muitos analistas chamaram esse período de “ordem unipolar”. No entanto, a falência do stalinismo nos anos 90 enfraqueceu essa ordem mundial em dois sentidos: os aparatos contra-revolucionários que antes freavam e negociavam em nome do socialismo, com o fim de manter a ordem capitalista, deixaram de cumprir esse papel. Os aparatos militares dos Estados operários burocráticos, que controlavam áreas inteiras do planeta, deixaram de cumprir esse papel de polícia, deixando tudo nas mãos do imperialismo. Um exemplo gráfico disso é o Afeganistão, controlado nos anos 80 pelas tropas da URSS e hoje vivendo uma instabilidade crescente, com tropas de



ocupação da OTAN cada vez mais isoladas e um governo títere que não controla praticamente nada. Esse fato monumental fez com que uma das pernas que sustentavam essa ordem mundial fraquejasse, fazendo com que, se por um lado o comando estivesse ainda mais concentrado nos EUA, por outro, este ficou sem parceiros para controlar o conjunto dos povos, em especial onde havia resistência.

Fim da hegemonia dos EUA ou declínio geral do capitalismo?

Hoje se fala em decadência inexorável da hegemonia norte-americana. Um dos argumentos é a perda do papel relativo dos EUA na produção, uma realidade que vem se manifestando desde os anos 80 e que se agravou no final dos 90. A indústria americana, que chegou a ser responsável por 50% da produção mundial no pós-guerra, não chegava a 30% do PIB industrial mundial em 2007. Mas não foi assim no terreno financeiro e menos ainda no militar, onde os EUA detêm quase 50% de todos os gastos mundiais em armamentos.

Se formos conseqüentes com a caracterização sobre o predomínio do capital financeiro na fase imperialista, esta situação mostraria não um declínio relativo, mas a afirmação da hegemonia dos EUA. Enquanto o capital financeiro era centralizado nos EUA e Inglaterra - processo aprofundado na década de 80-90 com as políticas de Reagan-Thatcher - e o predomínio militar dos EUA era cada vez mais forte, a estrutura industrial produtiva foi sendo paulatinamente deslocada para a periferia, em especial à Ásia, graças a uma política consciente do imperialismo. Mas agora essa forma de acumulação entrou em crise com toda a força. O problema é que as contradições não são apenas dos EUA, pois essa forma de acumulação e suas contradições estenderam-se para o mundo inteiro. Muito provavelmente não estamos assistindo a um declínio relativo dos EUA frente aos outros competidores, mas a um declínio do conjunto do sistema capitalista internacional, que vai arrastar consigo os países, imperialistas, coloniais e semi-coloniais.

Por que não há candidatos reais para ocupar o papel dos EUA?

Desde a Segunda Guerra, o papel dos principais imperialismos está subordinado à hegemonia dos EUA. Durante mais de 50 anos, como expressão da derrota militar em 45, nem Alemanha, nem Japão puderam ter forças militares em missões externas. Mas esse lugar subordinado no terreno militar esteve intimamente relacionado à dependência econômica que vem desde a Segunda Guerra, e com o modelo que esses países implantaram. O capital financeiro dos EUA penetrou de forma profunda na estrutura econômica da Europa.

A Alemanha é uma economia exportadora cujo principal mercado é a própria UE e os EUA. A França tem uma economia inferior à da Alemanha, cuja burguesia beneficiou-se da aliança com a Alemanha que impulsionou a UE, mas não pode desafiar os EUA, não somente devido a seu papel secundário, como pela objeção da Alemanha de que a UE se coloque como alternativa enfrentada aos EUA. Assim, a burguesia francesa trata de se adaptar a esse papel secundário. Não por acaso, Sarkozy foi eleito com a proposta de se identificar mais com o “aliado estratégico”.

E a Europa não tem um Estado único para encabeçar a disputa⁴ cada burguesia nacional defende o seu próprio capital, o seu próprio mercado, como ficou claro neste momento de crise. O Japão, além da questão militar, também depende das exportações para o principal mercado, os EUA. O papel dos EUA na reconstrução do pós-guerra, nas empresas e a interdependência de capital e mercados impede que sejam competidores pela hegemonia.

A hipótese de que os países ditos emergentes, antes não atingidos pela crise, poderiam escapar dela ou até mesmo dar uma saída à situação mundial, foi totalmente desmentida pela realidade. China, Brasil e Índia (a Rússia já vinha sendo atingida fortemente desde muito antes) estão sendo engolidos pela crise a uma velocidade tal que faz virar de cabeça para baixo, do dia para a noite, todos os dados do PIB, do emprego, das exportações, do crédito, etc. A China já perdeu 20 milhões de empregos e sua queda de exportações surpreendeu pela rapidez. O economista-chefe do HSBC na China afirmou que as exportações poderão cair até 19% no primeiro trimestre de 2009, levando a uma espiral descendente da economia mundial. Milhares de empresas fecharam as portas na região, voltada sobretudo para a exportação. O Brasil já perdeu pelo menos um milhão e 500 mil empregos desde dezembro de 2008. A queda do PIB industrial brasileiro de 12% em dezembro é um recorde em 18 anos. A Índia também está sofrendo quedas da produção e falência de empresas.

Mas, além dessa discussão mais conjuntural, levantava-se a hipótese de que algum desses países, em especial a China, pudesse transformar-se em uma potência imperialista dominante. Essa opinião apóia-se em um fato real: a imensa capacidade de produção instalada no país e sua modernização acelerada nos últimos anos. Mas o que alguns teóricos, entre eles Chesnais, Giovanni Arrighi e outros não vêem é que essa imensa máquina de produção não tem a menor possibilidade de desenvolvimento autônomo, muito menos imperialista. Trata-se de uma semicolônia ou país em processo de semicolonização, com enorme importância para produção mundial, mas nem por isso deixa de ser semicolônia. Sua dependência do capital e dos mercados dos EUA impede qualquer possibilidade de transformar-se em uma potência imperialista.

A China como “fábrica do mundo” é de propriedade, em sua maior parte, dos capitais imperialistas, e não tem condições de garantir uma realização da mais-valia que não seja pela exportação de mercadorias aos centros imperialistas. Na verdade, o que se deu foi uma penetração do capital financeiro norte-americano, europeu e japonês para extrair massas imensas de mais-valia e compensar a baixa da taxa de lucros nos centros do sistema. Que uma parte importante dos títulos dos EUA esteja garantida por capital oriundo da China só reforça essa relação de dependência. A chegada da recessão mundial à China com números explosivos acaba de desmentir as hipóteses de que ela possa se tornar uma nova potência a partir desse “modelo” e, muito menos ainda, de ser hegemônica.

Quanto à Rússia, o recente conflito com a Geórgia e sua afirmação militar frente a esse ataque do imperialismo norte-americano chegaram a dar a impressão que ela teria condições de disputar um lugar de potência

⁴Vide artigo de Felipe Alegria nesta edição de *Marxismo Vivo*



imperialista. Mas a realidade mostrou que a Rússia é um país em processo de semicolonização e, de forma defensiva, sua burguesia busca preservar ao máximo seu espaço frente ao avanço da recolonização. Nesse marco, tem atritos com o imperialismo e reage de forma defensiva frente ao avanço do imperialismo no terreno da energia e militar. Mas a burguesia russa, associada aos capitais europeus e americanos, e sua dependência carnal das exportações de petróleo e gás, mostram a impossibilidade de ter um desenvolvimento autônomo, muito menos de ser uma alternativa de potência imperialista. Inscreve-se na categoria de submetrópole. Os números da queda da atividade na Rússia, da ordem de 30% nas reservas monetárias, na Bolsa e a enorme desvalorização do rublo, diretamente ligado à queda dos preços do gás e petróleo, demonstram esse papel limitado e dependente que a Rússia mantém frente à economia mundial e ao imperialismo.

Perspectivas

Que não haja candidatos em condições de substituir EUA na hegemonia mundial não significa que não irá ocorrer todo tipo de choques. As disputas por espaço nos mercados e no abastecimento serão multiplicadas. A tendência é aumentar o protecionismo e os subsídios, pois a disputa entre os setores da burguesia imperialista e mesmo das semicolônias sobre quem vai ter que reduzir seus lucros ou fechar empresas será cada vez mais acirrada. Os conflitos regionais também tendem a aumentar pelo mesmo motivo, bem como as disputas entre blocos e dentro dos blocos comerciais existentes, como agora na União Européia. Os enfrentamentos militares regionais e guerras civis também.

Mas mesmo com tamanha gravidade da crise, não vemos no horizonte próximo qualquer possibilidade de guerra interimperialista, e sim atritos e competição por mercados, já que hoje não existe uma potência em condições de competir pela hegemonia mundial. Em relação à questão militar, alguns setores levantam a possibilidade da União Européia adquirir uma dinâmica própria, mas os governos alemão e francês já foram claros a esse respeito: o prioritário neste momento é a cooperação militar entre a UE e a OTAN, em outras palavras, com o imperialismo norte-americano.

A possibilidade de quebras de países está novamente colocada. Embora até agora o único caso seja a Islândia, vários países estão em situação de risco grave, como a Hungria, a Polônia, Belarus, Letônia, Lituânia, Ucrânia, Paquistão, Equador e Argentina. Alguns só não quebraram porque recorreram ao FMI. Já existem preocupações crescentes até mesmo com países da Europa dos 15, como a Grécia e a Irlanda. As preocupações estendem-se à Inglaterra - cuja moeda foi desvalorizada em 35% desde o início da crise - à Espanha e à Itália.

Pode aumentar o peso das submetrópoles na sustentação da ordem mundial, como a Rússia, a Índia e o Brasil; essa já vinha sendo a política de Bush, pelo menos em relação à Índia e ao Brasil.

No Oriente Médio, houve um fortalecimento do Irã, do Hizbollah e agora do Hamas. Na América Latina, a crise vai bater de forma pesada, pode haver tentativas de setores burgueses, frente à crise e à pressão das massas, de buscar alguma margem de manobra e gerar outros fenômenos de tipo bonapartista *sui generis* a la Chávez.

A combinação entre a crise econômica mundial de características depressivas, a crise de dominação do imperialismo americano e a inexistência de competidores à altura para tomar seu lugar faz com que a hipótese mais provável seja a de um longo período de instabilidade. O imperialismo descarregará os custos na classe operária e nos povos, podendo enfrentar uma forte resistência e grande polarização social. Tais períodos podem abrir a possibilidade de disputa do poder pelo proletariado. Também não estão descartadas as variantes fascistas, caso a crise de direção revolucionária impeça o proletariado de dar uma saída de poder da classe. Assim, esta tende a ser uma crise longa e sem saída, até que um dos contendores de classe imponha uma derrota categórica ao oponente.

Quando eclodiu a crise, estávamos em meio a uma situação revolucionária mundial. Enquanto uns raciocinam de forma simplista, achando que com a crise iremos a um ascenso revolucionário, outros tendem a questionar a caracterização anterior, e dizer que agora sim vamos entrar em uma situação revolucionária. Em primeiro lugar, a explicação da própria eclosão da crise tem a ver com as derrotas do imperialismo frente à ação das massas, derrota essa que se combinou com as contradições acumuladas pela economia imperialista.

Além disso, a idéia de que a crise em si tem um sinal de igual à revolução é equivocada. A eclosão da crise significa uma violenta ofensiva burguesa contra a classe operária. Uma ofensiva que se materializa nos milhões de demissões, nos ataques aos direitos sociais, no desalojamento de milhões de famílias, em outros muitos milhões jogados na miséria.

Dizer que vivemos uma situação revolucionária mundial significa enfrentamentos fortes entre revolução e contra-revolução. Mais ainda, quando enfatizamos que estamos entrando na maior crise desde 29 e que os próximos anos podem ser ainda piores que a década de 30, isso não significa um sinal de igual a uma linha direta para revolução, dependerá da luta de classes. A própria crise de 29 demonstrou que uma depressão conduz a uma forte polarização - deu origem a situações revolucionárias agudas, derrotadas pela traição do stalinismo, e ao surgimento do nazi-fascismo.

Como a classe operária vai reagir a essa ofensiva? Pode ocorrer uma reação ofensiva, mas também um refluxo, sob a pressão do desemprego maciço. É importante destacar que está colocada a possibilidade de entrada da classe operária dos países imperialistas em ações ofensivas. Uma possível intervenção das massas poderia marcar um aprofundamento revolucionário da situação mundial. Mas isso é ainda uma hipótese, e mesmo a entrada em cena da classe não significa um caminho linear até a revolução. A burguesia vai atacar duramente e ao mesmo tempo utilizar as conseqüências da crise que ela mesma criou para fazer um chamado à calma social e aos pactos. Por outro lado, frente à possível reação das massas, volta a existir a possibilidade do fascismo. Enfim, o cenário está aberto e a luta de classes terá de dar a última palavra. ■



O sistema financeiro mundial e sua crise

ALEJANDRO ITURBE
FRENTE OPERÁRIA SOCIALISTA (FOS), ARGENTINA



A atual crise já é a mais grave desde a de 1929. Muitos economistas marxistas ou burgueses insistem que é uma crise essencialmente financeira, isto é, originada no sistema financeiro e que, a partir daí, afeta a produção e o restante da economia. Nós afirmamos que se trata de uma crise clássica, originada na queda da taxa de lucros, que se vê agravada e potencializada pelas características atuais do sistema financeiro mundial.

Tradução
Raimundo Alves

Ao mesmo tempo, no entanto, dois processos são evidentes. Um é a hipertrofia do atual sistema financeiro: um crescimento das operações em dinheiro, ações, títulos e outros papéis muito acima das necessidades das atividades produtiva e comercial. O outro é que a atual crise tem uma forte “dimensão financeira”, como mostrou a quebra do sistema bancário-financeiro dos Estados Unidos e da Europa. Ambos os processos são componentes importantes das características específicas da crise, de sua dinâmica e também das medidas que os governos tomaram até agora para tratar de atenuar suas conseqüências e seus ritmos. A crise da “esfera financeira” realimenta-se da crise econômica de conjunto.

Neste número de *Marxismo Vivo*, apresentamos dois artigos, a primeira parte de um estudo mais extenso que continuaremos publicando nas edições seguintes. Este material tem vários objetivos: a) ver como se foi conformando o atual sistema financeiro mundial; b) analisar a crise em seu interior; c) observar suas relações com o conjunto da economia e sua crise e d) definir algumas hipóteses sobre a sua dinâmica.

Para uma melhor compreensão dos processos atuais, pareceu-nos necessário começar pelas análises, definições e conceitos que foram elaborados pelo marxismo sobre o dinheiro, seu papel econômico e social, os bancos e as bolsas, a partir do próprio Marx e as transformações da época imperialista estudadas por Hilferding e Lênin.

O dinheiro, os bancos e as bolsas no capitalismo pré-imperialista

O dinheiro

Durante um longo período da história, os povos intercambiavam seus produtos excedentes através da troca. Esta forma primitiva de comércio é possível em razão do que Marx chamou de *premissa do valor*: todo produto destinado ao intercâmbio é o resultado e expressa *um determinado tempo de trabalho necessário para sua produção*. No escambo, esse intercâmbio realiza-se segundo a fórmula $M = M'$ (ambas as mercadorias – ou certas quantidades delas – têm, por definição, igual valor). Ao analisar o escambo, Marx diz que já existe uma *forma germinal do dinheiro* porque *determinada mercadoria “expressa” seu valor através de um equivalente*: se 2 Kg de trigo forem trocados por 1 m de seda, podemos dizer que esse 2 quilos de trigo “valem” 1 metro de seda (ou vice-versa).

À medida que este intercâmbio fez-se mais geral e permanente, o escambo resultou muito limitado e começou a ser necessário o emprego de algum tipo de mercadoria que servisse como referência, como *medida de valor* de todas as outras e, por sua vez, tivesse um *grau de aceitação* mais ou menos geral, atuando como *meio de pagamento*. Surge assim, com estas características, a *mercadoria-dinheiro*. A partir de sua aparição, o intercâmbio passa a ser triangular: troca-se uma determinada quantidade de mercadoria por dinheiro e, logo, este dinheiro por outras mercadorias. A fórmula passa a ser $M = D = M'$ (os valores de M e M' também são iguais). É o que se chama de pequeno intercâmbio mercantil, existente desde muito antes do capitalismo.

Isto é, o dinheiro é a expressão genérica do valor, de determinada quantidade de trabalho social abstrato. É o *equivalente geral*, a mercadoria por meio da qual as demais mercadorias expressam seu valor, refletem sua igualdade e sua proporcionalidade quantitativa. Segundo as palavras de Marx: *“O dinheiro é a forma mais acabada do valor”*. Por outro lado, atua também como *meio de pagamento*, essencial no intercâmbio. Mas esta característica, a cuja análise limitam-se muitas vezes os economistas burgueses, é derivada da primeira, sem a qual não existiria.

As formas do dinheiro

O dinheiro passou por três etapas. Primeiro, empregaram-se mercadorias que, por seu *amplo valor de uso*, tinham uma aceitação mais ou menos geral. Segundo as regiões e épocas: as peles, a água, o sal (de onde deriva a palavra salário), etc.

Depois de um processo de seleção histórica, os *metais preciosos* passaram a ser empregados: primeiro, a prata, e depois o ouro (duráveis e fáceis de serem convertidos em moedas, barras, jóias, etc.). A equivalência determinava-se pelos valores contidos em certa quantidade de metal (o tempo de trabalho necessário para produzi-lo de acordo aos métodos de produção da época).

A partir do surgimento dos bancos e dos estados nacionais, surgiu a forma de dinheiro muito mais simbólica: o *papel moeda* emitido por estes, respaldado pela prata e/ou ouro entesourados. Com variantes e modificações, é o sistema que continua em uso.

O comércio capitalista

Durante o pequeno intercâmbio mercantil, começam a aparecer comerciantes que atuam de maneira diferente nos mercados: não empregam dinheiro apenas como um meio de troca, mas, possuindo certo capital, compram mercadorias para revendê-las a um preço maior. A fórmula do processo divide-se em duas partes: a) $D = M$ (compra de uma mercadoria) e, após, $M = D'$ (venda a um preço maior). Suas operações começam e terminam com dinheiro, e como D' é maior do que D , *obtem um lucro* e aumentam seu capital inicial, para reiniciar o ciclo. Aqui já estamos na presença de *uma forma de troca claramente capitalista*.

Estes comerciantes obtinham seus lucros “jogando” com a lei do valor: compravam mercadorias nas regiões onde eram abundantes e baratas e vendiam nas zonas em que eram mais escassas e caras. Por exemplo, compravam especiarias, frutas, madeiras e perfumes no Oriente (que vendiam na Europa), e produtos artesanais europeus mais elaborados, que vendiam no Oriente. Assim cobriam seus gastos e obtinham lucros. Desta forma, muitos destes “primeiros burgueses” acumularam grandes quantidades de dinheiro e isso lhes permitiu, posteriormente, transformar-se em outros tipos diferentes de burgueses. Por exemplo, *alguns começaram a dedicar-se diretamente à produção*, e assim nasceu a *burguesia industrial*, protagonista da próxima etapa do capitalismo.

O capital bancário ou “portador de juros”

Outro setor deu origem à burguesia bancária. Se bem que já existissem instituições que cumpriam funções bancárias desde o século IV A.C., em várias cidades gregas, é com o desenvolvimento do capitalismo que surgem os bancos tal como os conhecemos. Isto é, o capital bancário como um setor essencial do sistema capitalista, ao qual Marx dedica parte importante da seção V do livro III de *O Capital*, especialmente o capítulo 21 (*O capital portador de juros*).

Inicialmente, estes comerciantes-banqueiros mantiveram as formas usuárias de empréstimo de dinheiro a setores pré-capitalistas (senhores feudais ou artesãos endividados), sobre os quais realizava uma “punção” parasitária com fins capitalistas (aumentar seu capital inicial). Desse ponto de vista, a fórmula destas operações é $D = D'$ (sendo $D' = D + \text{juros}$). No entanto, o desenvolvimento capitalista faz que os empréstimos bancários sejam cada vez mais destinados a outros setores burgueses que careciam de capital suficiente para iniciar seus investimentos produtivos ou comerciais, o que, por sua vez, transforma-se em um dos fatores que ajudou a este desenvolvimento.

Aqui se produz uma mudança importante: *o capital usurário transforma-se em capital bancário*. Se bem que ambos funcionem sob a fórmula geral $D-D'$, as relações sociais que eles expressam em cada caso são totalmente diferentes. No capital usurário, dá-se de forma “pura”. No capital bancário emprestado a setores burgueses, o processo agora se decompõe na fórmula $D-d-M-d'-D'$. Nela:

D é o capital portador de juros (o dinheiro em mãos dos possuidores de

grandes massas monetárias), convertido em capital através de empréstimos; *d* é o dinheiro em mãos de quem vai extrair mais-valia, isto é, o “capitalista atuante”;

M são as mercadorias (matérias-primas, meios de produção e força de trabalho) compradas para realizar o processo de produção;

d' é o dinheiro obtido com a venda das mercadorias produzidas no processo produtivo (que já incorpora os lucros obtidos);

D' é o dinheiro pago ao primeiro que o emprestou (inclui os juros ou remuneração ao capital monetário ou bancário).

O juro é uma parte da mais-valia extraída

A “remuneração” do capital bancário se expressa nos juros que recebe pelo dinheiro emprestado. Marx preocupa-se em reafirmar que a riqueza social provém do trabalho que gera a mais-valia no processo produtivo, base dos lucros do capitalista produtivo. Portanto, os juros pagos são uma parte da mais-valia extraída pelos capitalistas atuantes e dos ganhos obtidos a partir dela:

A parte dos lucros que se paga chama-se “juros”, o que, portanto, é nada mais que um nome particular, uma denominação específica para uma parte dos lucros do capital em funcionamento que, em vez de por em seu próprio bolso, tem que pagar ao proprietário do capital (...) B [o capitalista atuante, o prestamista] tem que entregar a A [o capitalista portador de juros, o credor] parte dos lucros obtidos com essa soma de capital sob o nome de “juros”, pois A só emprestou o dinheiro como capital, isto é, como valor que não só se conserva no movimento, mas cria mais-valia para seu proprietário.

O capital monetário como mercadoria

Na parte inicial deste trabalho, vimos como determinadas mercadorias transformam-se em dinheiro. Agora estamos vendo como, a partir do surgimento do capital bancário, o dinheiro transforma-se, por sua vez, na mercadoria-capital. Neste processo, produz-se uma “divisão de trabalho” entre setores burgueses. Há um movimento de separação entre a propriedade do capital monetário e a gestão da produção que assegura a extração de mais-valia, um dos fatores que mais impulsionou o desenvolvimento capitalista nos séculos XVIII e XIX:

Há uma divisão de trabalho em duplo sentido. O capital de comércio de dinheiro torna-se um negócio específico e, porque é executado como tal para o mecanismo monetário de toda a classe burguesa, passa a ser concentrado, exercido em grande escala. Então ocorre novamente uma divisão do trabalho dentro deste negócio específico, tanto pela divisão em diferentes ramos, independentes entre si, como pelo aperfeiçoamento de tarefas dentro desses ramos (...), separados dos atos pelos quais estas operações técnicas tornam-se necessárias, convertem o capital adiantado nessas funções em capital de comércio de dinheiro.

Ao mesmo tempo, este processo impõe a necessidade de intensificar a extração de mais-valia já que o “capital atuante” deve ganhar o suficiente para si e para pagar os juros. Nesse sentido, o capital monetário converte seus devedores em sócios ou agentes atuantes para a extração de mais-valia: *“Inclusive quando se concede crédito a um homem sem fortuna (industrial ou*

comerciante), isto ocorre confiando em que ele atuará como capitalista: com o capital emprestado, apropriar-se-á do trabalho não pago. Ele recebe crédito em sua condição de capitalista em potencial”.

Esta divisão de trabalho viu-se acentuada porque os bancos tendiam a concentrar cada vez mais o manejo do conjunto do capital monetário, ao transformar-se em depositários do dinheiro resultante dos lucros de outros setores burgueses. Desta forma, não só emprestavam seu próprio capital, mas também atuavam como intermediários entre esses depositantes e tomadores:

Em correspondência com este comércio de dinheiro, desenvolve-se outro aspecto do sistema de crédito, a administração do capital portador de juros ou capital monetário como função particular dos comerciantes de dinheiro. Tomar dinheiro emprestado e emprestá-lo torna-se um negócio especial. Aparecem como intermediários entre o verdadeiro prestamista e o tomador de capital monetário. Em termos gerais, o negócio bancário, sob este aspecto, consiste em concentrar em suas mãos o capital monetário disponível em grandes massas, de modo que, em vez de prestamista individual, são os banqueiros, como representantes de todos os prestamistas de dinheiro os que confrontam os capitalistas industriais e comerciais. Transformam-se nos administradores gerais do capital monetário.

As ações e as Bolsas de Valores

Junto ao surgimento dos bancos modernos, apareceu outra forma de obter capital monetário por parte daqueles setores burgueses que precisavam dele para iniciar um projeto industrial e/ou comercial. As novas empresas adotavam a forma de *sociedade anônima*, cujo capital dividia-se em certa quantidade de ações (cotas ou partes iguais) oferecidas no mercado para ser compradas por aqueles burgueses que possuíam capital monetário. A primeira foi a Companhia Holandesa das Índias Orientais, em 1602, em Amsterdã, e assim se criou a primeira Bolsa de Valores.

Se bem que a atividade tenha surgido de modo independente dos bancos, rapidamente ambas se associaram, e os bancos atuavam como investidores ou como intermediários na compra e venda de ações. Por exemplo, em 1609, criou-se o Banco de Amsterdã, ligado à companhia citada. O êxito desta primeira experiência fez com que as sociedades anônimas e as bolsas de valores se multiplicassem no mundo capitalista avançado, como segunda alternativa de mercado de capitais.

Surge assim um setor que Marx denomina “burguesia cortadora de cupões” (devido aos cupões que acompanham o título representativo de cada ação e que devem ser apresentados anualmente para receber os rendimentos obtidos). Ele assinala que este setor tem um perfil diferente da burguesia industrial ou comercial, já que só se relaciona com a economia através da compra e venda de ações, e o rendimento que obtém. Portanto, compra e vende ações segundo os melhores resultados, sem importar-se se são empresas comerciais, agrárias, produtoras de aço ou alimentos.

O preço das ações

O rendimento de uma ação se expressa através de sua cotação (preço) no mercado (Bolsa de Valores). Mas esta cotação é influenciada por dois

fatores distintos. Centralmente, deve refletir a evolução do “*valor patrimonial*” (capital) da empresa, e como vai crescendo com os lucros obtidos (ou diminuindo com os prejuízos). Mas também a evolução de sua situação produtiva e comercial (o valor das ações de empresas lucrativas pode dar saltos grandes e rápidos; por exemplo, quando a Companhia Holandesa conseguiu o monopólio do comércio com as Índias).

Ao mesmo tempo, o preço de uma ação é definido pela oferta e a demanda do próprio mercado bursátil (e do mercado de capitais em geral). Se bem que, a longo prazo, os movimentos acionários tendem a refletir os “valores patrimoniais” das empresas; no curto prazo adquirem certa autonomia e tomam, muitas vezes, um caráter especulativo, fazendo com que os preços das ações tenham grandes oscilações. Um exemplo desse caráter especulativo já se viu no *crack* da bolsa europeia em 1873.

Para finalizar este ponto, digamos que, além das ações, as bolsas de valores começaram a comercializar outros tipos de papéis emitidos pelas empresas e também bônus e títulos emitidos pelos estados. No século XVII, começaram a surgir também as modernas empresas seguradoras: em 1660 funda-se, em Londres, a famosa companhia Lloyd’s. Embora se trate de uma atividade secundária nas operações com dinheiro e na economia em geral, jogaram um papel importante na gênese da atual crise.

O capital fictício

O surgimento dos mercados de capitais e a crescente centralização do capital monetário favoreceram a realização de movimentos especulativos cada vez mais intensos que passaram a integrar a dinâmica “normal” de expansão do capital. Ao mesmo tempo, estes movimentos monetários, através da multiplicação de ações, títulos e papéis sem correspondência com a magnitude real dos capitais em funcionamento que supostamente representam, geram o que Marx chamou *capital fictício* (não representa um valor ou riqueza real).

Um movimento especulativo pode fazer subir o preço de determinada ação, ou inclusive de todas as ações simultaneamente. Mas esta alta só será sustentada se expressar a criação de novo valor na produção, e o limite real da expansão do capital segue sendo a extração de mais-valia ou de trabalho excedente. Ver, nesse sentido o capítulo 25 (*Crédito e capital fictício*) e o 27 (*O papel do crédito na produção capitalista*), do Tomo III de *O Capital*. Voltaremos sobre este conceito ao analisar a gênese e as características da crise atual.

Dois tipos de “crise de dinheiro”

Segundo Marx, uma das expressões de toda crise capitalista é a produção de um desequilíbrio entre a quantidade de dinheiro circulante e a quantidade de mercadorias (valor) oferecidas no mercado:

O fenômeno mais geral, mais palpável das crises comerciais é a queda súbita, geral, dos preços das mercadorias, que sucede, invariavelmente, a uma alta bastante prolongada destes preços. Esta queda é o resultado de uma valorização do valor do dinheiro, que surge de uma circulação deficiente. Assim, os preços baixam e sobem periodicamente, porque periodicamente circula demasiado ou pouco dinheiro (Crítica da economia política).

Posteriormente, avança em definir dois tipos diferentes de “crise de dinheiro” (hoje diríamos “financeira”). A primeira é só um momento importante de qualquer crise; a segunda é diferente: *“pode produzir-se também de um modo independente, influenciando logo após a indústria e o comércio”* (*O Capital*, Tomo III, pg. 449).

Isto é, na primeira, a crise origina-se na produção e no comércio, e os problemas na circulação e no mercado de dinheiro são a expressão monetária desta crise. A outra é uma “crise de dinheiro” propriamente dita, originada na esfera monetária ou financeira (por excesso ou falta de dinheiro) que pode ou não influir na produção e no comércio. Diferenciar um tipo de crise de outro é essencial para fazer um diagnóstico das perspectivas da mesma. Uma crise de dinheiro “pura” pode ser resolvida com medidas monetárias (injetando ou retirando dinheiro para voltar ao equilíbrio necessário); uma crise clássica responde a razões mais profundas que, em geral, não podem ser equilibradas com medidas monetárias.

O surgimento do capital financeiro e do capitalismo imperialista

Concentração e centralização

Ao estudar o sistema econômico capitalista em seu conjunto, Marx assinalou que o capital podia apresentar-se sob três formas diferentes: a) capital industrial, produtivo ou ativo (investido na compra de meios de produção e força de trabalho); b) capital comercial (circulação de mercadorias) e c) capital monetário ou bancário.

Também analisou que, ao observar uma seqüência de ciclos de reprodução de capital, podiam ser verificadas duas tendências: a) a *concentração*, que é um processo interclasses (a burguesia acumula uma fração cada vez maior de riquezas, enquanto se forma um “pólo de miséria” - os trabalhadores e as massas); b) a *centralização*, através das compras, fusões e associações (formação de trustes e cartéis), é um processo interno da burguesia através do qual o número de empresas vai sendo reduzido. O resultado combinado de ambos os processos é que *um número cada vez menor de empresas controla um volume crescente de capital*.

Marx chamou a este resultado *tendência monopólica*: empresas cada vez maiores (os monopólios) têm crescente capacidade de controlar os mercados em seu benefício, por sua capacidade de fixar preços de compra e/ou venda (preços monopólicos) que lhes permitam apropriar-se de uma parte adicional da mais-valia social.

Hilferding e o capital financeiro

Marx viu apenas os primeiros passos desta tendência, que se aceleraria muitíssimo a partir da crise das bolsas de 1873. O processo não só se deu no interior de cada ramo da economia, como também gerou uma *crescente associação entre o capital bancário e industrial*, dando origem ao capital financeiro e, logo, ao capitalismo imperialista.

Em sua obra *Capital Financeiro* (1910), o marxista austríaco Rudolf Hilferding amplia a análise marxista da concentração e centralização de

capital, abordando a rápida proliferação das formas que combinam propriedade e controle (trustes e cartéis) que, em grande escala, haviam absorvido empresas menores. Dedicada especial atenção à nova função desempenhada pelos bancos no processo de monopolização e mostra como a contração e a centralização do sistema bancário estimulava uma concentração correlata de capital. Os bancos modernos passam a ser proprietários de grande parte do capital utilizado pela indústria. É ele quem cria o novo conceito de “capital financeiro”:

Chamo capital financeiro ao capital bancário, isto é, ao capital em forma monetária que se transformou em capital industrial (...). Uma parte cada vez maior do capital industrial não pertence aos industriais que o utilizam. Podem dispor do capital unicamente por intermédio do banco, que representa, para eles, os proprietários desse capital. Por outro lado, o banco também se vê obrigado a destinar à indústria uma parte cada vez maior de seu capital. Graças a isto, converte-se, em proporções crescentes, em capitalista industrial. Este capital bancário, capital sob a forma de dinheiro, que por este processo transforma-se de fato em capital industrial, é o que chamo “capital financeiro”.

Para Hilferding, este era o “capitalismo maduro”, o capitalismo monopolista que, diferentemente do período do *laissez-faire* (a livre concorrência) ia eliminando a “anarquia do mercado” pela via da regulamentação e do planejamento. Por isso, também o chamou “capitalismo organizado”.

Lênin e o “novo papel dos bancos”

Em *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*, Lênin parte das elaborações centrais de Hilferding. Mas as desenvolve em dois sentidos: a) o processo implica uma verdadeira *internacionalização do capital*; b) a compreensão do imperialismo como uma *fase superior do capitalismo*, uma estrutura profundamente diferente do capitalismo livre-cambista.

Após resumir o processo de surgimento dos monopólios, concentra-se no novo papel dos bancos, a partir de seu próprio processo de centralização:

Esta transformação de muitos intermediários modestos em um punhado de monopolistas constitui um dos processos fundamentais da transformação do capitalismo em imperialismo capitalista e, por isso devemos deter-nos, em primeiro lugar, na concentração bancária. (...) À medida que as operações bancárias vão aumentando e se concentram num número reduzido de estabelecimentos, os bancos convertem-se, de modestos intermediários que eram antes, em monopólios onipotentes, que dispõem de quase todo o capital-dinheiro do conjunto dos capitalistas e pequenos patrões, assim como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de um ou de muitos países. (O imperialismo, Cap. II, Os bancos e seu novo papel).

Sobre os bancos e indústrias, ele assinala a profunda relação estabelecida entre eles:

Sobre a estreita relação existente entre os bancos e a indústria, é precisamente nesta esfera que se manifesta, talvez com mais evidência que em qualquer outra, o novo papel dos bancos (...) se o banco “reúne” em suas mãos capitais imensos, se as contas correntes de uma empresa permitem ao banco conhecer, de modo cada vez mais pormenorizado e completo, a situação econômica de seu

cliente, o resultado é uma dependência cada vez mais completa do capitalista industrial em relação ao banco. Paralelamente, desenvolve-se a “união pessoal” com as maiores empresas industriais e comerciais, a fusão de umas com as outras mediante a posse de ações, mediante a participação dos diretores dos bancos nos conselhos de supervisão (ou de administração) das empresas industriais e comerciais, e vice-versa. (...) A “união pessoal” dos bancos com a indústria completa-se com a “união pessoal” de ambas as sociedades com o governo. (...) Resulta, por um lado, uma fusão cada vez maior ou (...) a união dos capitais bancários e industrial, e, por outro lado, a transformação dos bancos em instituições com um verdadeiro “caráter universal” (idem).

Um novo tipo de empresas

O capital financeiro transforma-se na direção das principais empresas e bancos, que controla o maior volume da produção, o comércio e o capital. Por essa via, somado a seu peso nos estados e nos governos, passa a ser a direção do conjunto da economia capitalista: “Veremos agora como a ‘gestão’ dos monopólios capitalistas transforma-se inevitavelmente, nas condições gerais da produção mercantil e da propriedade privada, na dominação da oligarquia financeira” (op. cit., Cap. III, *O Capital Financeiro e a Oligarquia Financeira*).

Surge assim um novo tipo de empresa ou, melhor dito, de grupos de empresas, diferente dos trustes ou cartéis (associações horizontais). O novo tipo de estrutura (que os norte-americanos chamam de “holding”), a empresa central ou “mãe” dirige o grupo, define o destino dos investimentos e controla direta ou indiretamente uma estrutura ramificada de empresas, que atuam em vários ramos da produção e comércio:

O dirigente controla a sociedade fundamental (literalmente, a ‘sociedade mãe’) que, por sua parte, exerce o domínio sobre as sociedades que dependem dela (‘sociedades filhas’); estas últimas, sobre as ‘sociedades netas’, etc. É possível, deste modo... dominar ramos gigantescos da produção. Efetivamente, se a posse de 50% do capital é sempre suficiente para controlar uma sociedade anônima, basta que o dirigente possua apenas 1 milhão para estar em condições de controlar 8 milhões de capital das ‘sociedades netas’. Se este ‘parentesco’ for ainda mais longe, com um milhão pode-se controlar 16 milhões, 32 milhões, etc. (...) O capital financeiro, concentrado em muito poucas mãos e gozando do monopólio efetivo, obtém um lucro enorme, que aumenta sem cessar com a constituição de sociedades, emissão de ações, empréstimos do Estado, etc., consolidando a dominação da oligarquia financeira e impondo a toda a sociedade um tributo em proveito dos monopolistas (idem).

As exportações de capitais

Ao analisar e definir os traços centrais do novo capitalismo imperialista, Lênin dá especial relevância às exportações de capitais, à qual dedica todo o capítulo IV de seu livro:

Convém se ater particularmente no papel que a exportação de capital desempenha na criação da rede internacional de dependência e de relações do capital financeiro. (...) O que caracterizava o velho capitalismo, no qual dominava plenamente a livre concorrência, era a exportação de mercadorias.

O que caracteriza o capitalismo moderno, no qual impera o monopólio, é a exportação de capital (op. cit. Cap. IV, A exportação de capital).

O primeiro passo deste processo é a existência de um “excedente de capital” nas potências capitalistas:

No início do século XX assistimos à formação de monopólios de outro gênero: primeiro, uniões monopolistas de capitalistas em todos os países de capitalismo desenvolvido; segundo, situação monopolista de uns poucos países riquíssimos, nos quais a acumulação de capital alcançou proporções gigantescas. Constitui-se um enorme ‘excedente de capital’ nos países avançados (idem).

Esses capitais são exportados centralmente aos países atrasados:

O excedente de capital é consagrado ao aumento dos lucros através da exportação de capitais para o exterior, até os países atrasados. Nestes países atrasados o lucro é, em geral, elevado, pois os capitais são escassos, o preço da terra e os salários relativamente baixos, e as matérias-primas baratas. A possibilidade de exportação de capitais é determinada pelo fato de que uma série de países atrasados já foi incorporada à circulação do capitalismo mundial, (...) tem sido asseguradas as condições elementares para o desenvolvimento da indústria, etc. A necessidade de exportação de capitais obedece ao fato de que, em alguns países, o capitalismo já está ‘excessivamente maduro’ e ao capital (...) lhe falta campo para seu investimento ‘lucrativo’ (idem).

E aceleram o desenvolvimento capitalista dos países atrasados: “A exportação de capitais repercute no desenvolvimento do capitalismo nos países em que são investidos, acelerando-o extraordinariamente. Se, em consequência disso, a referida exportação pode, até certo ponto, ocasionar um estancamento do desenvolvimento nos países exportadores, isto só pode ter lugar em troca de uma extensão e de um aprofundamento maiores do desenvolvimento do capitalismo em todo o mundo” (idem). A exportação de capital representa, então, uma verdadeira “internacionalização” do capital e do capitalismo: “O capital financeiro lança assim sua rede, no sentido literal da palavra, a todos os países do mundo” (idem).

Ao mesmo tempo, surge um novo tipo de país: as semicolônias, que Lênin considera *uma forma intermediária ou de transição* entre os países independentes não imperialistas e as velhas colônias. A partir da exportação de capital, já não é necessário dominar política e/ou militarmente um país para controlar sua economia. Lênin dá como exemplo de semicolônia a Argentina, a qual define como um país “politicamente independente”, mas que, por sua vez, era uma “colônia financeira” da Inglaterra.

A “fase superior do capitalismo”

Ao final do livro, Lênin avança numa síntese da nova fase do capitalismo:

Se fosse necessário dar uma definição a mais breve possível de imperialismo, deveríamos dizer que é a fase monopolista do capitalismo. Esta definição compreenderia o principal, pois, por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas, fundido com o capital das associações monopolistas de industriais e, por outro lado, a divisão do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista para a política colonial de

possessão monopolista dos territórios do globo já totalmente dividido (op. cit. Cap. VII, *O imperialismo, fase superior do capitalismo*).

Em outra parte, atenua um pouco a definição de *domínio absoluto dos monopólios*, apresentando-a como uma fase de transição:

“Em outras palavras: o velho capitalismo, o capitalismo da livre concorrência (...) passa para a história. Em seu lugar apareceu o novo capitalismo, que tem os traços evidentes de um fenômeno de transição, que representa uma mescla da livre concorrência com o monopólio” (idem).

O que fica absolutamente claro é que não se trata de “mais do mesmo”, mas de uma nova fase do capitalismo, qualitativamente diferente da fase livre-cambista. Os aspectos básicos e centrais da análise de Marx (a teoria do valor-trabalho, a lei tendencial da queda da taxa de lucros, a “normalidade” das crises, etc.) mantêm toda sua vigência e são imprescindíveis para entender o funcionamento do “novo capitalismo”. Mas alguns de seus traços (como a livre concorrência ou a capacidade de desenvolver as forças produtivas e satisfazer melhor as necessidades humanas) desaparecem ou, para dizê-lo nas palavras de Lenin, *“algumas das características fundamentais do capitalismo começaram a transformar-se em sua antítese”*. É necessário descobrir e elaborar novas leis que, partindo das leis básicas colocadas por Marx, expliquem os novos fenômenos e processos. ■

A especulação parasitária e a crise de 1929

ALEJANDRO ITURBE

FRENTE OPERÁRIA SOCIALISTA (FOS), ARGENTINA

O surgimento do capital financeiro e sua exportação aos países atrasados, característica central do imperialismo, melhorou as condições para a obtenção de uma taxa média de lucro satisfatória, como Lênin analisava. Por isso mesmo, e simultaneamente, cria também as condições para a existência de um volume cada vez maior de “capitais excedentes” sem possibilidades de investimentos lucrativos na produção. É o “capitalismo excessivamente maduro” do qual falava Lênin.

O resultado é que estes “capitais excedentes” voltam-se à especulação financeira; isto é, a parasitar a mais-valia extraída em outros ramos da economia. Um processo potencializado pela “arquitetura especulativa” que foi sendo construída para compensar essa necessidade de lucros com a criação do “capital fictício”.

Ao contrário do capital investido na produção, cujos ritmos de reprodução ficam determinados pelos ciclos próprios desse processo, o capital especulativo tem uma “agilidade” muito maior e move-se rapidamente de um setor a outro, buscando nichos, situações conjunturais favoráveis e criando seus próprios mecanismos, como as “bolhas especulativas”.

À medida que o volume destes capitais cresce cada vez mais, e em maior velocidade que o capital produtivo, cresce também sua proporção dentro do total de capital circulante. Dessa forma, o conjunto do sistema capitalista imperialista apresenta um caráter cada vez mais especulativo e parasitário, e esta tendência transforma-se numa de suas características centrais.

Alguns autores consideram, inclusive, que o “capital especulativo parasitário” deve ser analisado como uma categoria diferente do “capital financeiro” definido por Hilferding. Seria “o resultado da conversão da forma autonomizada do capital bancário ou portador de juros quando ultrapassa os limites necessários para o funcionamento normal do capital industrial”.

A falsa diferenciação entre burguesia financeira–especuladora e a burguesia produtiva

Neste ponto é necessário refutar um dos mitos com que a crise atual é explicada por diversos economistas burgueses e, inclusive, de esquerda: o suposto antagonismo entre uma burguesia produtiva (que, mesmo sendo exploradora, em última instância jogaria um papel positivo) e uma burguesia financeira-especuladora (a “má” do filme).

O mito parte da extrapolação de elementos parciais que o “sentido comum” percebe no funcionamento econômico. É evidente que, a partir dos

Tradução:
Marcos
Margarido



investimentos burgueses em fábricas, campos, minas ou campos petrolíferos, exista uma economia que produz nova riqueza e, também, que grande parte da “esfera financeira” parasita a riqueza produzida na “economia real”.

Mas é completamente equivocado considerar que as burguesias produtiva e financeira (ou, o que dá no mesmo, as formas ativa e monetária do capital) enfrentem-se e sejam antagônicas. Ou que, em sua atual fase imperialista, seja possível a existência de um “capitalismo plenamente produtivo”, com um setor financeiro que só se limite a financiar a produção.

É necessário recordar que o conceito de “capital financeiro” supõe a fusão altamente centralizada dos capitais bancário e produtivo, sob o predomínio do primeiro. Se considerarmos o grande capital, especialmente o imperialista, a burguesia bancária (financeira) é também industrial e vice-versa. Seria uma tarefa muito longa enumerar os vasos comunicantes (em pessoas e investimentos cruzados) que exprimam esta fusão.

Um fato que desmente o mito da “burguesia puramente produtiva” é que todas as grandes empresas industriais possuem fortíssimos departamentos de investimentos financeiros. Na automobilística GM, esta divisão (a GMAC) foi a primeira que sofreu a crise que hoje se estendeu a toda a empresa (foi vendida em 2007 ao fundo de investimentos Ceberbus). A “burguesia produtiva” investe seus “lucros excedentes” na especulação.

Vejam os dois exemplos desta “mão dupla” produção-especulação. Durante a crise da década de 1970, os lucros obtidos pela especulação financeira na Argentina foram muito importantes para que a Ford sobrevivesse em nível mundial. Ao mesmo tempo, uma parte dos capitais especulativos são investidos em “setores produtivos”, se conjunturalmente for conveniente, como sucedeu, em anos recentes, com a bolha imobiliária e a indústria da construção nos EUA (este último, um setor claramente “produtivo”).

É certo que existem setores burgueses que se dedicam exclusivamente à especulação financeira pura sem nenhuma ligação com a produção (os chamados “abutres”). Mas são, na realidade, setores bastante minoritários em relação ao conjunto da burguesia. Em última instância, são o resultado da exacerbação da tendência especulativa de todo o sistema capitalista. Isto é, da lógica da fórmula D-D’, buscando aqueles investimentos que dêem o maior lucro no mais curto prazo.

Como se forma uma “bolha”?

Um dos mecanismos clássicos da especulação são as chamadas “bolhas”. Quando certa quantidade de capitais especulativos fica concentrada num determinado mercado nacional ou internacional (ações, imóveis, commodities, etc.), aumenta artificialmente a demanda por estes bens ou ativos, e uma “bolha” é originada, na qual seus preços vão muito mais longe de sua base real.

As bolsas de valores são lugares especialmente propícios para a especulação e a criação de bolhas. Tal como vimos, nelas se compram e vendem as ações das grandes empresas e bancos, e uma sobredemanda gerada por capitais especulativos pode elevar seus preços a níveis bem mais altos que seu “valor patrimonial”.

Isto se vê favorecido porque na bolsa só está disponível para a compra-venda uma quantidade limitada de ações; por exemplo, uma fração de 10%

ou 20% do capital total das empresas. Por isso, pode-se provocar um movimento ascendente de seus preços com um volume de capital especulativo bastante menor que o capital efetivamente atuante na produção. Mas, ao subir o preço das ações “comercializáveis”, a cotação de todas as ações dessa empresa também sobe; às vezes a uma velocidade muito alta (por exemplo, duplicando-se em um ano).

Cria-se assim um grande capital fictício e todos os possuidores de ações descobrem que, este ano, “duplicaram” seu capital. Outras empresas menores que não negociam ações na bolsa também vêem o preço de seu capital aumentar. Por exemplo, se o preço das ações de uma grande empresa automobilística subir, as empresas de autopeças e fornecedoras também acompanham o movimento ascendente. Durante um período, a “bolha” (criada pelos capitais especulativos, primeiro, e o capital fictício, depois) atua como um fator dinamizador de outros ramos econômicos e da economia em seu conjunto. O dinheiro e os lucros parecem surgir do nada.

Ao mesmo tempo (contra as previsões de Hilferding de que o capitalismo monopolista permitiria controlar, pelo menos em nível nacional, a “anarquia” capitalista), toda a economia adquire uma fragilidade e uma volatilidade muito maiores ao estar baseada, em grande parte, nesta “bolha” e nesta afluência constante de capitais ao setor “inflado”. Em outras palavras, prepara “anarquias” e crises muito maiores.

Em algum ponto, a “bolha” começa a desinflar-se. A “alfinetada” aparece, à primeira vista, como o resultado de fatores específicos (o balanço negativo de uma empresa importante) ou de um fator “externo” à economia (uma guerra ou um fato importante da luta de classes). Mas, em última instância, ela reflete a causa mais estrutural das crises capitalistas: a queda da taxa de lucro, agravada por esta superabundância de capitais. O esgotamento da bolha vai causar um impacto negativo nos demais ramos da economia, levando a uma crise econômica generalizada. Foi o que ocorreu no “crack” de 1929. ■



O significado histórico da crise de 29



JOÃO HENRIQUE GALVÃO

PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO (PSTU), BRASIL

A crise de 1929 marcou uma profunda inflexão no desenvolvimento do capitalismo, e forma, junto à posterior depressão econômica, um processo iniciado na 1ª Guerra Mundial e concluído na Segunda. Esse período transferiu o papel de imperialismo dominante da Grã-Bretanha para os EUA.

Após a recuperação pós-guerra com a retomada da produção “normal”, a economia atravessou a primeira fase de crise de superprodução durante 1921-22. Em 1924, tem início um crescimento sustentado pelo capital especulativo, que acabou cinco anos depois na quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, a “quinta-feira negra”. Naquele 24 de outubro de 1929, todos os acionistas queriam vender ao mesmo tempo, mas ninguém comprava. Poucas horas depois do fechamento das Bolsas, onze investidores que perderam tudo, suicidaram-se.

Na tentativa de evitar a depressão, os governos injetaram crédito e dinheiro – aumentando o capital fictício – conseguindo uma leve recuperação até 1931. A adoção de medidas protecionistas, em particular a lei Hamley-Smoot, fez a crise alcançar um novo pico em 1933. Nesta fase, a economia mundial definitivamente entrou em recessão. Depois de uma leve recuperação no final de 1936, em 1938 a crise atingiu o último pico. Ao não resolver a crise de superprodução decorrente da diminuição na taxa de lucro, o imperialismo recorreu uma vez mais à destruição física em massa das forças produtivas.

As nações imperialistas, tal como Lênin tinha caracterizado em seu livro *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*, levariam ao extremo a disputa pela divisão do mundo e dos mercados, detonando a 2ª Guerra Mundial. Somente a tomada do poder pelo proletariado seria capaz de ter evitado este massacre. No entanto, esta via foi abortada pela ação do stalinismo, especialmente sua capitulação às democracias burguesas que permitiram o esmagamento da revolução espanhola pelo exército franquista (1936-39).

A “Grande Depressão” demonstrou que o capitalismo não se derruba por si só. Se ao lado da ofensiva do capital para recuperar o crescimento da taxa de lucro não houver uma alternativa de mobilização e organização da classe trabalhadora, no momento de polarização social, alguns setores do proletariado e principalmente da classe média podem ser empurrados a saídas contra-revolucionárias, como a fascista. Neste caso, o aumento sem precedentes de desempregados e de lumpemproletários enfraqueceu o proletariado, e agravou a decadência da pequena burguesia desesperada. Por isso, em meio à crise, “a perda de tempo abre uma perspectiva para o fascismo e não para a revolução proletária” .

Hoje, quase 80 anos depois, longe de ser uma página virada na história, a atual crise mundial fez recobrar com força o estudo das causas e conseqüências de 29. Não na perspectiva de poder evitar futuras crises, como sempre desejaram os economistas burgueses, pois não é a maior ou menor regulação do mercado, a emissão de créditos e dinheiro, o controle na atividade especulativa, que evitarão novas crises de superprodução. Por isso, apesar das teorias keynesianas e monetaristas, inúmeras crises atravessaram o capitalismo ao longo do século XX. E é por isso que a atual crise é comparável à de 29, tal como admitem os ideólogos mais lúcidos da burguesia, porém, quando não tratam de amenizar sua verdadeira profundidade, receitam os mesmos remédios que não funcionaram.

O impacto da 1ª Guerra Mundial

A primeira guerra (1914-1918) foi resultado da luta pela divisão do mundo e impôs uma primeira repartição entre o punhado de potências imperialistas. Nela, os países europeus beligerantes tiveram sua produção cortada em mais de um terço; na Alemanha, na Áustria-Hungria e na Rússia, sua produção nacional foi reduzida pela metade; enquanto o Japão e os EUA enriqueceram.

Com isso, os EUA, indiretamente envolvidos na 1ª guerra, se consolidavam como a maior economia industrial, produzindo mais de um terço da produção mundial. Mas foi somente depois da guerra que tiveram condições de disputar a hegemonia econômica e de mercados com a Grã-Bretanha, antes primeira potência mundial e bastante fragilizada ao terminar a 1ª Guerra Mundial. Os EUA tornaram-se o principal país credor do mundo e seu desenvolvimento não cessou, tornando-se responsável por mais de 42% da produção mundial em 1929 . Por outro lado, a quebra econômica européia decorrente da guerra restringiu a exportação de mercadorias norte-americanas para o velho continente. Todo esse movimento gerou um processo inédito de concentração de capitais, levando à quebra milhares de empresas e bancos:



em 1929, 200 empresas controlavam 49,2% do capital existente, enquanto em 1933 passaram a controlar 56%.

As novas fronteiras desenhadas pelas potências imperialistas restringiam o comércio internacional devido ao encarecimento das tarifas alfandegárias. Além disso, diferenças nas taxas de juros entre os países e os grandes endividamentos de guerra dificultaram o retorno à estabilidade existente antes de 1914. Também as conquistas do movimento operário do pós-guerra, como a subida salarial e a redução da jornada de trabalho, reduziram os lucros capitalistas. Frente à abundância de mercadorias, os preços começaram a despencar.

De forma que, ao terminar a guerra, Trotsky advertiu:

“Na esfera econômica, estas constantes rupturas e restaurações do equilíbrio assumem a forma de crises e booms. Na esfera das relações entre as classes, a ruptura do equilíbrio consiste em greves, lock-outs, na luta revolucionária. Na esfera das relações entre estados, a ruptura do equilíbrio é a guerra, ou melhor, mais discretamente a guerra das tarifas alfandegárias, a guerra econômica ou o bloqueio.”

Entre 1918-23 houve uma situação revolucionária em toda a Europa. Mas, em boa parte pela traição da social-democracia, o ascenso foi derrotado. A recessão de 1920-22 permitiu aos capitalistas esmagarem o movimento operário que se reorganizava depois da 1ª Guerra e se contagiava pela vitória da Revolução Russa.

O Estado operário na Rússia manteve-se às duras penas pelo seu isolamento, principalmente depois da derrota das revoluções alemã e húngara. Esta situação revolucionária se fechou em 1923. Produto da reação capitalista na Itália, o fascismo chegava ao poder pela primeira vez na história. Uma contra-ofensiva burguesa atacou duramente a URSS, impondo uma guerra civil que destruiu sua economia e, por outro lado, direitos duramente conquistados nos países centrais, como a jornada de 44 horas e o pagamento de horas-extras, foram eliminados.

Instabilidade após a 1ª Guerra Mundial

Para superar a crise e a recessão de 1924, o governo Coolidge (republicano) injetou uma enorme quantia de créditos (500 milhões de dólares) através dos Bancos da Reserva, gerando uma expansão bancária de 4 bilhões de dólares num ano. Apenas no começo de 29 a Reserva Federal abandonaria essa política de dinheiro fácil, quando seus recursos tinham se esgotado. Esse dinheiro sustentava-se no ouro que os EUA recebiam pelo pagamento das dívidas dos países europeus.

Na Grã-Bretanha, a supervalorização da libra manteve os preços no patamar da inflação da época de guerra. A Inglaterra tornava-se pouco atrativa para investimentos externos, e por isso mesmo propícia às vendas. Isso fez com que em 1925, Winston Churchill (então ministro do tesouro inglês) retomasse o padrão-ouro, tal como antes da 1ª Guerra, estabelecendo uma nova relação entre o ouro, a libra e o dólar. Mas, enquanto a Grã-Bretanha passava por um período de crises cambiais em meio à volta ao padrão ouro, os EUA, com preços e juros altos, tornavam-se o destino privilegiado dos investimentos. Nesse panorama, o centro financeiro do planeta era transferido da Inglaterra aos EUA.

O solo converteu-se em um recurso atrativo para a acumulação de capital. Na Flórida, por exemplo, uma nascente classe média começava a comprar a segunda casa, enquanto a classe trabalhadora ainda sofria com a falta de uma política de moradia social. Iniciava-se um movimento de compra de terrenos com a única finalidade de vendê-los. Justamente pela idéia de enriquecimento fácil, o mercado ficou saturou: já não havia mais compradores interessados em adquirir o direito ao solo. Assim, a partir de 1926 este “mercado de ilusões” começou a declinar.

Ao contrário do que poderia parecer, este crescimento localizado da economia era típico de uma bolha. Após o “boom”, setores chaves da economia, como a construção imobiliária, ao atingirem um patamar máximo de lucro obtido pelo desenvolvimento das técnicas e nos baixos custos de produção, deixaram de ser interessantes para dinamizar o capital. A tendência decrescente da taxa de lucro duplicava seu impacto pela acumulação de capitais especulativos no setor.

Para evitar o desaquecimento da economia, o governo norte-americano comprou títulos e financiou compras de ações no mercado especulativo, enchendo ainda mais a bolha especulativa em 1928. O resultado foi alimentar ainda mais a atividade especulativa. O crescimento econômico parecia não ter mais limites; este mercado de ilusões teve a maior alta no mercado de valores no dia 19 de setembro de 1929. Entretanto, poucos esperavam que estivesse por chegar a maior crise do capitalismo até então.

A depressão mundial

A agricultura mundial também colapsou. Houve superprodução na colheita de 1929 na Europa e a exportação dos EUA se estancou. A queda na produção industrial levava, conseqüentemente, à diminuição do consumo de combustíveis e matérias-primas. Ou seja, a divisão social do trabalho entre o campo e a cidade provocava um efeito recíproco. Centenas de pequenos bancos cuja atividade principal era conceder créditos agrícolas faliram.

A expansão e a integração da economia mundial também começaram a retroceder. Assim, a crise estourada nos EUA também atingiu países de economias agrícolas, fornecedores de matérias-primas e alimentos, gerando um impacto negativo nas suas balanças comerciais.

A superprodução levou à queda nos preços e à formação de estoques sem saídas. Isso chegou ao ponto dos governos terem queimado literalmente as mercadorias, como cereais e milho nos EUA. No Brasil, fornecedor de dois terços do café consumido no mundo, o governo de Vargas comprou o café armazenado em 1931 para utilizá-lo como carvão nas próprias locomotivas que o transportavam.

Esta situação piorou ainda mais com a crescente onda protecionista. Este movimento, contudo, embora respaldasse as produções nacionais, impedia as exportações. Por isso, nos EUA as exportações caíram de US\$ 5,5 bilhões em 1929 para US\$ 1,7 bilhão em 1932. A agricultura, boa parte dela voltada para a exportação, colapsou. Entre 1929-32 houve uma queda de 60% no comércio mundial. As idéias liberais sofreram um abalo tão forte que durante décadas foram deixadas de lado. Como Hobsbawn afirmou:

“a Grande Depressão destruiu o liberalismo econômico por meio século.”

Enquanto o capitalismo entrava em depressão, havia um país que continuava crescendo - a URSS, o único Estado operário existente - e se aproximava a níveis próximos aos das potências imperialistas. Na verdade, seu ritmo de crescimento industrial superava o de qualquer outro país, pois entre 1929 e 1935 havia aumentado 250%. Além disso, setores importantes como a indústria pesada (a produção mais que decuplicou) e a produção de carvão, petróleo e ferro deram um salto gigantesco. E isso foi possível porque “somente graças à revolução proletária, um país atrasado deu, em menos de duas décadas, passos sem precedentes na História.”

Com o monopólio do comércio exterior e a planificação estatal da economia, e seguindo as metas dos Planos Quinquenais, o crescimento industrial na URSS triplicou de 1929 a 1940. O país ocupou o primeiro lugar na produção de tratores, e, se antes representava 5% da produção mundial de produtos manufaturados, passou para 18%. No mesmo período, Inglaterra, França e EUA viram sua fatia cair de 59% para 52%. Enquanto naqueles anos o sistema capitalista condenava milhões à pobreza, na URSS não havia desemprego.

Diferentemente dos países capitalistas atravessados pela pior crise de suas histórias, na URSS, apesar da burocracia soviética e à custa de uma crise na agricultura devido ao atraso técnico e conseqüentemente à baixa produtividade do trabalho, deu-se este impressionante desenvolvimento industrial.

O protecionismo e os gastos públicos

Em 1929, para estimular o consumo, através do Comitê Agrícola o republicano Hoover procurou manter os preços do trigo e outros cereais. Em junho de 1930, foi aprovado o Ato Aduaneiro Hanley-Smoot que levantou um muro protecionista nas fronteiras norte-americanas para reduzir as importações. Alguns analistas apontam esta lei como a responsável pela crise de 1931 e a posterior depressão. Em 1931 havia nos EUA mais de 8 milhões de desempregados. Esta massa empobrecida vivia em filas de desempregados para receber ajuda e cupons de alimentação, tanto do Estado como das agências de caridade, fatos que ajudaram a imortalizar o drama da crise de 29.

Em maio de 1931, a esperança de recuperação econômica dissipou-se com a crise de um importante banco da Europa central, o Creditanstalt. Na Alemanha, houve fuga de capitais estrangeiros. A crise alemã atingiu a Grã-Bretanha, onde também teve início uma crescente fuga de capitais que superava os recursos disponíveis, obrigando o governo a suspender o padrão ouro. Isso fez despencar o valor da libra esterlina (na época a moeda forte equivalente ao dólar hoje).

Em 1932 os trabalhadores desempregados chegaram a 12,4 milhões (27% da força de trabalho) nos EUA. Naquele ano também foi promulgada a Lei de Ingressos Públicos, com a finalidade de exercer um maior controle fiscal e aumentar uma série de impostos. A maior carga impositiva federal da história norte-americana fez com que os impostos recolhidos da produção privada passassem de 16% para 29%. No entanto, depois de 3200 quebras e uma redução de 50% na produção industrial, a Reserva Federal foi outra vez obrigada a liberar créditos.

Em 4 de março de 1933, o democrata Franklin Roosevelt chegou à presidência. Ele elaborou um pacote de medidas, o New Deal (Novo Acordo) em vigor entre 1933 e 1937, com o objetivo de estimular o gasto público. Seus principais pontos eram: maior controle sobre os bancos e instituições financeiras, construção de obras de infra-estruturas, concessão de subsídio e crédito agrícola a pequenos proprietários, criação da Previdência Social, incentivo e reconhecimento de sindicatos para representar os trabalhadores nas negociações com as empresas.

Mas seu resultado foi a quebra do sistema financeiro, pois o gasto público não freou a decadência nos preços das mercadorias, sendo incapaz de recuperar a taxa ascendente dos lucros. Os estados federais, em situação de insolvência, começaram a decretar moratórias, levando a que Roosevelt decretasse a moratória geral, o fechamento da Bolsa de Nova York e o embargo do ouro.

Diante de tamanho ataque, o movimento operário começou a reagir e novos sindicatos combativos surgiram. Em 1936, o movimento operário deflagrou greve geral, boicotes e lutas por aumento salarial, culminando na formação da central sindical Congress for Industrial Organization (CIO), que rompia com a velha AFL. Com aproximadamente um terço dos operários industriais desempregados, a classe trabalhadora já não via outra saída a não ser a luta.

Contra todos os prognósticos e esforços para reaquecer a economia e controlar o mercado de valores, restringir grandes operações, etc., a depressão não se fechou. Pelo contrário, de agosto de 1937 a março de 1938 houve uma queda de 50% no mercado de valores e os desempregados ultrapassaram os 10 milhões.

Em 1937, a crise entrou em sua fase final. O que pôs fim à Grande Depressão não foi o retorno à produção para o consumo, mas sim a destruição dos meios de produção com a 2ª Guerra Mundial. O desemprego só deixou de ser um problema quando milhões de trabalhadores foram absorvidos pelas forças armadas e pela produção bélica.

O stalinismo e a crise

Terminada a 1ª Guerra Mundial, a Alemanha saiu como a grande derrotada e era apontada como a única responsável pela guerra imperialista. A França, a Grã-Bretanha e os EUA exigiam o pagamento de 33 bilhões de dólares como “reparações” de guerra, quantia na época impossível de ser paga. Este era um dos pontos do humilhante Tratado de Versalhes. Com a hiperinflação de 1922-23, o marco alemão passou a ter um valor quase nulo. Enquanto tentava se recuperar da guerra, a Alemanha queria evitar o naufrágio econômico endividando-se enormemente, principalmente depois de 1924. No auge da crise, os créditos estrangeiros foram repatriados em massa, afundando o país.

A conseqüência política da crise dos anos 30 foi a polarização extrema entre as forças políticas. De um lado, colocava-se a saída operária e socialista, mas do outro lado também ganhavam força as alternativas fascistas. Entre estas, o mais contra-revolucionário foi o nazismo de Hitler, um regime que era a expressão viva da barbárie a que o capitalismo conduzia a humanidade.

A ação do stalinismo, e da social-democracia, abriu caminho para a chegada de Hitler ao poder em 1933, ao não constituírem a frente única necessária para impulsionar a resistência da classe. Isso levou à derrota histórica do proletariado alemão, um dos mais poderosos do planeta e criador do movimento operário socialista, que pagou com milhões de mortos, com a fome e com a miséria. O nazismo alemão contornou a crise capitalista, de um lado impondo um regime de terror à classe trabalhadora, eliminando uma parte de sua força produtiva ou transformando-a em escravos com a perseguição aos judeus, negros e eslavos, e de outro, com o estímulo vertiginoso à indústria militar. Da mesma forma, o Japão, enquanto as demais economias estancavam ou retrocediam, teve um aumento de 40% na produção devido à corrida armamentista, colocando-se na cabeça dos países capitalistas. A ascensão nazi-fascista foi a peça que faltava para levar o mundo à 2ª Guerra Mundial.

Estes movimentos conseguiram chegar ao poder num contexto de ausência de partidos bolcheviques nacionais e frente à impossibilidade de construí-los rapidamente. A burocratização da URSS e da Terceira Internacional “vai se tornar o fator político decisivo dos 20 anos que se seguem a essa primeira derrota do ascenso revolucionário do pós-guerra.”

Se a política sectária do “terceiro período” da Internacional Comunista de 1928-34 tinha sido criminosa, ainda mais nefasta foi a reação contra o ascenso fascista. A primeira orientação definia o movimento social-democrata como inimigo de classe, considerando o fascismo e a social-democracia “gêmeos”. Esta linha foi responsável por isolar os ativistas comunistas alemães do conjunto da classe trabalhadora e abriu espaço para a penetração do nazismo na classe. Depois da derrota alemã, refletindo as mudanças na política externa do Kremlin, a III Internacional fez um giro de 180° para construir alianças com a burguesia “democrática” e seus partidos, como o Radical na França ou os republicanos na Espanha. Estas coalizões para enfrentar o fascismo foram denominadas Frentes Populares (em 34 na França e em 36 na Espanha). Assim, Stálin promoveu a formação de um bloco com o imperialismo “democrático”, comprometendo-se a que a classe operária não conquistasse o poder, e a utilizar os partidos comunistas para consolidar a democracia burguesa contra o fascismo. Em nome desta aliança, reprimiu os setores operários que queriam levar a revolução até à tomada do poder na Espanha, desarmando a classe trabalhadora e conduzindo-a para a derrota, favorecendo a vitória de Franco.

Essa mudança também teve consequência na análise econômica. Trotsky, combatendo o fatalismo determinista da III Internacional do terceiro período que identificava o período como sendo a “última” crise do capitalismo, afirmava que somente a ação consciente do proletariado seria capaz de salvar a humanidade das crises econômicas e das guerras. Porém, Stálin, mudando de prognóstico dois anos após 29, declarou que aquela não seria a última crise. Freando a atividade revolucionária, jogava o destino da classe trabalhadora para um futuro e incerto desfecho histórico.

Nas palavras de Trotsky, “a frase ‘esta crise ainda não é a última’ não pode ter mais que um sentido: apesar das lições da guerra e das convulsões do pós-guerra, os partidos operários ainda não souberam se preparar nem

preparar o proletariado para a tomada do poder; pior ainda, os chefes desses partidos, até agora, não vêem sequer sua própria tarefa, transferem-na para o ‘desenvolvimento histórico’, em vez de assumi-las, enquanto partido e classe. O fatalismo é uma traição teórica contra o marxismo e a justificação da traição política contra o proletariado, isto é, a preparação de uma nova capitulação ante uma nova ‘última’ guerra.”

A crise de 29 foi o detonante de uma época convulsiva de grandes transformações. O capitalismo não foi derrotado porque, ao lado da crise econômica, a burocratização do partido bolchevique e da III Internacional fizeram retroceder a construção da direção revolucionária do proletariado mundial. E, “devido a essa crise, o proletariado não pôde combater com êxito a crise econômica de 1929, que significou chegar aos níveis mais baixos de miséria já conhecidos pelos trabalhadores”. Foi somente levando uma parte da humanidade à carnificina da 2ª Guerra que a burguesia conseguiu destruir os capitais “excedentes” (fábricas e trabalhadores).

A estabilidade dos últimos anos nos principais países imperialistas e a restauração do capitalismo na Rússia, China e demais ex-estados operários burocráticos permitiu que uma forte campanha ideológica alimentasse a ilusão de que o fantasma de 29 não retornaria. A crise atual acabou com a euforia dos anos 90 e 2000, dissipando a intensa propaganda neoliberal dos últimos 20 anos, de que era possível um capitalismo sem crises e que 29 era uma lembrança de outros tempos. Mas, 80 anos depois, esse fantasma voltou com toda a força. ■

A Europa e a crise econômica mundial

FELIPE ALEGRÍA

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DOS TRABALHADORES (PRT-IR), ESPANHA

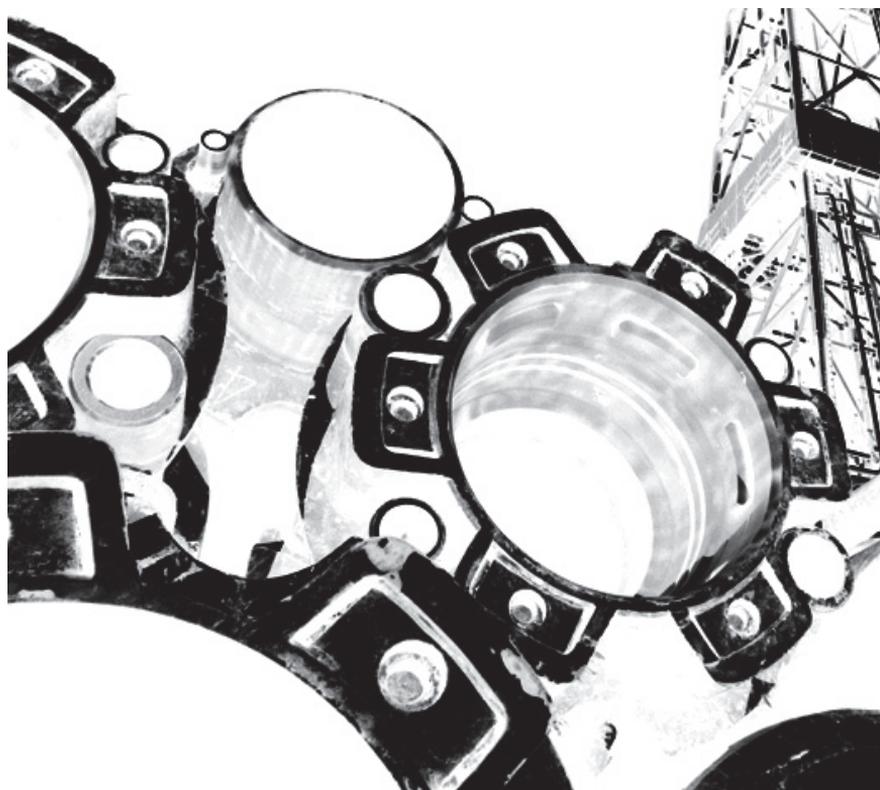
Tradução
Cecília Toledo

A economia mundial, como uma enorme e incontornável bola de neve, dispara cada vez mais rapidamente em direção daquilo que já podemos definir como a Grande Depressão do século XXI, sem que se vislumbre no horizonte qualquer saída imediata.

O capitalismo norte-americano, centro da economia imperialista mundial, cruza os dedos e se agarra aos planos de Obama (como já fez no passado com Roosevelt, na Grande Depressão), esperando que impeçam a derrocada. Até mesmo o próprio Alan Greenspan, ícone neoliberal e presidente da Reserva Federal durante a última grande onda especulativa norte-americana, pede a nacionalização temporária dos grandes bancos à beira da falência de Wall Street (cujas perdas o FMI calcula em 2,2 bilhões de dólares - outras fontes dizem 3,6 -, enquanto o valor das ações dos bancos foi reduzida a 400 bilhões). Entretanto, surge uma nova fraude piramidal massiva, no estilo Madoff, com uma estafa que chega a 8 bilhões de dólares. O Estado da Califórnia, diante da insolvência, decretou estado de emergência fiscal. Aos cortes dos salários dos funcionários públicos, acrescentou cartas de demissão para 20.000 (20% do total do funcionalismo), suspendeu as obras públicas e anunciou que poderia pagar suas contas com títulos, o que não acontece desde a Grande Depressão. Cresce a onda de despejos. Os grandes fabricantes de automóveis de Detroit, que estão à beira da falência - começando pela General Motors -, exigem novas somas milionárias (30 bilhões até 2011) e planejam demitir 47 mil trabalhadores e fechar novas fábricas. Mais de meio milhão de trabalhadores norte-americanos somam-se ao exército de desempregados a cada mês. Mas ninguém se livra da catástrofe. O Ministro da Economia do Japão acaba de declarar, diante dos resultados econômicos do quarto trimestre de 2008 (queda do PIB da ordem de 3,3% em relação a 2007), que “a economia japonesa foi literalmente varrida”.

A envergadura da crise na Europa

Os chamados países emergentes, em especial a China, foram brutalmente atingidos pelo colapso da economia mundial. E, claro, a Europa. Os governantes europeus repetiram durante meses que estávamos diante de uma crise importada dos EUA, que estava localizada nas hipotecas subprime e que a fortaleza econômica europeia resistiria, deteria a crise financeira e impediria que a “economia real” fosse afetada. Bastaram poucos meses para que a Europa, atacada pelos mesmos males, fosse precipitada ao abismo, com índices econômicos que não deixam nada a dever ao colosso norte-americano. Os dados oficiais europeus do último trimestre de 2008 são ainda piores que os



dos EUA. Com uma queda da ordem de 1,5% do PIB europeu, a imprensa da União Européia (UE) fala em “queda em parafuso”, com a Alemanha, a grande locomotiva do continente, encabeçando o ranking (2.1%). A produção industrial de dezembro de 2008 foi 11,5% inferior à do mesmo mês de 2007 e as vendas européias de veículos caíram 27% em janeiro. A crise afeta em cheio todo o continente: as grandes potências européias, os imperialismos menores e toda a periferia. Aquela que pertence à UE (os países do Leste e os bálticos) e a que não pertence (Rússia, Ucrânia, etc.).

O sistema financeiro europeu

O sistema financeiro europeu está tão à beira da falência quanto o dos EUA, sem que haja um único país que se livre dela. Como na América do Norte, todas as medidas adotadas até agora (comprometendo mais de 1,8 bilhão de euros, cerca de 15% do PIB europeu) só conseguiram deter a duras penas a queda no abismo, enquanto a crise financeira é agravada. Foi assim com as sucessivas baixas na taxa de juros, com as injeções multimilionárias de liquidez por parte do Banco Central Europeu (BCE) e com as intervenções maciças dos governos comprando valores podres dos bancos, bancando suas dívidas e injetando somas enormes em seu capital. Mas o crédito não flui; as operações de salvamento vêm uma atrás da outra e os bancos continuam vendo seu valor na Bolsa despencar cada vez mais (em 16 de fevereiro perderam em um único dia 7% de seu valor, reduzido a mais da metade no transcurso dos últimos 12 meses e em alguns casos, como o Deutsche Bank, a um terço).

Os banqueiros e os governos são plenamente conscientes de que, sem uma nova intervenção pública mais agressiva e generalizada, ainda mais gigantesca, o sistema financeiro de conjunto precipita-se à bancarrota. A Diretora de Concorrência, Neelie Kroes, declarou (17/2/09) que é preciso “tomar decisões duras sobre reestruturações ou possíveis liquidações controladas. E essas decisões deverão ser adotadas rapidamente”. Caso contrário, as conseqüências serão “perpetuar modelos de negócio fracassados, arruinar as finanças públicas, consolidar as distorções à concorrência com ajudas públicas sem fim, romper nosso mercado interno e impedir que saia da crise um mercado bancário viável”. Assim, seguindo a esteira da Administração Obama, a UE prepara um novo plano geral de resgate maciço.

Mas a grande diferença com os EUA é que a União Européia não é um Estado único, com um único governo e regras comuns. É, pelo contrário, um bloco imperialista, onde convivem de forma conflitiva diferentes capitalismo, cada um com seus interesses imperialistas próprios e seu próprio Estado.

As medidas de resgate bancário foram nacionais e não européias. A CE limitou-se a aprovar os planos que os Estados membros, em conivência com seus banqueiros, haviam decidido para salvar seus bancos nacionais e promover sua concentração e centralização frente aos demais. O deputado Lamoussure denunciou que o BNP francês foi feito com 75% do banco belga Fortis, justamente depois de receber 2,5 bilhões do Estado francês. Os bancos que não receberam injeções de capital, como os espanhóis, queixam-se da concorrência desleal de bancos “recapitalizados” de outros países que disputam agressivamente os depósitos espanhóis. O novo plano de salvação (que, como nos EUA, não vai poder evitar a “nacionalização” temporária de grandes bancos em falência), vai acirrar a disputa entre os diferentes grupos bancários e países.

O “plano de choque” europeu

Os resultados negativos da economia européia no último trimestre de 2008 e princípio de 2009 superaram todos os prognósticos. As últimas previsões oficiais da UE de meados de janeiro, redigidas “com um nível de incerteza excepcional”, apontam para uma recessão média da ordem de 1,8% do PIB europeu para 2009. Países como a Irlanda retrocederiam 5%, Grã Bretanha 2,8%, Alemanha 2,3% e Espanha, Itália e Holanda 2%, sem contar os países bálticos, mais de 5%. O desemprego oficial na UE cresceu 1,6 milhão em 2008, chegando aos 18 milhões de desempregados (7% da população ativa). A previsão oficial para 2009 é de 3,5 milhões a mais (8,75%), e 10% em 2010. O déficit público aproximado para 2009 é de 4,5% do PIB, com casos extremos como a Irlanda (11%), Grã Bretanha (8,8%) e Espanha (6,2%).

Mas, na verdade, essas são previsões “otimistas” que sabem que vão ser claramente ultrapassadas. Fontes anônimas da Comissão Européia chegaram a expressar o temor de que “o que está em jogo não é uma recessão de 2% ou 3%, mas de 15% a 20%”. Ou seja, um afundamento geral da economia européia (arrastada pela economia mundial). Para fazer frente a tão funestas perspectivas, os chefes de Estado e o governo da UE aprovaram, no final

de novembro de 2008, depois de ásperas disputas entre França e Alemanha, um “plano de choque europeu” de um montante equivalente a 1,5% do PIB comunitário (aproximadamente 10% da soma inicial destinada ao resgate bancário). Sarkozy pretendia criar um “Fundo Comum” anticrise, com a idéia de atrair a Alemanha, mas esta disse que não contribuiria com um único euro a um fundo comum. Da mesma forma, o governo alemão nega-se a falar em títulos da dívida pública “européia”: cada país deve responder por si mesmo.

Na verdade, o chamado plano de choque não tem nada de “europeu”. É uma somatória dos sucessivos planos de choque de cada Estado. Esses planos (condicionados à riqueza acumulada de cada país e à relação de forças entre as classes) buscam proteger os grandes grupos capitalistas nacionais e apoiá-los frente aos demais países; deter a derrocada econômica própria mediante gastos públicos em infra-estrutura e abrir mão, se for o caso, para concessões sociais temporárias.

Afastando-se do sacrossanto “Plano de Estabilidade” (que proibia os governos de incorrer em um déficit público superior a 3% do PIB ou superar uma dívida pública de 60%), alguns países aumentaram os gastos públicos e outros baixaram impostos. No entanto, os países que baixaram impostos atuaram cada um de um jeito, de tal forma que as diferenças no tratamento fiscal aos particulares e às empresas foram aprofundadas.

Na França, Sarkozy criou um fundo de 20 bilhões de euros de apoio direto às “empresas estratégicas” nacionais e reduziu seus impostos. Pressionado por um movimento operário poderoso, condicionou a ajuda às grandes firmas francesas do setor automobilístico (mais de 6 bilhões) a que não se desloquem para os países do Leste europeu, cuja economia depende dos investimentos estrangeiros e das exportações. Da mesma forma, o governo francês se comprometeu com mais gastos sociais frente ao agravamento do desemprego e da pobreza. A Alemanha também apóia diretamente suas grandes corporações, em especial as automobilísticas; concede créditos diretos e isenção fiscal às empresas, reduz os seus gastos com a Previdência Social e oferece também concessões sociais temporárias aos trabalhadores e setores mais atingidos da pequena burguesia.

A Itália reduziu o imposto de benefícios empresariais e de renda. No entanto, comprometida como está numa enorme dívida nacional que se aproxima dos 110% de seu PIB, colocou muito pouco dinheiro efetivo sobre a mesa, com grandes queixas da patronal. Quanto a novos gastos sociais, não vão além de medidas de “caridade” pública. O Estado espanhol, por sua vez, oferece ajuda direta às multinacionais automobilísticas (800 milhões) e às empresas turísticas (175), dá dinheiro às prefeituras (8 bilhões) para contratar durante uns poucos meses 200 mil desempregados em pequenas obras públicas, concede créditos para financiar as pequenas e médias empresas e negocia com os governos autônomos medidas de caridade pública para os desempregados que têm direito ao seguro-desemprego.

A situação extrema dos países do Leste e Bálticos

Atrás do chamado Plano de Choque escondem-se situações muito diversas. Na verdade, há várias Europas: a dos imperialismos ricos, a dos menos

ricos e a dos Estados do Leste. Num dos extremos temos países como a Alemanha ou a França, que nesta primeira fase da crise podem embarcar em duvidosos planos de reativação e em concessões temporárias aos trabalhadores, lançando mão da riqueza acumulada pelas gerações anteriores e endividando-se por conta das seguintes. No outro extremo estão os países do Leste e do Báltico, últimas incorporações à UE. São os Estados pobres de solenidade: países onde o capitalismo foi restaurado à custa de um retrocesso econômico e social brutal, que foram entregues ao capital multinacional pela nova burguesia que surgiu da velha burocracia stalinista.

A fragilidade desses países é extrema. Depende dos investimentos e financiamento das multinacionais e dos bancos estrangeiros e das subvenções européias. Três quartos de sua produção é exportada à UE. Suas moedas estão em queda vertiginosa. Para eles, a crise é simplesmente a ruína. Seus governos, servís, débeis, desacreditados e gangrenados pela corrupção, carecem de margem de manobra e seus planos de choque representam diretamente o empobrecimento e a miséria da população.

É o caso da Estônia, Letônia e Lituânia. A Hungria, incapaz de cumprir seus compromissos, teve de recorrer a um empréstimo de emergência ao FMI. A Romênia perdeu 400 mil empregos em 2009 e sua principal empresa, Dacia-Renault, acaba de demitir 4 mil trabalhadores. A Bulgária afunda-se por causa dos mesmos males e amarga um déficit comercial equivalente a 21% de seu PIB. Todos esses países da UE, nenhum deles da zona euro, estão à beira da suspensão de pagamentos e são forçados a se submeter ao FMI, com suas receitas “clássicas”: desvalorização da moeda, demissão de funcionários públicos, desmantelamento do que resta do setor público, paralisação em massa e novos retrocessos salariais para uma população que carece dos serviços públicos básicos.

Os imperialismos de segunda e terceira linha

Depois do bloco do Leste vêm os imperialismos de segunda e terceira linha da zona euro, sobre os quais também pende uma ameaça de suspensão de pagamentos. Começando pela Grécia, que vive um acelerado processo de deterioração, com o final abrupto de uma década de crescimento com dinheiro barato e subvenções européias e um brutal incremento das desigualdades sociais (80 grandes armadores possuem um patrimônio equivalente ao PIB grego). Sua dívida nacional, a segunda da Europa depois da Itália, é enorme (96,2% do PIB) e continua aumentando, cada vez mais longe dos 60% permitidos pelo “Pacto de Estabilidade”. A qualificação da dívida nacional grega foi rebaixada e é a pior da Europa, o que faz seu custo disparar. O turismo e o transporte naval, os dois grandes pilares econômicos do país, estão fortemente atingidos e o déficit comercial agrava-se perigosamente. Os bancos gregos, como os italianos e austríacos, muito expostos aos negócios dos países do Leste, estão gravemente afetados por sua débâcle econômica e da própria Grécia.

O governo grego é consciente de que a declaração de insolvência do país implica um ataque maciço aos trabalhadores e ao povo grego, para o qual não se vê com forças suficientes depois das revoltas populares que comoveram o país. Por outro lado, o capital europeu sabe que a suspensão de pagamentos

de um país da zona euro contaminaria rapidamente os países mais débeis do euro, empurrando-os para novos defaults, com graves conseqüências para a moeda européia e a UE. No entanto, a opção que têm para evitar o default - refinanciar a dívida e reestruturar os pagamentos com ajuda do FMI e da UE - exige igualmente aplicar uma receita tão antipopular como comprometida.

Mas talvez o país da zona euro que se encontra neste momento mais próximo da insolvência seja a Irlanda, até ontem o “tigre celta”. Segundo as previsões oficiais da UE, seu PIB retrocederá este ano cerca de 5%, seu déficit público chegará a 11% e o desemprego a 10%. A Irlanda tem seu sistema bancário sob intervenção, com as dívidas dos bancos avalizadas, a maioria de suas ações em mãos do Estado e os depósitos garantidos. Mas os bancos continuam afundando, enquanto o governo se vê incapaz de responder pelos fundos avalizados e os depósitos garantidos. Os preços de cobertura da dívida pública irlandesa foram triplicados em uma semana e seu custo financeiro disparou em relação à dívida pública alemã. Fontes oficiais viram-se obrigadas a desmentir os rumores de intervenção do FMI, enquanto o Ministro da Economia alemão, Steinbrück, declarava, em meados de fevereiro – referindo-se à Irlanda - que era preciso preparar-se para resgatar “os Estados com dificuldades em seus pagamentos”.

A Itália, apesar da fanfarronice de Berlusconi, sofre também um grave problema de solvência. A dívida nacional chegará a 110% do PIB em 2009. Tal índice costuma ocorrer apenas em situações extremas, como as guerras. A magnitude dessa dívida faz com que não apenas o seu custo seja brutal como que o Estado italiano viva com a permanente ameaça de uma suspensão de pagamentos caso falhe um leito da dívida pública.

Isso significa que o governo italiano está em grandes dificuldades para financiar os planos de ajuda às empresas, muito inferiores aos alemães ou franceses. Significa também dificuldades para financiar os planos de resgate do sistema bancário italiano, atingido pela crise das economias do Leste europeu e com suas cotações na Bolsa em queda livre. Significa, finalmente, que o governo vai apertar com mais força o cinto dos trabalhadores e dos setores populares.

O Estado espanhol, em plena recessão, tem o triste recorde de paralisação de toda a Europa. No último mês de janeiro, o desemprego registrado superava os 3,3 milhões e os analistas mais sérios prevêem que chegará aos 4,5 em dezembro, chegando a 20% da população ativa. O déficit público, segundo as conservadoras previsões da UE, estará em torno a 6,2% do PIB em 2009, reduzindo cada vez mais a margem de atuação do governo. O déficit externo continuará sendo um dos maiores do mundo. Uma das piadas do desacreditado Fórum de Davos era a qualificação da Espanha como “fundo hipotecário de alto risco”. Mas não é uma brincadeira: neste mês de fevereiro o Banif Hipotecário, principal fundo espanhol de investimento hipotecário, pertencente ao Banco Santander e com mais de 50 mil investidores, foi incapaz de deter a retirada maciça de fundos e decretou um “corralito” por dois anos. Mais de 60% dos ativos do sistema bancário espanhol estão comprometidos no ramo imobiliário, em situação crítica.

A qualificação da dívida pública espanhola foi rebaixada pelas agências internacionais, dificultando seu acesso aos mercados financeiros internacio-



nais e encarecendo-a. A poucos meses de um esforço patético do governo Zapatero para participar da cúpula do G20, em nome “da oitava potência do mundo”, a italiana Enel (com participação do Estado) acaba de ficar com a Endesa, a empresa elétrica privatizada, chamada a converter-se em campeão nacional e na maior empresa elétrica da América Latina. O que agora se perguntam os analistas é quanto tardará a petroleira Repsol, outra das jóias da coroa espanhola, a cair nas mãos do capital estrangeiro.

O velho ex-império britânico

A Inglaterra, o velho ex-império britânico, marcado pela “relação especial” com os EUA, pelo lastre parasitário da City e pela nostalgia impossível da Commonwealth, vive atualmente uma decadência escancarada.

Depois de empenhar a enorme soma de 550 bilhões de euros para nacionalizar o banco Northern Rock, avalizar dívidas bancárias podres, anexar 70% do RBS (terceiro banco britânico) e mais de 40% do Lloyds, o governo Brown viu-se incapaz de deter os processos de quebra. A revista Times pede a nacionalização completa do RBS e o Ministro de Economia declara que se estuda a nacionalização do Lloyds, depois de perder 33% de seu valor em um dia na Bolsa. Rogers, co-fundador com Soros do fundo especulativo Quantum, declarava recentemente que “no Reino Unido não há nenhum banco solvente. E se há, eu não conheço”.

Os especuladores estrangeiros abandonam a libra e o próprio Reino Unido. Segundo o Bank of New York Mellon, de setembro a outubro de 2008 foram retiradas 100 bilhões de libras, $\frac{3}{4}$ do dinheiro que havia entrado nos últimos quatro anos. A cotação da libra passou de 2 dólares a 1,35 em um ano. Durante anos valeu 1,5 euros. Em janeiro de 2008 valia 1,32 e desde outubro despencou em queda livre, chegando a ser cotada por 1,06 euros.

No último trimestre de 2008, a atividade econômica britânica caiu 1.5% e segundo a revista Economist, retrocederá 3.2% em 2009, sendo superada apenas pelas repúblicas bálticas e a Irlanda. Segundo a UE, o déficit público chegará este ano a 10% do PIB, aumentando a dívida nacional. O déficit externo chegou a 6%.

W. H. Buiter, professor do London School of Economics, comparou a crise do Reino Unido com a da Islândia, que culminou a poucos meses na insolvência do país, provocando uma crise econômica e social sem precedentes em tempos de paz numa nação desenvolvida. Isso ressaltou a dependência britânica em relação a seu setor financeiro (cujo peso exorbitante é de 4,5 vezes a renda nacional) e a incapacidade britânica para manter a força da libra. Hill Hutton, ex-diretor do jornal Observer, só vê três opções diante da crise: recorrer ao Banco da Inglaterra para imprimir dinheiro, pedir um macro-empréstimo ao FMI, à UE e aos EUA, o que seria “um suicídio político,” e “a última e mais digerível solução: ingressar no euro para evitar a bancarrota nacional”, mesmo que isso represente o doloroso reconhecimento da hegemonia alemã (e, de passagem, um novo e grave problema extra para o euro). Enquanto o governo Brown se mantém indeciso, o Banco da Inglaterra já pediu autorização para “comprar a dívida pública e privada”, o que equivale a imprimir moeda, levando a uma nova desvalorização da libra e, por sua vez, a um agravamento da crise britânica.

Alemanha e França

A Alemanha, a potência hegemônica européia, e a França, em permanente rivalidade, são o núcleo duro da União Européia, os países mais ricos e poderosos que determinam seus planos. Mas é um núcleo duro atacado em cheio pela crise. Segundo a UE, a atividade econômica da Alemanha retrocederá este ano 2,3% (o Deutsche Bank fala em 5%), o desemprego chegará perto de 8% e a dívida pública a 70% do PIB. No entanto, dados como a queda dos pedidos de aço no quarto trimestre (47%), a redução drástica das vendas e fabricação de automóveis ou a derrocada das exportações fazem pensar em cifras bastante superiores. Já foram colocados em prática dois planos de reativação econômica sem resultados e seu sistema bancário, sob intervenção, continua à beira do precipício, a ponto de o governo estar preparando uma lei para “expropriar” o Banco Hypo Real Estate.

Rússia e Ucrânia

Ainda que não pertençam à UE, não podemos esquecer a Rússia e a Ucrânia, onde a crise assume características de falência total. A produção industrial na Ucrânia está em queda livre, a inflação em 2008 chegou a 22,3% (a mais alta da Europa), seus intercâmbios com o exterior estão paralisados, os investimentos estrangeiros desapareceram, sua moeda - a grivnia - foi fortemente desvalorizada, há fuga de depósitos dos bancos e de capitais do país, sem acesso aos mercados financeiros internacionais. O FMI, que havia firmado recentemente um empréstimo, não paga o que foi combinado porque o governo, em plena crise, é incapaz de cumprir as condições do acordo. Atolado, o governo ucraniano pede, desesperadamente, novos empréstimos.

A Rússia, reduzida ao papel de país produtor de matérias primas, submetida a um agressivo processo de privatização e venda de suas riquezas ao capital estrangeiro e com planos governamentais de ataque generalizado aos direitos sociais que ainda resistem, vive uma verdadeira desintegração econômica que ameaça deixar o país sob parâmetros terceiomundistas.

O ritmo da queda da produção nos meses de novembro e dezembro de 2008 não tem antecedente na história da economia russa posterior à restauração capitalista. Até esta crise, o recorde pertencia a dezembro de 1993 (4,7%). Neste mês de novembro, a queda foi de 6% e em dezembro de 8%, novos recordes. O retrocesso da produção em seis meses chegou a 35,5%. Ramos inteiros da produção, como a indústria pesada, metalurgia, carvão e petroquímica estão ruindo. As estatísticas oficiais reconhecem que 3% do intercâmbio comercial é realizado atualmente por meio da troca, recordando o pior período dos anos 90. No final de 2008, o número de desempregados chegava a 6 milhões e os especialistas prevêem que vai dobrar, chegando a 14% da população ativa. Até o Ministério da Saúde e Desenvolvimento Social dá cifras parecidas.

A queda no preço do óleo cru e dos metais, principais artigos de exportação russa, reduziu drasticamente os ingressos de divisas, cujas reservas se esgotam rapidamente. Somente nas duas primeiras semanas de 2009, o Banco Central gastou 35 bilhões de dólares para sustentar o rublo, sem poder evitar sua queda livre (no momento, de 30%). O Banco Central comunicou que em 23 de janeiro as reservas internacionais eram 25% menores que no início



da crise. As Bolsas russas caíram 80% em um ano e há uma fuga massiva de capitais. É preciso somar a inflação que se abate sobre a classe trabalhadora (13% em 2008). As tarifas de transporte e moradia aumentam, apesar da queda do óleo cru, e o mesmo ocorre com os alimentos. O que o futuro reserva aos trabalhadores e ao povo russo são terríveis privações, para que os oligarcas continuem se enriquecendo. Privações que o corrupto governo bonapartista de Putin-Medvedev pretende impor com medidas ditatoriais e a ajuda da FSB (antiga KGB) e do OMON (forças policiais de repressão) e da promoção da pior xenofobia e racismo contra os trabalhadores imigrantes.

A crise na União Européia

O descrédito da UE perante a população é intenso e crescente, paralelo à percepção de seu papel como instrumento da Europa do capital. O projeto da UE está em crise desde que, em maio de 2005, o povo francês (seguido pelo holandês) repudiou a Constituição européia neoliberal e imperialista, uma Constituição que devia servir de base para a ampliação da UE e reconhecia a hegemonia alemã. A manobra posterior de Sarkozy, de substituir a falida Constituição por um Tratado com os mesmos conteúdos mas que só fosse aprovado pelos parlamentos e governos, também acabou sendo um fiasco devido à oposição do povo da Irlanda, cuja Constituição obrigava a votar em referendun. Desde então o Tratado está no limbo. É mais uma piada: o governo tcheco, que ostenta a Presidência semestral européia, negou-se a hastear as bandeiras da UE em suas instituições.

A crise mundial, ao mesmo tempo em que acentua a necessidade do capitalismo europeu de apoiar-se na UE para ordenar suas fileiras e fazer frente aos EUA em melhores condições, agrava também a crise da UE. A incorporação de novos países está paralisada, as mais sagradas normas comuns (o Plano de Estabilidade) ficaram marginalizadas e as instituições comunitárias saíram de cena para dar lugar aos governos nacionais, em particular ao alemão e ao francês, que traçam seus próprios planos em todos os terrenos. A UE vive submersa num clima cada vez mais nacionalista, com os governos esforçando-se, sem envergonhar-se, por servir a suas próprias burguesias nacionais; com um orçamento comum ridículo de 1,045% do PIB comunitário e com fundos europeus mesquinhos para os novos países incorporados.

Na verdade, já se começou a pensar como possível o que até ontem todo mundo excluía: que a crise possa ir tão longe que chegue a provocar uma hipotética explosão do euro e da atual UE. A perspectiva de suspensão dos pagamentos por parte dos países da zona euro, como a Irlanda e a Grécia, já é vista como uma ameaça concreta. Mas se esses países declararem-se insolventes, não serão os únicos, e acabarão arrastando inevitavelmente Portugal, a Itália ou a Espanha. Esses países teriam as portas dos mercados financeiros internacionais fechadas, um espaço onde cada vez encontram mais dificuldades, e pior, num momento em que todos os países capitalistas, sejam grandes ou médios, recorrem maciçamente para colocar sua dívida.

A consolidação da UE veio a reboque da implantação do euro, que significava, ao mesmo tempo, o reconhecimento da hegemonia da Alemanha unificada. Mas uma onda de suspensão de pagamentos como a que se

vislumbra for desencadeada, a Alemanha não vai poder, e nem querer, unir seus destinos aos países insolventes e, com isso, ser arrastada junto a eles para o abismo. O destino do euro e da própria UE é, portanto, incerto e vai passar por grandes sobressaltos.

O que sim está fora de dúvida é que a crise mundial vai gerar outra configuração da Europa. Há alguns anos escrevemos: “A UE constitui, em primeiro lugar e acima de tudo, uma plataforma comum dos imperialismos europeus para agredir os trabalhadores do continente (...) É também uma plataforma imperialista comum de defesa dos interesses das multinacionais européias frente à voracidade norte-americana e frente ao Japão. Mas a UE é também o campo de batalha onde se trava a batalha pela hegemonia do imperialismo alemão frente a seus rivais”. E, de fato, a crise está acentuando essa rivalidade. Com a Inglaterra vivendo sua mais amarga decadência, a Alemanha busca afirmar sua supremacia econômica, enquanto a França tenta disputar a direção política e diplomática da UE, a serviço de seus próprios interesses imperialistas.

É preciso entender esses enfrentamentos intra-europeus no contexto mais geral da rivalidade com o imperialismo norte-americano, a grande besta ferida que busca deter o tsunami que a ameaça, reafirmando sua hegemonia mundial frente ao Japão e aos imperialismos europeus, que exigem, por sua vez, maiores direitos ao saque mundial e um tratamento como sócios fiéis e subalternos. Nessa disputa, os EUA apóiam-se na colossal força que significa contar com um único Estado, com um poderio militar indiscutível (ostenta 50% do gasto militar mundial, frente a 20% do conjunto dos Estados europeus) e com um lugar insubstituível como centro da economia e das finanças mundiais.

Esquenta a caldeira da luta de classes européia

A caldeira está esquentando rapidamente, para enorme alarme dos governos. Em praticamente todos os países, com desigualdades, as mobilizações operárias e populares radicalizam-se e se massificam ao calor de uma crise que atinge em cheio o emprego e as conquistas dos trabalhadores e empobrece amplos setores das camadas médias. As recentes manifestações multitudinárias de diferentes países europeus em apoio à Palestina contra a agressão genocida sobre Gaza são outro reflexo da combatividade e potencialidade do movimento.

Já alguns meses antes do desemprego maciço começar a fazer estragos em todo o continente, a grande revolta grega anunciava a entrada de um novo período da luta de classes na Europa. Iniciada em 6 de dezembro em resposta ao assassinato do jovem Alexis e protagonizada pela “geração dos 700 euros”, uma insurreição espontânea deixou a Grécia de pernas para o ar durante semanas, encostando na parede e desmascarando a esquerda institucional do socialista PASOK e do comunista KKE e a burocracia sindical. As declarações do dirigente socialista Laurent Fabius de que a “Grécia poderia se repetir na França” marcam o significado da revolta grega, bem como a necessidade de entender que explosões espontâneas similares podem se repetir como resposta ao enorme muro com que a esquerda oficial e a burocracia sindical buscam frear a mobilização.

Na França, ocorreu uma greve geral e manifestações com dois milhões de pessoas no último 29 de janeiro. Para 19 de março estava anunciada

outra jornada de protesto. Estudantes (secundaristas e universitários) e trabalhadores mobilizam-se contra os planos de um governo na defensiva e uma popularidade abaixo do mínimo. Sarkozy busca agora ganhar tempo, parando temporariamente seus planos de ataque para “negociá-los” com a burocracia sindical e oferecendo concessões parciais. Entretanto, uma greve geral de mais de quatro semanas paralisa a colônia francesa de Guadalupe e se espalha pelo restante dos territórios do Ultramar (Martinica, Reunião e Guiana). A esquerda oficial se afunda nas pesquisas (as duas líderes do PSF contam com o apoio de 13% e 6% do eleitorado), enquanto Besancenot, a figura estrela do Partido Anticapitalista, se arranja com 23%.

Há duas semanas, trabalhadores britânicos de 20 fábricas de energia lançaram-se a uma greve selvagem contra a subcontratação de trabalhadores comunitários com salários inferiores aos do Reino Unido, sob o lema “trabalhos britânicos para trabalhadores britânicos”. Não podemos menosprezar o grave perigo da extensão da xenofobia entre setores de trabalhadores. Não é à toa que o primeiro a falar do “british jobs for british workers” – sem importar-se que essa bandeira também já foi patrimônio da extrema direita - foi o próprio primeiro-ministro trabalhista Gordon Brown. Mas, do mesmo modo, tampouco se pode perder de vista que o objetivo central da greve foi enfrentar a normativa europeia que permite o “dumping social”, a patronal que a utiliza para atacar os direitos dos trabalhadores e o governo Brown, que defende essa normativa. A greve selvagem é um prenúncio da radicalização da classe trabalhadora britânica e lança um alerta sobre os perigos da xenofobia que ameaça o movimento operário.

Os países do Leste e as repúblicas bálticas estão vivendo, com a ameaça de uma miséria generalizada, as maiores mobilizações operárias e populares desde as revoluções democráticas que no final dos anos 80 derrubaram as ditaduras stalinistas que restauravam o capitalismo. As derrocadas da Rússia e da Ucrânia vêm a reboque do acelerado descrédito dos governos e do ressurgir de mobilizações operárias.

Itália

A Itália é o país onde as tendências bonapartistas ditatoriais estão indo mais longe. A recente ofensiva de Berlusconi, com apoio direto do Vaticano, sobre caso Eluana (que provocou uma gravíssima crise institucional) mostra a determinação da direita italiana de governar por decreto, passando por cima do Parlamento e do poder judicial, apoiando-se diretamente nos aparatos repressivos do Estado. Logo depois do caso Eluana, o governo Berlusconi aprovou um decreto de urgência para a criação de “patrulhas” noturnas de civis para cuidar da “segurança cidadã”, que estariam coordenadas com a polícia e o exército, e dirigidas pelos prefeitos e representantes do governo.

Esta é uma medida pré-fascista, que acompanha decisões governamentais anteriores, como a utilização de tropas do exército nas ruas em tarefas policiais, que impuseram depois de uma intensa manipulação propagandística, que mobilizou os setores sociais mais reacionários, frente à “emergência cigana” e a imigração, diretamente identificada com a delinquência. Do mesmo modo, em torno à bandeira de racismo, xenofobia e em aliança com os clãs mafiosos, os partidos governamentais há tempos vêm promovendo bandos fascistas que se

dedicam a atacar impunemente os imigrantes e que não hesitaram em enfrentar violentamente os estudantes em greve há alguns meses. Neste exato momento, a Itália é o pólo mais avançado do progresso de mecanismos fascistas na Europa, apontando o caminho para os demais. Note-se que nenhuma dessas medidas do governo Berlusconi foi questionada pela UE. Pelo contrário, a UE deu-lhe ainda mais munição com leis como a do retorno dos imigrantes (conhecida como “Normativa da Vergonha”) e o respaldo às medidas contra os direitos e liberdades democráticas adotadas a partir do 11 de Setembro.

O caráter bonapartista do governo Berlusconi está vinculado, por um lado, à debilidade da burguesia italiana e à conseqüente necessidade de atacar abertamente os trabalhadores e, de outro, à extrema impotência e podridão da “oposição” parlamentar, sobretudo do Partido Democrático (PD, surgido da fusão dos restos do velho PCI com os restos da Democracia Cristã), um partido corroído pela corrupção e pelas disputas entre seus próprios dirigentes. A Itália é, provavelmente, o país europeu onde a velha esquerda (“centro-esquerda” do PD e as forças que se associaram a ele, como a de Bertinotti) foi mais longe em seu descrédito e autodestruição, sem que se levante ainda uma alternativa à sua esquerda. Ao mesmo tempo, é um dos países em que a esquerda sindical parece avançar mais em sua reconstrução. Nessas circunstâncias, a perspectiva de revoltas espontâneas ao estilo grego não podem ser descartadas.

O movimento de massas e suas direções

O momento europeu está marcado por uma crise histórica do capitalismo, que chega rompendo todas as comportas, por uma ebulição geral do movimento das massas, que começam a ser brutalmente atingidas depois de uma longa década de “prosperidade”. E também pelo descrédito geral dos diversos governos. Os governos mais poderosos, como o alemão ou o francês, tentam ganhar tempo e evitar um choque frontal prematuro com os trabalhadores. A retirada da proposta da lei da jornada de 65 horas semanais por parte da UE respondia à mesma preocupação e ao temor de que essa medida inflamasse ainda mais o repúdio popular à Europa do capital. Por outro lado, governos como o italiano e os dos países mais frágeis da UE carecem de margem de manobra para adiar os choques diretos.

O desprestígio da social-democracia, identificada com as políticas neoliberais dos governos em que participa ou já participou, chega a níveis desconhecidos, sem exceção. É o caso do neo-trabalhismo britânico, da social-democracia alemã, do PD italiano (se é que pode ser definido como social-democrata), do PASOK grego ou do PS francês e português. Alguns partidos agüentam mais, como o PSOE espanhol, com um governo desgastado que tenta postergar os ataques frontais contra os trabalhadores que, no entanto, não vai poder evitar e que estão chamados a afundá-lo no descrédito.

Por outro lado, os velhos Partidos Comunistas, com a única exceção do PC português que, mesmo em retirada, ainda resiste, e talvez do PC belga, nunca mais levantaram a cabeça depois da derrocada do aparato stalinista no final dos anos 80. O KKE chocou-se com a grande revolta grega de dezembro, o PC francês, amarrado ao PSF, segue-o na queda ao abismo, a Refundazione Comunista de Bertinotti uniu seu destino ao governo neoliberal de Prodi e o PCE espanhol, atado à sua coligação eleitoral Izquierda Unida (IU), vive a sua decadência.

Hoje, o grande apoio dos governos e o principal freio à mobilização são os aparatos sindicais que, durante o último período, apoiando-se em setores da aristocracia operária que se beneficiaram da “prosperidade”, financiaram seus privilégios burocráticos, enquanto faziam acordos espúrios com a patronal e os governos para generalizar a precariedade e os baixos salários e avalizar a discriminação dos trabalhadores imigrantes, convertidos em parte substancial da classe trabalhadora europeia. Agora, com as demissões, o desemprego maciço, os ataques aos direitos trabalhistas e sociais, as bases do domínio da burocracia sindical estão condenadas à crise. Não apenas os setores mais explorados são atacados, mas também amplos estratos da aristocracia operária e das camadas médias.

Um enorme atraso subjetivo

Durante estes anos, a classe operária europeia recebeu grandes golpes, mas nenhuma derrota histórica, e está, portanto, inteira para responder às grandes penalidades que lhe reserva a crise capitalista. Mas, apesar disso, estamos com um atraso subjetivo enorme, tanto no terreno da organização das oposições classistas à burocracia sindical como no agrupamento da esquerda revolucionária. A crise atinge a classe operária europeia com essa grande debilidade e assim aumenta as dificuldades diante da grande tarefa de construir uma direção política revolucionária em cada país e em toda a Europa.

No entanto, temos o direito ao otimismo neste período que se acelera, um período no qual haverá derrotas e vitórias parciais importantes, mas no qual o capitalismo não vai encontrar estabilidade tão cedo. Temos direito ao otimismo não só porque a social-democracia está abertamente desprestigiada, mas porque já não temos pela frente o colossal obstáculo que no passado representou o aparato político stalinista, hoje em ruínas. Vão surgir novos obstáculos para frear o avanço dos ativistas em direção à esquerda revolucionária, mas não vão ser historicamente comparáveis aos do passado.

As limitações do novo “New Deal”

A atual política de Obama (e, por extensão, a dos países ricos da UE, como Alemanha e França) foi comparada com o New Deal (Novo Acordo) de Roosevelt diante da Grande Depressão. E, efetivamente, o New Deal é a referência histórica desses governos. O que não se diz é que uma política assim não passa – como dizia o velho Trotsky em plena Depressão – de “uma forma de perplexidade política”, possível apenas em países historicamente privilegiados em que a burguesia conseguiu acumular uma enorme riqueza. De fato, os países pobres e dependentes não podem nem recorrer à sua riqueza acumulada nem ao menos endividar-se por conta das próximas gerações. Os próprios governos dos grandes países imperialistas reconhecem que carecem de um verdadeiro plano e se mostram perplexos em relação ao futuro. Seu grande argumento é que “é preciso fazer alguma coisa”, mesmo que não funcione, porque a única coisa segura é que, do contrário, o capitalismo será precipitado ao abismo. Roosevelt era mais poético ao expressar que “só se deve ter medo do medo”.

Também não se diz que o New Deal foi uma política que fracassou. É verdade que conseguiu certa retomada econômica (que favoreceu, sobretudo,

os grandes monopólios) e um alívio parcial à crise. No entanto, a relativa recuperação conseguida deveu-se aos gastos públicos e não a uma verdadeira recuperação capitalista dos negócios (os investimentos privados, que em 1929 eram de US\$ 16 bilhões, em 1933 caíram a menos de US\$ 1 bilhão e em 1936 não passavam dos US\$ 1,5 bilhões). A média da taxa de desemprego de 1930 a 1939 foi de 18,3% e foram milhões os trabalhadores que viveram durante esse tempo à custa da caridade pública e privada. Somente em 1937 o desemprego caiu abaixo de 15%, o mesmo ano em que a economia norte-americana voltou a cair para elevar o desemprego a 19% um ano mais tarde. De fato, a verdadeira recuperação econômica norte-americana só veio com a entrada dos EUA na II Guerra Mundial em 1941, quando enviou 12 milhões de jovens trabalhadores para combater, colocou todos os recursos do país a serviço do esforço bélico e, mais tarde, beneficiou-se da reconstrução de uma Europa submetida à mais completa devastação.

A Grande Depressão mostrou a incapacidade do capitalismo em declínio para superar por si mesmo as grandes crises de superprodução. Foi necessária uma intervenção maciça do Estado (o “New Deal”) para impedir seu completo desastre, sem que conseguisse, no entanto, salvá-lo da crise ou ao menos dar-lhe uma nova força vital. A crise atual distingue-se da época da Grande Depressão no fato de que agora a especulação e o parasitismo financeiro chegaram a um ponto que até os próprios financistas de 1929 teriam considerado aberrante (os derivados financeiros em meados de 2008 atingiram 600 trilhões de dólares, 10 vezes o PIB mundial). Do mesmo modo, o grau de interconexão da economia mundial, depois das últimas duas décadas de globalização, atingiu extremos a que nunca o capitalismo imperialista aspirara antes. A crise atual vem também ligada a novos componentes, como a crise energética (a iminência do chamado “pico do petróleo”) e o desastre do meio ambiente que ameaça as condições de vida da humanidade. Acrescente-se a tudo isso que a indiscutível superioridade militar norte-americana e a capacidade destrutiva do moderno arsenal nuclear excluem hipóteses ao estilo da II Guerra Mundial, o verdadeiro balão de oxigênio do capitalismo norte-americano nos anos 30.

Não cabe dúvida de que, mais além das hipóteses conjunturais, entramos numa profunda onda depressiva, que vai durar um longo tempo e que vai modificar radicalmente todos os cenários mundiais, colocando como questão de vida ou morte o velho dilema de Rosa Luxemburgo: “Socialismo ou Barbárie”.

Pelos Estados Unidos Socialistas da Europa

Num trabalho que publicamos em 1999 dizíamos: “A União Européia reflete o alto grau de unificação econômica do continente, o caráter continental de suas forças produtivas. Reflete também a imperiosa necessidade de eliminação das fronteiras e dos Estados nacionais. Mas a UE é, ao mesmo tempo, a negação de tudo isso, ao ser fruto do acordo das burguesias imperialistas que não podem nem querem prescindir de seu próprio Estado (instrumento vital de dominação, peça chave para a defesa dos interesses de ‘suas’ multinacionais no mundo e uma boa maneira de compartimentar a luta de classes num marco ‘nacional’). E acrescentávamos: “Nenhum imperialismo, enquanto tal, pode entender a unificação da Europa se não for sobre a



Dossiê

hegemonia de seus próprios interesses nacionais imperialistas”.

A crise capitalista mostra a inviabilidade histórica da UE e deixa em evidência, ao mesmo tempo, que não há saída “nacional”. A crise atual só tem solução por meio da expropriação do capital, que começa no marco do Estado nacional, mas que só tem sentido em escala europeia e mundial. O marxismo revolucionário tem uma bandeira para dar corpo a essa necessidade: os Estados Unidos Socialistas da Europa. Essa bandeira, defendida em 1923 pela Internacional Comunista de Lênin e Trotsky, depois foi abandonada ao chocar-se com o “socialismo em um só país” de Stalin.

A crise atual volta a colocá-la com toda a sua força. Trotsky, em 1929, dizia: “a guerra [mundial] imperialista foi um produto da contradição entre as forças produtivas e as fronteiras nacionais (...) há muito que o capitalismo perdeu a capacidade de existência em um só país. O socialismo será baseado sobre forças produtivas muito mais desenvolvidas; de outro modo não significaria senão uma regressão em relação ao capitalismo (...) O socialismo não pode alcançar seu desenvolvimento pleno nem sequer nos limites de um só continente”. E conclui seu artigo dirigindo-se aos governantes europeus da época: “para unificar a Europa é preciso, antes de mais nada, arrancar o poder de vossas mãos. Nós o faremos. Nós unificaremos a Europa. Nós unificá-la-emos contra o mundo capitalista hostil. Nós transformá-la-emos numa poderosa base de apoio do socialismo combativo. Nós convertê-la-emos em pedra angular da federação socialista”.■

China: a fábrica do mundo

fecha suas portas



A crise econômica chegou à China. E de uma forma inesperada para os dirigentes do Partido Comunista da China (PCCh). Em outubro, a curva ascendente das exportações começou a reduzir seu ritmo, mas ainda ocorria um crescimento de 17,6% em relação a outubro de 2007¹. Em novembro, no entanto, estas despencaram, gerando um valor negativo de 2,3%, a maior queda desde abril de 1999. Em dezembro a situação agravou-se, com uma redução de 2,8%. Se os valores forem contabilizados em yuan – a moeda chinesa - e corrigidos pela inflação anual, refletindo mais corretamente a situação, a queda é ainda maior, de 11,4% apenas em novembro. Além da queda nas exportações, ocorreu uma redução de 36,5% dos investimentos estrangeiros diretos no mesmo mês e de 17,9% nas importações, embora tais números reflitam também uma queda dos preços das commodities.

Segundo o portal estatal China Daily, os índices de janeiro deixaram os economistas “confusos e alarmados”, pois esperavam uma retomada dos negócios. A queda nas exportações foi de 17,5% em dólares e o comércio exterior caiu 29%. É verdade que as festividades do Ano Novo Lunar, um feriado móvel ocorrido no fim de janeiro, pararam o país por uma semana, mas não os países importadores, não sendo justificativa, como alegado, para tal queda histórica.

A crise já vinha sendo anunciada desde o início do ano, quando os dados trimestrais do PIB mostravam uma queda contínua, de 10,6% no primeiro trimestre, 10,1% no segundo e 9% no terceiro trimestre, mas era vista apenas como uma desaceleração da economia prevista e até saudável, devido ao desastre ecológico causado pelo desenvolvimento acelerado. Mas o crescimento do PIB foi de apenas 6,8% no último trimestre, resultando num índice anual de 9%. Antes da divulgação dos dados do último trimestre, o Banco Mundial previa um crescimento de 7,5% do PIB e de apenas 3,5% das exportações em 2009. Agora, estes números podem ser ainda menores. Qu Hongbin,

MARCOS MARGARIDO
PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO (PSTU), BRASIL

¹Todos os índices apresentados a partir daqui serão, como este, em relação ao mesmo período do ano anterior, a não ser que esteja expressamente indicada outra relação. Os dados e citações deste artigo foram obtidos das seguintes publicações: www.nyt.com, www.china-digitaltimes.net, www.china.org.cn, www.chinaview.cn, www.chinadaily.cn

² FED: Federal Reserve, o Banco Central norte-americano

economista-chefe do HSBC na China, afirmou que as exportações poderão cair até 19% no primeiro trimestre de 2009.

O mercado financeiro chinês também foi tremendamente afetado. A Corporação de Investimentos da China (o fundo soberano chinês) teve um prejuízo de US\$ 2,46 bilhões na compra de ações do Grupo Blackstone, além de perdas sobre os investimentos no Morgan Stanley e no Banco Barclay inglês. O Banco da Construção declarou US\$ 673 milhões de prejuízo, devido à compra de derivativos de títulos hipotecários sub-prime e ações do falido Lehman Brothers.

A Bolsa de Valores de Xangai arrastou para o abismo as ações das empresas chinesas. A queda foi maior que a do índice Dow Jones da Bolsa de Nova Iorque, chegando a perdas de 70% em 2008. Em relação a outubro de 2007, as perdas chegam a 150%, fazendo o valor das ações passarem de US\$ 5 trilhões em 2007 para US\$ 1,3 trilhão em 2008. O “crash” da Bolsa de Nova Iorque em 1929 não chegou perto dessa desvalorização, mesmo após 3 anos de queda. Não é por outro motivo que um economista do governo tenha falado em “colapso do mercado acionário” chinês.

A Chimérica

Toda esta decadência acontece num momento em que as relações comerciais e financeiras entre os Estados Unidos e a China atingem níveis inimagináveis, a ponto do historiador econômico, Niall Ferguson, ter batizado de “Chimérica” a relação simbiótica existente entre os dois países. A restauração capitalista na China, iniciada em 1978, causou uma nova divisão internacional do trabalho, com a transferência de um capital estimado em US\$ 660 bilhões entre 1997 e 2007, atraído pela exploração ilimitada de força de trabalho barata, que constitui a única base da capacidade de concorrência chinesa. Este valor não leva em conta os investimentos feitos no continente pelas burguesias de Taiwan e Hong Kong nem o imenso capital acumulado pela burocracia do PCCh com a apropriação do Estado operário.

Esta imensa acumulação de capital, com grandes superávits nas balanças de comércio exterior, de US\$ 462 bilhões apenas em 2007, resultou na formação de uma burguesia nacional bilionária e em reservas de US\$ 1,9 trilhão nas mãos do Estado. Boa parte destas reservas tem sido utilizada para a compra de títulos do FED², calculados em US\$ 600 bilhões, além de mais US\$ 400 bilhões em notas garantidas pelo Tesouro (como as ações das seguradoras Fannie Mae e Freddy Mac), transformando a China no principal detentor mundial de títulos norte-americanos.

A injeção de dólares permitia o financiamento do déficit comercial dos EUA e juros baixos, alimentando a bolha de consumo. Por outro lado, o consumo crescente da população norte-americana era favorecido pela enxurrada de produtos chineses baratos – ajudados pela manutenção de uma taxa de câmbio fixa favorável ao yuan, pelo governo chinês - o que ajudava a manter a inflação em baixa. Crédito barato e inflação baixa não pressionavam os salários dos trabalhadores norte-americanos, favoreciam o aumento da produção e a promessa de crescimento “ilimitado”, que hoje vem abaixo.

Com a crise, as primeiras rugas deste casamento quase perfeito começam a aparecer. Para reequilibrar seu orçamento, os EUA precisam reduzir

³ Os BRIC são Brasil, Rússia, Índia e China.

o déficit da balança comercial, importando menos e exportando mais. Se os EUA reajustassem seu déficit comercial para 3% do PIB, haveria uma queda de US\$ 320 bilhões anuais em suas importações. Outra forma de reduzir o déficit seria a valorização do yuan em relação ao dólar. Em depoimento ao Comitê de Finanças do Senado, Timothy Geithner, o novo Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, afirmou que “o presidente Obama acredita que a China está manipulando sua taxa de câmbio”, uma acusação grave se levada oficialmente ao Senado, pois exigiria a tomada de medidas retaliatórias, como a sobretaxação de produtos chineses.

O primeiro-ministro da China, Wen Jiabao, respondeu a esta investida com a ameaça de reduzir a compra de títulos do Tesouro para proteger o valor de seus investimentos no exterior. Mais do que nunca os EUA precisam dos dólares chineses para financiar o Plano de Estímulos anunciado por Obama, da ordem de US\$ 800 bilhões. Na verdade, o mecanismo pelo qual o governo chinês mantém sua taxa de câmbio é justamente a compra de títulos norte-americanos, transferindo parte de seu superávit aos Estados Unidos, de forma a manter uma relação estável entre as duas moedas. Apesar da crise conjugal, não há divórcio à vista.

Nem descolamento, nem novo império

Uma das teses mais ouvidas em 2008 foi a do “descolamento” da economia dos países chamados de emergentes, ou BRIC³, que os protegeria da crise dos países imperialistas. Segundo governantes e muitos economistas, as reservas acumuladas por estes países e seus índices de crescimento econômico muito acima da média dos países avançados seriam suficientes para evitar que a crise, caracterizada como financeira ou de crédito, os atingisse.

Os dados já mostrados sobre a evolução da economia chinesa mostram que, além de não haver descolamento, a crise é simultânea aos países imperialistas. O caráter mundial da economia e, em particular para a China, de interdependência em relação aos Estados Unidos, impede a existência de qualquer descolamento.

Mas há outra posição, defendida por economistas marxistas do porte de François Chesnais, e que encontra ampla repercussão na esquerda, de que a China transformou-se numa nova potência. Numa palestra realizada na Argentina em setembro de 2008, Chesnais afirma que:

“Durante os últimos 15 anos, e em particular durante a última etapa, desenvolveram-se, em determinados pontos do sistema, grupos industriais capazes de integrarem-se como sócios de pleno direito nos oligopólios mundiais. Tanto na Índia como na China constituíram-se verdadeiros e fortes grupos econômicos capitalistas... Por isso, outro elemento a ter em conta é que esta crise tem como outra de suas dimensões a de marcar o fim da etapa em que os Estados Unidos podiam atuar como potência mundial sem comparação.

*Isto significa que se estabeleceram novas relações entre os Estados Unidos e a China. Já não são as relações de uma potência imperialista com um espaço semicolonial.”*⁴

Porém, Marx e Engels desdizem esta associação direta entre a industrialização de um país capitalista, com a conseqüente formação de uma forte burguesia, e sua transformação de semicolônia em potência. Numa nota de Marx para *O Capital*, este afirmava que:

⁴ François Chesnais, O capitalismo tentou romper seus limites históricos e criou um novo 1929, ou pior, www.esquerda.net

“O desenvolvimento econômico dos Estados Unidos é um produto da moderna indústria européia, especialmente da inglesa. Em seu estágio atual (1866), devem ser considerados ainda um país colonial em relação à Europa.”⁵

Tal nota foi complementada por Engels para a quarta edição alemã: “a partir de então, os Estados Unidos se desenvolveram, tornando-se o segundo país industrial do mundo, sem com isso perder inteiramente seu caráter colonial”.

Marx referia-se à nova divisão internacional do trabalho criada pela industrialização da Europa, com a transformação de uma parte do planeta em área colonial de produção agrícola, na qual os Estados Unidos se inseriam. Era uma época em que ainda ocorria o desenvolvimento das forças produtivas impulsionadas pelo capitalismo em ascensão. Os Estados Unidos beneficiaram-se das oportunidades que essa época oferecia, de uma guerra vitoriosa pela independência e de uma guerra civil para passarem de sua condição de colônia para a de país politicamente independente no início do século XX.

A China vai na direção oposta. Passa de nação independente, posição conquistada pela revolução social de 1949, embora não fosse um país industrializado, para a condição de uma semicolônia dos Estados Unidos a partir da restauração capitalista, apesar de sua industrialização crescente. Se os Estados Unidos precisaram de duas guerras mundiais para transformar-se em potência capitalista hegemônica, apenas uma nova revolução social poderá fazer a China voltar a ser um país politicamente independente do imperialismo.

Para seu raciocínio, Chesnais baseia-se numa falsa premissa: “*Refiro-me à extensão, em particular para a China, de todo o sistema de relações sociais de produção do capitalismo. Algo que Marx mencionou nalgum momento como possibilidade, mas que só se fez realidade durante os últimos anos.*”

A possibilidade analisada por Marx era, para a sua época, uma imensa tarefa progressiva do capital, no sentido do avanço das forças produtivas a uma região onde se davam relações asiáticas de produção. Nada tem a ver com os últimos anos, cujo avanço deu-se em base a uma enorme destruição de forças produtivas, em particular com a destruição de um Estado operário, por mais que fosse deformado burocraticamente, como a China sob Mao.

A fábrica do mundo fecha suas portas

A crise esgotou o modelo de crescimento econômico chinês baseado na exportação de produtos de baixo valor agregado e mão-de-obra intensiva e volta-se para a receita do BM, de fortalecimento do mercado interno. Joga-se, assim, numa grande contradição. Para fortalecer tal mercado é necessário aumentar o poder aquisitivo da população, o que vai contra o regime de exploração brutal da força de trabalho.

Segundo a OIT⁶, na maioria dos países houve um crescimento relativo da participação da massa salarial na renda nacional nos anos de crescimento econômico, mas na China ocorreu o contrário. Entre 1993 e 2002 a participação da massa salarial no PIB permaneceu estável, em torno de 50%, caindo vertiginosamente desde então, e atualmente é menor que 40%. O consumo familiar é ainda menor, pouco mais de 35% do PIB, contra mais de 65% nos países imperialistas. Esta diferença entre massa salarial e consumo compõe a poupança realizada pelos trabalhadores para garantir uma fonte de renda

⁵ Karl Marx, *O Capital*, tradução de Reginaldo Sant’Anna, Ed. Difel, 9ª Edição, pág. 518.

⁶ OIT, *Global Wage Report 2008/09*, www.ilo.org. Para uma interpretação do relatório, ver Marcos Margarido, *Relatório da OIT prevê queda do salário real em 2009*, www.pstu.org.

na velhice, pois não há sistema de previdência social universal.

Um aumento considerável do consumo entre os camponeses, o alvo do governo, é inimaginável no curto prazo. Na China há 800 milhões de camponeses, e estima-se que mais de 500 milhões vivam com menos de US\$ 2 diários. São 2/3 da população e consomem apenas 1/3 da produção interna, quatro vezes menos que nas cidades. Além disso, a desigualdade entre o campo e a cidade aumenta constantemente. A receita urbana era 2,57 vezes maior que a rural em 1978, mas aumentou para 3,27 em 2006.

A “classe média” urbana, o setor da população mais favorecido pelo crescimento econômico chinês, também resolveu fechar as mãos à espera de tempos mais seguros. As vendas do mercado imobiliário sofreram uma redução de 40% em de outubro de 2008. Grandes condomínios construídos nos meses de boom estão vazios e a procura por novos imóveis caiu para o mesmo nível de 10 anos atrás. A bolha imobiliária chinesa, embora de dimensões incomparavelmente menores que a norte-americana, também estourou.

A retração da indústria de construção civil teve como consequência imediata a redução da venda de suas matérias primas mais importantes: cimento e aço. As grandes siderúrgicas, como a Baosteel, a Shougang e a Angang cortaram sua produção em 20%. Em setembro de 2008, 23 de 71 metalúrgicas e siderúrgicas declararam prejuízos de US\$ 170 milhões. As estatais concentradas nos setores de aço, cimento e petróleo tiveram uma queda de 15,7% em seu lucro de 2008. Segundo a Associação Empresarial de Ferro e Aço, mais de 40% das pequenas e médias empresas metalúrgicas fecharam as portas nos estados de Hebei e Henan apenas no mês de outubro.

Uma verdadeira situação de caos ocorre nas regiões exportadoras do litoral, conhecidas como a “fábrica do mundo”. Cerca de 67000 empresas de exportação encerraram suas atividades no primeiro semestre de 2008. No setor de brinquedos, 52,7% das empresas foram atingidas. Em Guangdong, o coração manufatureiro da China, 8500 empresas fecharam as portas apenas em outubro. Por conta desta queda, a previsão oficial, sempre otimista, de crescimento do PIB neste estado em 2009 é de 8,5%, uma queda de 1,6% em relação ao ano anterior.

As fábricas que encerraram suas atividades no segundo semestre inauguraram uma nova modalidade de falência: seus proprietários fecham os portões da fábrica, com os operários convenientemente do lado de fora, e fogem para Hong Kong, onde a legislação os protege. A situação chegou a tal nível que o Conselho de Estado publicou uma resolução onde exige a comunicação de demissão de mais de 20 trabalhadores com um mês de antecedência. Afirma, ainda, que os fiscais deverão vigiar atentamente as empresas para que seus proprietários não fujam ou adiem o pagamento das indenizações trabalhistas, que acaba indo para a conta do governo.

A lista dos fujões é imensa, mas bastam alguns exemplos. Em 1º de novembro de 2008, na fábrica de tênis Weixu, o proprietário de Taiwan pulou o muro dos fundos da fábrica e fugiu, deixando 2000 operários desempregados e sem pagamento. Na cidade industrial de Dongguan, a fábrica de brinquedos Smart Union fechou sem aviso, deixando 7 mil desempregados na mesma época. Esta situação tem se repetido por todo o litoral do país. Na cidade de Jiaxing, entre Shanghai e Hangzhou, 45 patrões fugiram, deixando dívidas



de mais de US\$ 1,6 milhão para 3744 operários. No estado de Zhejiang, 277 proprietários fugiram nos nove primeiros meses de 2008, deixando de pagar US\$ 7,3 milhões em salários. Este valor corresponde, estimando-se uma média salarial hipotética de US\$ 150 mensais, a aproximadamente 48 mil salários não pagos.

Os salários reais não ficam longe dessa hipótese. Em 2006, o salário médio nas indústrias primárias era de US\$ 115, e o salário mínimo nacional em torno de US\$ 80. Embora devesse ser ajustado regionalmente para ficar entre 40% e 60% do salário médio regional, nas grandes cidades, como Pequim e Shangai, o salário mínimo correspondia a 20% do salário médio. Tais salários são suficientes para comprar apenas quatro rações diárias de sopa de legumes.

A jornada de trabalho legal tampouco é obedecida. O padrão nos anos precedentes à crise era de 12 a 14 horas por dia, sete dias por semana, e 1 dia mensal de descanso. Com a crise econômica, podem, finalmente, “descansar”. Segundo a Academia Chinesa de Ciências Sociais, o desemprego urbano é de 9,4% - o dobro do índice oficial - e poderá chegar a 11% em 2009. O próprio governo chinês apurou que entre os migrantes ocorreu a perda de 20 milhões de empregos, baseado em pesquisa entre aqueles que voltaram a suas cidades natais em janeiro. Este número pode estar subestimado, pois não leva em conta os postos perdidos por aqueles que não voltaram para o interior, nem pelos trabalhadores urbanos e a classe operária tradicional⁷.

A dupla resposta da ditadura chinesa

Frente a esta realidade, o PCCh lança mão de um pacote de estímulos, de US\$ 586 bilhões em dois anos, principalmente para investimentos em infraestrutura rural e de transportes e no estado de Sichuan, atingido pelo terremoto que devastou aquela região no ano passado. Também sobram promessas de instituir um plano de previdência social aos camponeses e de melhorar o sistema educacional e de saúde, que deixaram de ser públicos desde a restauração capitalista. Segundo o governo, serão investidos US\$ 127 bilhões em dois anos num sistema de saúde pública, o que é irrisório para um país com 1,4 bilhão de habitantes.

Porém, este aumento da intervenção estatal na economia não significa uma retomada do controle do Estado, tampouco uma política de regulação financeira, como têm exigido os neoconvertidos ao keynesianismo recentemente. As restrições ao capital privado deverão ser eliminadas, como a permissão para a operação de bancos de financiamento e empresas estrangeiras de seguros. O ministro Li Yizhong declarou que a “*China recorrerá a políticas fiscais e de comércio para facilitar a exportação por indústrias de mão-de-obra intensiva*”. Uma das primeiras medidas foi a redução da taxa de juros, que sofreu pequenos cortes de 0,27% desde setembro e de 1,08% em novembro. Na foz do rio das Pérolas, conforme anúncio do Conselho de Estado, será colocada em prática a liberação de negócios diretamente em moeda chinesa, não sendo mais necessária a intermediação cambial do Banco Central. Junto a isso virá o aprofundamento da abertura comercial, estreitando laços com Hong Kong e Macau, dois enclaves imperialistas na

⁷ Na China não existe liberdade de movimento do campo para a cidade. Os habitantes das cidades devem possuir um visto de moradia, para legalizar sua situação. Os migrantes – camponeses que trabalham nas cidades – são considerados moradores ilegais, pois não possuem o visto, o que aumenta sua exploração pelos patrões.

China. Mais liberal, impossível.

Mas será no campo que as medidas do governo causarão o maior impacto. A eliminação de todas as barreiras para a comercialização dos contratos de concessão de uso da terra foi proposta pelo presidente Hu Jintao. Com o desemprego e a falta de dinheiro, muitos camponeses venderão suas concessões para tornarem-se empregados em suas próprias terras. Esta medida levará à concentração de terras nas mãos de camponeses ricos, da burocracia e da burguesia, o que provocará o retorno do latifúndio e dos barões da terra da época das dinastias imperiais. Para atrair o capital ao interior do país, investimentos pesados estão sendo feitos na construção de vias de transporte.

O outro objetivo do governo é absorver parte da força de trabalho que está sendo dispensada pelo capital privado para tentar evitar convulsões sociais. Em apenas uma obra, a construção de uma auto-estrada entre Pequim e Xangai, há 110 mil operários trabalhando. Mas é uma tarefa difícil. Em 2007, em pleno boom desenvolvimentista, foram criados 12 milhões de postos de trabalho, um número muito pequeno – e que não deve ser repetido – para os mais de 20 milhões de atuais desempregados, sem mencionar os que chegam ao mercado de trabalho

O tema da instabilidade social é uma constante nas declarações de membros do governo. O Ministro do Trabalho e da Seguridade Social da China, Yin Weimin, declarou em novembro de 2008 que a situação de emprego no país era “séria” e que a instabilidade social, com as manifestações operárias constantes, era a “principal preocupação” do governo. Meng Jianzhou, Ministro da Segurança Pública, disse que a polícia deveria fazer o melhor para manter a estabilidade social e encorajou os odiados policiais a construir uma relação “harmoniosa” com o povo. Segundo ele, o papel da polícia nos incidentes de massa “*é manter a ordem no local, acomodar os conflitos e evitar passos excessivos para que a situação não saia do controle*”.

Esta situação de ascenso entre os trabalhadores migrantes não é nova. Desde 2005 estão em vigor três regras estabelecidas pelo governo central para prevenir o acirramento de conflitos: a regra dos “quatro cedo”: descubra cedo, informe cedo, controle cedo e resolva cedo; dos “três faça e três não faça”: disperse e não reúna, resolva e não complique, acalme e não excite; e das “três cautelas”: cautela em usar a força policial, cautela em usar os equipamentos policiais e cautela no uso de coerção⁸. Ao mesmo tempo, pratica-se uma repressão seletiva. Segundo a Associação de Polícia de Hunan, as autoridades devem “*usar métodos efetivos para controlar a situação e, em particular, descobrir os líderes e elementos chave por trás do movimento, juntando provas e estando bem preparadas para tratá-los conforme a lei*”. O que significa cadeia e muitos anos de prisão.

Mas não para os patrões. A Procuradoria do Estado de Guangdong, por exemplo, instruiu seus funcionários para não deterem patrões e gerentes pegos em crimes de colarinho branco, a fim de não prejudicar os negócios. Já em Shandong, funcionários do governo afirmaram aos patrões que iriam ignorar as violações aos direitos trabalhistas e crimes menores, desde que não demitissem um grande número de trabalhadores.

Na mesma direção caminha a Federação dos Sindicatos da China, o braço

⁸ China Labour Bulletin, *The workers' movement in China (2005-2006)*, www.clb.org.hk, pág. 33

sindical do PCCh é única organização sindical legal do país. Kong Xianghong, vice-presidente da Federação dos Sindicatos de Guangdong, afirmou em novembro que “como a maioria das empresas está passando por tempos difíceis, nós pararemos temporariamente com a negociação dos contratos coletivos de trabalho. Ela será retomada dependendo da situação econômica”. A negociação coletiva é a principal campanha da Federação para prevenir conflitos trabalhistas.

Conflitos que fatalmente virão. O próprio Partido Comunista da China reconheceu isto na edição de janeiro de sua revista política *Perspectiva* (Liaowang), numa entrevista ao jornalista Huang Huo, que afirmou:

“Sem dúvida, agora nós estamos entrando num período de pico para incidentes de massa. Em 2009, a sociedade chinesa pode presenciar ainda mais conflitos e rupturas que testarão a habilidade do governo e do Partido em todos os níveis.”⁹

A resposta das massas

O movimento operário protagonizou pelo menos duas grandes ondas de luta após o processo revolucionário desencadeado em 1989, cujo símbolo foi o massacre na Praça da Paz Celestial. O primeiro, como reação à privatização em massa das empresas estatais levada a cabo pelo governo desde o início da década de 90, cuja destruição foi avassaladora. Cerca de 86% das empresas estavam privatizadas no fim de 2001, tendo seu número sido reduzido de 64737 em 1998 para exatas 27477 em 2005¹⁰.

As instalações das empresas do Estado foram pilhadas em larga escala pela burocracia, negociadas com as empresas privadas em planos de fusão fraudulentos, onde a falência da estatal era forjada, ou simplesmente vendidas ao capital estrangeiro. A corrupção, que havia sido um dos motivos do levante de 1989, atingiu níveis estratosféricos. A contrapartida foi a demissão de cerca de 30 milhões de trabalhadores entre 1998 e 2004 e a geração de uma dívida trabalhista de US\$ 400 bilhões. A resistência levou a protestos, petições judiciais, greves e ocupações, que giravam em torno à luta pela manutenção dos empregos, pagamento de indenizações justas, assistência médica, aposentadoria e contra a própria corrupção. O número de manifestações de massas, de acordo com as estatísticas do governo, subiu de 10 mil em 1993 para 60 mil em 2003.

Porém, todo o esforço dos trabalhadores não foi suficiente para quebrar a vontade de ferro da burocracia chinesa de restaurar o capitalismo. Suas lutas foram derrotadas e seus líderes presos e condenados por “tentativa de subversão do poder de Estado”, “organização de grupos contra-revolucionários”, etc. Faz-se notar a condenação à prisão perpétua de Jiang Cunde em 1999, por “imitar o modelo do Sindicato Solidariedade da Polônia para derrotar o atual poder político”. Apesar disso, algumas lutas foram vitoriosas, como a heróica greve dos petroleiros de Daqing em 2002, contra demissões, que obrigou a estatal a readmitir 24 mil trabalhadores.

A segunda onda de lutas iniciou-se no início desta década, quando a China aproveitou a falência dos “Tigres Asiáticos” na crise de 1999 para atrair o capital que estava sendo expatriado da região. Os anos 2000 presenciaram o aumento gigantesco do afluxo de migrantes para as grandes cidades e um rápido aprendizado dos camponeses que formaram uma nova classe operária

⁹ Citado por Stephen Chan, *China's protesters becoming "better organised" say experts*, china-worker.org

¹⁰ *No Way Out: Worker Activism in China's State-Owned Enterprise Reforms*, Labour Bulletin e Rights & Democracy, setembro de 2008.

O governo chinês apresenta números bem maiores que este relatório independente, com a existência de 179 mil estatais em 2004. Mas coincide em que este número é decrescente e deverá cair ainda mais no futuro.

na China, empregados em empresas privadas e submetidos a todo tipo de exploração e humilhações, devido à sua situação de ilegais em seu próprio país. Esta onda ainda não se fechou, ao contrário, continua crescendo e conquistando vitórias parciais, embora ainda não haja organização suficiente para questionar o poder da ditadura chinesa.

Se nos anos anteriores a grande maioria das lutas girou em torno ao não pagamento de salários, não cumprimento de contrato ou exigência de aumento salarial, a partir do segundo semestre de 2008 estas se combinam à luta contra as demissões. São ao mesmo tempo mais defensivas e mais violentas, e praticamente diárias nos estados exportadores de Guangdong e Shandong. Alguns exemplos são suficientes para ilustrar o atual estado de ânimo desta nova classe operária e do campesinato, que protagonizaram perto de 120 mil mobilizações em 2008.

No caso da fábrica de tênis Weixu, citada acima, os empregados ficaram sem receber 2 meses de salários e tomaram as ruas em protestos maciços. A polícia antiterrorismo agiu deixando pelo menos 7 presos e 6 feridos. Em 25 de novembro, a falta de pagamento de indenização a dois mil trabalhadores demitidos da fábrica de brinquedos Kader Group, situada em Dongguan, causou um protesto no qual os operários destruíram uma van e quatro carros da polícia, e invadiram a fábrica, danificando computadores e equipamentos do escritório.

Todas as manifestações operárias são feitas por fora dos sindicatos oficiais e, frequentemente, contra eles. Porém, é difícil afirmar a existência de organizações independentes dos trabalhadores, pois os líderes que surgem são imediatamente presos e suas organizações embrionárias postas na ilegalidade. Mas esta situação pode estar mudando. Segundo o relatório *Worker's Movement in China – 2005/2006*¹¹, “as greves na Zona de Desenvolvimento de Dalian espalharam-se rapidamente porque as 529 empresas de capital japonês estavam densamente agrupadas, com prédios das fábricas e dos dormitórios vizinhos uns dos outros, tornando fácil a comunicação entre trabalhadores de fábricas diferentes”, e conclui que “embora os trabalhadores da Zona de Dalian dissessem que não havia líderes e que não necessitavam de líderes, pois estavam unidos pelo mesmo ideal, é claro que dez greves envolvendo 30 mil trabalhadores com as mesmas reivindicações não poderiam ter ocorrido sem alguma espécie de planejamento prévio e organização”.

Não são apenas as lutas por direitos trabalhistas que explodem na China, elas acontecem no campo contra a tomada de terras por grupos empresariais e nas cidades, pelos mais variados motivos, revelando o ódio das massas ao partido dirigente e suas instituições, principalmente a polícia. Por exemplo, na rebelião em Weng'an, no estado de Guizhou, da qual tomaram parte 30 mil pessoas. A população protestava contra a declaração de suicídio de uma estudante de 17 anos encontrada afogada num rio, feita pela polícia. Segundo familiares, ela teria sido afogada por parentes de policiais. A multidão avançou sobre a delegacia de polícia, com cartazes que diziam: “*Devolvam a justiça ao povo*”. A situação só foi controlada pela ação da tropa de choque, que utilizou gás lacrimogêneo para dispersar a multidão.

Outra rebelião ocorreu em 17 de outubro, quando 10 mil pessoas em Longnan, capital do estado de Gansu, protestaram contra a notícia da transferência da sede administrativa do estado para outra cidade. Carros da polícia foram

¹¹ Relatório publicado pela organização China Labour Bulletin, www.clb.org.hk

queimados e prédios do governo e do Partido Comunista da China apedrejados, em choques que duraram dois dias e resultaram na prisão de mais de 100 pessoas.

Segundo Wang Jinli, uma camponesa de 50 anos, *“hoje, as pessoas podem sobreviver coletando lixo, mas se eles transferirem a capital, onde encontraremos lixo? Nós comemos arroz e farinha agora, mas se o centro mudar, nós todos estaremos comendo milho. Será um retrocesso de 20 anos na economia”*. Possivelmente esta seja a melhor definição para a atual crise econômica.

Nestas duas ocasiões, além de prender os líderes e principais ativistas das manifestações, acusados de bandidos e arruaceiros, o governo tomou uma atitude inédita: reuniu-se com a população após a retomada do controle e prometeu resolver os problemas apresentados. Apenas o forte ascenso existente hoje na China e o medo de ampliação dos protestos podem explicar tal atitude.

A juventude também protesta, pelos seus próprios caminhos. Um deles - como em todo o mundo - pela Internet, que é um alvo constante da censura governamental. O outro é a música, onde o rap congrega milhares de praticantes e centenas de clubes por todo o país. Sem permissão para divulgação oficial, os rappers chineses ressaltam a preferência dada aos ricos na sociedade e denunciam a corrupção e a miséria dos trabalhadores. Letras combativas como *“eu trabalhei duro na obra e ganhei 600 yuan¹², mas na hora de receber, o patrão disse que estava sem grana e pediu para esperar, depois da terceira neve o patrão ainda não me pagou, a corte disse que iria processá-lo após o Ano Novo, mas ele fugiu com nossos salários”* fazem a diferença em relação aos adocicados raps gravados em Hong Kong ou à mercadoria musical de origem norte-americana.

O motivo desse descontentamento é igualmente o desemprego entre a juventude. Se levarmos em conta apenas os dados da Universidade de Guangdong, pode-se ter uma idéia do drama pelo qual passam os jovens que entram no mercado de trabalho. Somente 2,2% dos 330 mil estudantes que irão se formar neste semestre têm emprego garantido. Nas feiras de empregos deste início de ano, comuns na China, onde as empresas montam estandes para entrar em contato com candidatos, acotovelam-se milhares de estudantes, ansiosos por uma vaga. Na Feira Nacional Agropecuária de Pequim, por exemplo, havia apenas 4000 vagas para mais de 30 mil universitários. Estima-se em 12 a 15 milhões o número de estudantes que engrossam as filas de trabalhadores migrantes à procura de seu ganha-pão.

Por isso, tudo indica que a luta dos trabalhadores e do povo chinês aumentará de intensidade em 2009. Mesmo durante as festividades do Ano Novo chinês ocorreram choques com dezenas de feridos entre a população e a polícia, no estado de Guizhou. A proibição de desfilar com seus dragões e de utilizar fogos de artifícios pelo centro da capital Dejiang, uma tradição milenar no país que descobriu a pólvora, levou uma multidão às portas da prefeitura para protestar contra a ação policial, que havia destruído seus dragões em combates de rua.

Este é o “ano do boi” no horóscopo chinês, que representa a vontade de trabalhar. Pode ser, também, o ano da classe trabalhadora na luta por sua emancipação.

■

(Endnotes)

¹² O equivalente a US\$ 88.

O movimento operário diante da crise. Discussões com Trotsky

CECÍLIA TOLEDO

PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO (PSTU), BRASIL

No fim da década de 1930, poucos meses antes do congresso de fundação da IV Internacional, foram realizadas algumas discussões entre Trotsky e militantes socialistas no México e nos EUA sobre a atualidade do Programa de Transição em períodos de aguda crise econômica. *Marxismo Vivo* publica alguns desses debates, transcritos na forma como ocorreram, sem grande elaboração editorial, porque os considera fundamentais para todos nossos leitores e porque tentam compreender um momento histórico vivido nos primeiros anos da década de 30, pós-crack de 1929, muito semelhante ao que nos cabe viver agora.

Debate entre Trotsky (Crux) e os membros do SWP sobre a agonia do capitalismo

Crux – É muito importante precisar alguns pontos sobre a questão do programa em geral. Como se constrói um verdadeiro programa?

Alguns camaradas dizem que esse esboço de programa não corresponde o suficiente ao estado de espírito e à disposição dos trabalhadores americanos; por isso devemos ver se esse programa deve ser adaptado à consciência dos trabalhadores, ou se deve antes corresponder à situação real, econômica e social do país. Essa é a questão mais importante.

Sabemos que a consciência de cada classe social é determinada por condições objetivas, pelas forças produtivas, pela situação econômica do país, mas essa determinação não se faz de forma mecânica. A consciência, em geral, se atrasa; se atrasa em relação ao desenvolvimento econômico, e esse atraso pode ser mais ou menos profundo. Em tempos normais, quando o desenvolvimento é lento, quando as coisas progridem pouco a pouco, esse atraso pode não ser catastrófico. Em linhas gerais, esse atraso significa que os trabalhadores não estão à altura das tarefas impostas pelas condições objetivas. Numa época de crise, no entanto, esse atraso pode ser catastrófico. Na Europa, por exemplo, deu origem ao fascismo. O fascismo é o castigo para os trabalhadores quando não conseguem tomar o poder.

Hoje, os Estados Unidos entram numa fase semelhante e sofrem perigos similares. A situação objetiva do país está madura, em todos os pontos de vista, para a Revolução Socialista e para a passagem ao socialismo, mais

Clássicos do Marxismo

madura que na Europa, mais madura talvez do que em qualquer outro país do mundo; mas o atraso político da classe operária americana é enorme. Esta análise é o ponto de partida de toda a nossa atividade. O programa deve exprimir as tarefas objetivas dos trabalhadores, e não refletir o seu atraso político. O programa deve dar conta da sociedade tal como ela é, porque ele próprio é um instrumento para lutar contra essa mentalidade atrasada da classe operária, e para vencê-la. É por isso que no nosso programa devemos procurar mostrar toda a amplitude da crise social que abala a sociedade capitalista, em cuja primeira linha estão os Estados Unidos. Não podemos, nós mesmos, fixar os prazos ou modificar as circunstâncias que não dependem de nós. Não podemos garantir que as massas resolverão a crise, mas devemos reproduzir a situação tal como ela se apresenta: essa é a tarefa do programa.

Uma outra questão é saber como apresentar o programa aos trabalhadores. É uma questão de pedagogia e de linguagem, de escolha das palavras. A política deve orientar-se somente pela questão essencial, a do desenvolvimento das forças produtivas e do obstáculo a esse desenvolvimento pela forma capitalista de organização da propriedade e o seu resultado, que é o desemprego crescente, a maior das pragas sociais. As forças produtivas já não podem se desenvolver como antes. A ciência e a tecnologia se desenvolvem, mas as forças materiais declinam. Isso significa que a humanidade fica cada vez mais pobre, que o número de desempregados aumenta. A miséria das massas se aprofunda, as dificuldades são cada vez maiores tanto para a burguesia como para os trabalhadores; a burguesia não tem outra saída senão o fascismo; a crise que se avizinha obriga a burguesia a abolir os últimos vestígios de democracia que ainda existem. O proletariado americano corre um sério risco de pagar com 20 ou 30 anos de purgatório fascista a sua falta de organização, de vontade e de coragem. Será então à custa dos cassetetes de aço que a burguesia ensinará aos trabalhadores americanos o seu dever revolucionário. A América verá a experiência européia reproduzir-se a uma escala gigantesca. Devemos ter plena consciência disso.

Isto é muito sério, camaradas. Trata-se do futuro que se apresenta aos trabalhadores americanos. Depois da vitória de Hitler, quando Trotsky redigiu o folheto *Para onde vai a França?*, os social-democratas franceses ironizaram: “A França não é a Alemanha”. Mas antes da vitória de Hitler ele tinha escrito inúmeros folhetos para prevenir os trabalhadores alemães, e os social-democratas também ironizaram: “A Alemanha não é a Itália”. Não deram importância a esses alertas. E hoje é a França que está cada vez mais perto de um regime fascista. O mesmo vale para os Estados Unidos. A América tem reservas de gordura, foram essas reservas do passado que permitiram a experiência Roosevelt, mas elas se esgotam... A situação geral é a mesma em todo o mundo, o perigo é o mesmo.

É verdade que a classe operária americana tem uma mentalidade pequeno-burguesa, que conhece mal a solidariedade revolucionária, que está habituada a um nível de vida elevado, mas a mentalidade da classe operária americana não corresponde à realidade de nossos dias; reflete as lembranças de um tempo que já passou.

Hoje a situação é totalmente diferente. O que um partido revolucionário pode fazer diante disso? Em primeiro lugar, deve dar uma imagem exata da situação e das tarefas históricas que dela decorrem, quer os trabalhadores estejam ou não preparados para assumir essas tarefas. As nossas tarefas não dependem do estado de espírito dos trabalhadores, consistem antes em desenvolver a sua consciência. É isso que o programa deve formular e apresentar aos trabalhadores avançados.

Alguns dirão: “De acordo, esse é um programa científico, que corresponde à situação real, mas os trabalhadores não o tomarão para si, e ele permanecerá estéril”. É possível. Mas isso significaria apenas que os trabalhadores seriam esmagados antes que a crise tivesse sido resolvida no sentido da Revolução Socialista. Se o operário americano não toma para si este programa, em tempo hábil, será então forçado a aceitar o programa do fascismo. Quando nos apresentamos diante da classe operária com o nosso programa, não podemos dar nenhuma garantia quanto à sua rejeição ou aceitação pela classe operária. Não podemos assumir essa responsabilidade. Só podemos assumir a responsabilidade no que diz respeito a nós mesmos.

Devemos dizer a verdade aos trabalhadores, é assim que ganharemos os melhores entre eles. Não sei se esses operários avançados serão capazes de conduzir a classe operária ao poder; espero que sim, mas ninguém pode garantir isso.

Mesmo no pior dos casos, se a classe operária não mobilizar todas as suas forças, todos os seus recursos para a Revolução Socialista, se cair sob a bota fascista, os operários mais avançados poderão testemunhar: “Aquele partido nos preveniu; portanto, era o melhor”. Será a marca de uma grande tradição que continuará presente na classe operária.

Evidentemente, é a pior hipótese. Mas isso demonstra que todos os argumentos levantados contra esse programa, acusando-o de não corresponder à consciência das massas, são falsos e só revelam o medo dos seus partidários perante a situação atual.

De olhos fechados, posso redigir um belo programa cor-de-rosa, que seria aceito por todos. Mas esse programa não corresponderia à situação, e o que é próprio de um programa é corresponder em primeiro lugar à situação objetiva. Creio que esse argumento elementar é definitivo.

A consciência de classe dos trabalhadores está atrasada em relação aos acontecimentos, mas a consciência de classe não é feita dos mesmos materiais que as fábricas, as minas, as ferrovias, e sim de um material bem mais maleável; pode modificar-se rapidamente sob os golpes da crise, sob o peso de milhões de desempregados.

Hoje o proletariado americano tira algumas vantagens de seu atraso político. Pode parecer paradoxal, mas é assim. Os trabalhadores europeus têm uma longa tradição social-democrata, além da tradição do Komintern, e essas tradições são forças conservadoras. Mesmo depois de inúmeras traições, os trabalhadores continuam fiéis às suas organizações, porque essas organizações foram as que, pela primeira vez, os despertaram para a luta, porque lhes deram uma cultura política. Isso é uma desvantagem quando se trata de adotar uma nova orientação. Os trabalhadores americanos têm



Clássicos do Marxismo

uma vantagem: na sua grande maioria não estiveram organizados, e só agora começam a agrupar-se nos sindicatos. Isso dá ao partido revolucionário a possibilidade de mobilizar os trabalhadores para enfrentar de forma conjunta os ataques advindos da crise econômica.

Qual será a velocidade desses acontecimentos? Ninguém sabe. O único que se pode fazer é dar uma orientação geral. E somente depois de apresentar o programa aos trabalhadores. Naturalmente, é uma questão muito importante; devemos aplicar à política o que sabemos de pedagogia e psicologia de massas, para construir uma ponte de acesso ao espírito dos trabalhadores.

Só pela experiência poderemos aprender algo nesse domínio. Durante algum tempo devemos nos esforçar para concentrar a atenção dos trabalhadores sobre um ponto preciso: a escala móvel de salários e das horas de trabalho.

O empirismo dos trabalhadores americanos permitiu aos partidos políticos obter sucessos com uma ou duas idéias essenciais, como o imposto único, o bimetalismo, etc. Essas idéias se alastraram no seio das massas como um rastilho de pólvora. Quando as massas percebem que uma panacéia não vale nada, precipitam-se para outra.

Hoje nós podemos propor uma saída viável, sem demagogia, que é parte integrante de nosso programa e corresponde de forma absoluta à situação atual.

As estatísticas oficiais anunciam entre 13 e 14 milhões de desempregados. Na verdade, devemos esperar entre 16 e 20 milhões. Os mais jovens, em especial, estão condenados à miséria.

O Sr. Roosevelt insiste na questão das obras públicas. Mas nós queremos que todos tenham trabalho, não só nas obras públicas, mas também nas minas, nas ferrovias etc. Queremos que todos possam viver dignamente, no mínimo igual aos dias de hoje, e exigimos do Sr. Roosevelt e do seu brain trust que organizem o seu programa de obras públicas de forma a que todo mundo possa trabalhar com salários dignos. Isso é possível com a escala móvel de salários e horas de trabalho. Em todos os lugares devemos pensar na melhor forma de expor essas idéias. Em seguida, devemos organizar uma campanha de agitação, de tal forma que todos saibam que esse é o programa do Socialist Workers Party. Penso que devemos concentrar a atenção dos trabalhadores nesse ponto. Evidentemente, não é o único, mas está totalmente adaptado à situação atual; os outros podem ser acrescentados conforme essa idéia penetrar no seio das massas. As burocracias vão se opor. Se essa idéia penetrar verdadeiramente no seio das massas, as tendências fascistas irão se organizar para rebater. Então, vamos explicar a necessidade de desenvolver os piquetes de auto-defesa.

Penso que no início os trabalhadores vão assumir essa reivindicação da escala móvel de salário e horas de trabalho. Mas, no fundo, o que significa essa reivindicação? Na realidade, é a descrição do sistema de organização do trabalho na sociedade socialista. O número total de horas de trabalho a prestar dividida pelo número total de trabalhadores. Mas se apresentássemos de uma vez o sistema socialista, seríamos acusados de utópicos pelo americano médio, que dirá que essas idéias são importadas da Europa. Então, apresentamos esse sistema como solução da crise, que garantirá aos trabalhadores o direito de se alimentar, de viver em casas decentes, em condições dignas: é o próprio programa socialista, mas na sua forma mais simples, mais próxima das massas.

Como organizar a campanha por essas reivindicações?

CruX – Pode-se imaginar essa campanha da seguinte forma: vocês começam a agitação em Minneapolis, por exemplo. Ganham um ou dois sindicatos para esse programa. Depois enviam delegados a outras cidades, a diversos sindicatos. A partir do momento em que o programa tenha saído do partido para penetrar nos sindicatos, a batalha já estará meio ganha. Devem enviar delegados a Nova York, a Chicago, aos próprios sindicatos. Depois disso, convocam um Congresso especial, o que obrigaria os burocratas sindicais a assumir uma posição a favor ou contra. Então, o debate será público e propiciará ocasiões magníficas para a propaganda.

Esse programa pode ser realizado hoje?

CruX – É mais fácil derrubar o capitalismo do que garantir efetivamente a escala móvel de salários e horas de trabalho no quadro do sistema capitalista. Nenhuma de nossas reivindicações será alcançada nesse quadro. É por isso que as chamamos de reivindicações transitórias, porque estabelecem uma ponte que nos permite atingir os trabalhadores, e uma verdadeira ponte para ir à Revolução Socialista. Todo o problema é saber mobilizar as massas para o combate. A questão da divisão entre os trabalhadores e os desempregados, por exemplo, coloca-se nesse quadro. Devemos encontrar a forma de superar essa divisão. A idéia de uma classe à parte, a classe dos desempregados, dos novos parias, é uma idéia que faz parte da preparação ideológica para o fascismo. Se a classe operária não conseguir superar essa divisão, sobretudo no âmbito sindical, o seu destino estará traçado.

Muitos camaradas não conseguem compreender: porque essa reivindicação não pode ser satisfeita?

CruX – É uma questão muito importante. Este programa não é fruto da invenção de um homem. Ele decorre da longa experiência dos bolcheviques. Repito: este programa é a concretização da experiência coletiva dos revolucionários. É a aplicação dos velhos princípios à situação atual. É preciso adaptá-lo à situação objetiva, e não considerá-lo como estando definitivamente gravado no mármore.

Os revolucionários sempre consideram as reformas e as conquistas como subprodutos da luta revolucionária. Se nos contentamos em reivindicar o que podemos obter, a classe dominante nos dará apenas um décimo, ou nada. Se exigimos mais e estamos dispostos a impor as reivindicações, os capitalistas serão obrigados a nos conceder o máximo. Quanto mais combativos e exigentes forem os trabalhadores, mais se pode exigir e obter. As nossas reivindicações não são slogans vazios, mas meios de pressão sobre a burguesia. No passado, durante o período áureo do capitalismo norte-americano, os trabalhadores conquistaram regalias pelo simples fato de se terem lançado empiricamente à luta, com um espírito muito militante.

A situação atual é diferente. Os capitalistas não têm à sua frente uma situação aberta de prosperidade. Não têm nenhum medo das greves, dado o número de trabalhadores que estão à espera de emprego. É por isso que o programa deve tentar unir as duas partes da classe operária, os trabalhadores e os desempregados. É justamente o sentido da escala móvel de salários.



Um resumo das reivindicações transitórias (23 de março de 1938)

Trotsky – Nas discussões anteriores, alguns camaradas ficaram com a impressão de que algumas de minhas propostas ou reivindicações eram oportunistas, e outros, que eram demasiado revolucionárias, que não correspondiam à situação objetiva. E essa mistura é muito arriscada; por isso defenderei rapidamente esta aparente contradição.

Qual é a situação geral nos EUA e no mundo todo? A crise econômica não tem precedentes, a crise financeira dos diversos países é a mesma, e o perigo de guerra é iminente. É uma crise social sem precedentes. Durante sete, oito ou nove anos achamos que o capitalismo americano apresentaria uma maior resistência, mas os fatos demonstraram que o capitalismo americano, ou seja, um capitalismo apoplético, talvez esteja mais perto do colapso que nenhum outro. A crise americana é uma crise social, não conjuntural. Esta crise social – agora chamada recessão – ganha contornos de extrema gravidade. Não é o final da recessão.

As dificuldades financeiras dos países – naturalmente, a nação é muito rica e o Estado pode pedir emprestado à nação, mas isso significa que na base da crise financeira temos uma crise do Estado. Podemos dizer que temos uma crise política da classe dominante. A prosperidade desapareceu; ninguém acredita que voltará. E esse fato reflete-se na crise política dos democratas e republicanos. As classes dominantes estão desorganizadas e buscam um novo programa. O programa de Roosevelt é experimental, para não dizer aventureiro, no sentido capitalista. Isso representa uma premissa extraordinariamente fundamental para uma situação revolucionária. Isso vale para o mundo e vale para os EUA, e talvez seja especialmente certo para os EUA.

Agora, a questão do proletariado. Temos uma mudança muito grande na situação da classe operária. Em alguns artigos do *Socialist Appeal* e do *New Internacional* li, com grande interesse e alegria, que está aumentando o sentimento do operário americano de que é um operário, que não é o velho espírito explorador de que seria operário temporariamente; agora é um operário permanente, e até mesmo um desempregado permanente. Essa é a base para todos os demais progressos da classe operária. Então tivemos as greves de braços cruzados. Em minha opinião, elas não tiveram precedentes no movimento operário dos EUA. Como resultado desse movimento, a criação e crescimento da CIO. Também temos a tendência a construir o partido operário, a LNPL.

Não conheço suficientemente bem o passado ou o presente do movimento operário da América. Mas, em geral, poderia dizer que em 1924 o movimento era mais imponente; no entanto, as premissas sociais estão agora incomparavelmente mais maduras. Por isso, o significado do partido operário é mais importante hoje. Mas não posso dizer que todas as condições estão dadas no mesmo grau ou no mesmo nível. Podemos dizer, se tomarmos a situação geral do mundo – as contradições imperialistas, a posição do capitalismo americano, a crise e o desemprego, a posição do Estado americano como expressão da economia americana, da burguesia americana, o estado de animo político da classe dominante, a desorientação, e também a posição da classe operária –, podemos dizer, se levarmos tudo isto em consideração, que a premissa está mais madura para a revolução.

À medida que avançamos dessas premissas fundamentais em direção à super-estrutura, à política, percebemos que não estão tão maduras. As contradições internas do capitalismo americano – a crise e o desemprego – estão incomparavelmente mais maduras para uma revolução que a consciência dos operários americanos. Estes são os dois pólos da situação. Podemos dizer que a situação se caracteriza por um super-amadurecimento de todas as premissas sociais fundamentais para a revolução, fato que pessoalmente não previ há oito ou nove anos.

Por outro lado, graças a essa rapidez e ao aumento da decomposição das condições materiais dos EUA, a consciência das massas – apesar de que aqui também podemos comprovar um progresso notável – continua atrasada em comparação com as condições objetivas. Sabemos que as condições subjetivas – a consciência das massas, o crescimento do partido revolucionário – não são um fator fundamental. Depende da situação objetiva; em última instância, o próprio elemento subjetivo depende das condições objetivas, mas esta dependência não é um processo simples.

Durante o último ano observamos na França um fenômeno muito importante e instrutivo para os camaradas dos EUA. Podemos dizer que a situação era quase tão madura como nos EUA. O movimento operário havia adquirido um ímpeto enorme. Os sindicatos passaram de menos de um milhão para cinco milhões em questão de meses. As greves de braços cruzados na França eram muito mais potentes que nos EUA. Os operários estavam dispostos a fazer qualquer coisa, a chegar ao limite. Por outro lado, vimos o aparato da Frente Popular; pela primeira vez podíamos demonstrar a importância histórica da traição da Komintern. Como a Komintern passara a ser um aparato para a manutenção social do capitalismo, a desproporção entre os fatores objetivos e subjetivos ganhou uma agudeza terrível, e a Frente Popular converteu-se no maior obstáculo para canalizar esta grande corrente revolucionária das massas. E tiveram êxito até certo ponto. Não podemos prever o que acontecerá amanhã, mas na França conseguiram deter o movimento de massas, e agora vemos os resultados: o giro à direita – Blum converte-se num dirigente que forma governos nacionais, a união sagrada para a guerra –, mas é um fenômeno secundário. O mais importante é que temos em todo o mundo, como nos EUA, esta desproporção entre o fator objetivo e o subjetivo, mas nunca foi tão aguda como agora.

Nos EUA temos um movimento de massas para superar esta desproporção; o movimento de Green a Lewis; de Walter a La Guardia. Este é um movimento para superar a contradição fundamental. O PC joga nos EUA o mesmo papel que na França, mas a uma escala mais modesta. O rooseveltismo substitui o frente-populismo da França. Nestas condições, nosso partido deve ajudar os operários a superar esta contradição.

Quais são as tarefas? As tarefas estratégicas consistem em ajudar as massas, em adaptar sua consciência política e psicológica à situação objetiva, em superar as tradições nocivas dos operários americanos e adaptá-la [sua consciência] à situação objetiva da crise social de todo o sistema.

Nesta situação – levando em conta a pouca experiência e a criação da CIO, as greves de braços cruzados, etc. – temos todo o direito de ser mais



Clássicos do Marxismo

otimistas, mais intrépidos, mais agressivos em nossa estratégia e nossa tática – não aventureiros -, mas para levantar bandeiras que não estão no vocabulário da classe operária americana.

Qual é o sentido do programa de transição? Podemos chamá-lo um programa de ação, mas para nós, para nossa concepção estratégica, é um programa de transição: é uma ajuda para que as massas possam superar as idéias, métodos e formas herdadas e para adaptar-se às exigências da situação objetiva. Esse programa de transição deve incluir as reivindicações mais simples. Não podemos prever e propor as reivindicações locais e sindicais adaptadas à situação local de uma fábrica, nem o desdobramento dessa reivindicação até a bandeira de criação de um soviete operário.

Ambos são pontos extremos do desenvolvimento de nosso programa de transição para encontrar os passos que conduzam as massas à idéia da conquista revolucionária do poder. Por isso, algumas reivindicações parecem muito oportunistas, porque estão adaptadas à consciência atual dos operários. Por isso, outras reivindicações parecem demasiado revolucionárias, porque refletem mais a situação objetiva do que a consciência atual dos operários. Nosso dever é reduzir ao máximo possível essa brecha entre os fatores objetivos e subjetivos. Por isso, não podemos subestimar a importância do programa de transição.

Vocês podem argumentar que não podemos prever a medida e o ritmo das coisas e que possivelmente a burguesia encontrará um recesso político – não está excluído -, mas então seremos obrigados a fazer uma retirada estratégica. No entanto, na situação atual, devemos estar preparados para uma ofensiva estratégica, não para uma retirada. Essa ofensiva estratégica deve estar guiada pela idéia da criação de sovietes operários, para a criação de um governo operário e camponês. Não proponho que se lance imediatamente a bandeira dos sovietes – por muitas razões, e especialmente porque a palavra não tem para os operários americanos a importância que teve para os operários russos – para prosseguir daí em direção à ditadura do proletariado. É muito provável que, da mesma forma que vimos nos EUA as greves de braços cruzados, vejamos também uma forma nova, algo equivalente aos sovietes. Provavelmente não tenha esse nome. A certa altura, os sovietes podem ser substituídos pelos comitês de fábrica, depois passar da escala local para a escala nacional. Não podemos adivinhar, mas nossa orientação estratégica para o próximo período vai em direção aos sovietes. Todo o programa de transição deve preencher os vazios que existem entre as condições do presente e os sovietes do futuro” (...).

Como as mudanças econômicas influem no ânimo das massas

(20 de julho de 1938)

Pergunta - Que influência pode ter a “prosperidade”, um crescimento econômico do capitalismo americano no próximo período, sobre nossa atividade baseada no programa de transição?

Trotsky – É muito difícil responder, porque é uma equação com muitos elementos e magnitudes desconhecidas. A primeira questão é se uma melhoria conjuntural é provável no futuro próximo. É muito difícil responder, especialmente para uma pessoa que não acompanha os dados diariamente.

Como vejo no New York Times, os especialistas estão muito indecisos sobre a questão. No New York Times do último domingo, o índice de negócios mostrava uma tendência muito confusa. Durante a última semana houve uma perda, duas semanas antes, um ascenso, e assim sucessivamente.

Se considerarmos o marco geral, vemos que começou uma nova crise, que há uma linha descendente quase vertical até janeiro deste ano, depois a linha fica vacilante, uma linha em ziguezague, mas com tendência geral descendente. No entanto, a queda durante este ano é sem dúvida mais lenta que durante os nove meses do ano passado.

Se examinarmos o período precedente, que começou com a débâcle de 1929, vemos que a crise continuou quase três anos e meio antes de que começara o ascenso, com alguns altos e baixos mais leves, que duraram quatro anos e meio – foi a “prosperidade” de Roosevelt. Assim, o último ciclo foi de 8 anos, 3 anos e meio de crise e 4 anos e meio de relativa “prosperidade”. Considera-se um período de oito anos como um prazo normal para um ciclo capitalista.

Agora, a nova crise começou em agosto de 1937, e em nove meses atingiu o ponto que a anterior havia atingido em dois anos e meio. É difícil emitir agora um prognóstico sobre a volta e o momento de um novo crescimento. Se considerarmos a nova “débâcle” do ponto de vista de sua intensidade, repito, a crise fez o trabalho de dois anos e meio; no entanto, não atingiu o ponto mais baixo da crise anterior. Se considerarmos a nova crise do ponto de vista da duração – nove anos, ou sete ou oito -, seria muito cedo para um novo movimento ascendente. Por isso, repito, este prognóstico é difícil. É inevitável que a nova crise chegue ao mesmo ponto – o ponto mais baixo – o mesmo que a crise anterior? É provável, mas não é absolutamente seguro. A característica do novo ciclo é que a “prosperidade” não atingiu o ponto superior da precedente, mas daí não se pode tirar uma conclusão, de forma abstrata, sobre o futuro. O que caracteriza a prosperidade de Roosevelt é que foi um movimento principalmente das indústrias leves, não da construção ou das indústrias pesadas. Isso fez com que esse movimento evoluísse de forma muito limitada. Essa é justamente a razão pela qual a débâcle chegou de forma tão catastrófica, porque o novo ciclo não tinha uma base sólida nas indústrias pesadas, especialmente nas de construção, que se caracterizam por novos investimentos com uma perspectiva de longo prazo, etc.

Agora podemos supor teoricamente que o novo movimento ascendente abarcará, além das indústrias de construção, as indústrias pesadas em geral porque, apesar do consumo durante o último período, a maquinaria não foi renovada suficientemente e agora a demanda será maior do que foi durante a última conjuntura. É possível que provoque um movimento ascendente maior e mais sólido que o anterior. Isso não é em absoluto contraditório com nossa análise geral de um capitalismo decadente, enfermo, que produz cada vez mais miséria. Essa possibilidade teórica se apóia, até certo ponto, nos investimentos militares em trabalhos de utilidade pública. Isso significa, de um amplo ponto de vista histórico, que a nação se empobrece para permitir melhores conjunturas no presente e no futuro. Podemos comparar tal conjuntura com um enorme dispêndio para o organismo geral. Pode-se



Clássicos do Marxismo

considerar possível uma nova conjuntura pré-bélica, mas quando terá início? Continuará o movimento descendente? É possível, provável. Nesse sentido, teremos no próximo período não 13 ou 14 milhões, mas 15 milhões de desempregados. Nesse sentido, tudo o que dissemos sobre o programa de transição será reforçado em cada um de seus aspectos, mas adotamos a hipótese de um novo movimento ascendente nos próximos meses, em seis meses ou um ano. Tal movimento pode ser inevitável.

À primeira questão - se esse movimento ascendente pode ser mais favorável para a perspectiva geral de nosso partido - creio que podemos responder com um sim categórico, que seria mais favorável para nós. Não pode haver razão alguma para crer que o capitalismo americano pode, por si próprio, converter-se no próximo período em um capitalismo firme e saudável, que possa absorver os 13 milhões de desempregados. Mas, se formularmos a pergunta de uma forma simples e aritmética, se em um ou dois anos as indústrias absorverem 4 milhões dos 13 milhões de desempregados, deixando ainda 9 milhões no desemprego, e se tal fato seria favorável do ponto de vista do movimento revolucionário, creio que também podemos responder com um sim categórico.

Temos uma situação no país - uma situação muito revolucionária num país muito conservador -, com um atraso subjetivo na consciência da classe operária. Nessa situação, as mudanças na economia - elevações ou quedas acentuadas - têm um caráter secundário do ponto de vista histórico, mas de imediato exercem um efeito profundo sobre a vida de milhões de operários. Hoje têm uma grande importância. Tais sacudidas são de uma importância revolucionária enorme. Questionam o seu conservadorismo; os obrigam a buscar a razão disso, qual é a perspectiva. E cada sacudida impulsiona alguma parcela dos trabalhadores ao caminho revolucionário.

Mais concretamente, agora os operários americanos estão num impasse - um beco sem saída. O grande movimento, o CIO, não tem perspectiva imediata, porque não está dirigido por um partido revolucionário, e suas dificuldades são muito grandes. Por outro lado, os elementos revolucionários são demasiado débeis para dar ao movimento um giro violento para o caminho político. Imaginemos que durante o próximo período quatro milhões de operários reingresssem na indústria. Isso não amortecerá os antagonismos sociais; mas se as indústrias fossem capazes de absorver 11 ou 13 milhões de desempregados, isso significaria uma atenuação da luta de classes durante um longo período. Mas só podem absorver uma parte, e a maioria continuará desempregada. Todo desempregado percebe que os empregados têm trabalho. Buscará um emprego e, ao não encontrar, entrará no movimento dos desempregados. Creio que nesta fase nossa bandeira de escala móvel pode conquistar grande popularidade; isso significa que exigimos trabalho para todos, em condições decentes; de uma maneira popular: "Haveremos de encontrar trabalho para todos, em condições decentes." O primeiro período de um ascenso - ascenso econômico - seria muito favorável, especialmente para esta reivindicação. Também acho que as outras reivindicações são muito importantes, a defesa, a milícia operária, etc., encontrariam também um terreno favorável, uma base, porque com tal ascenso limitado e indeciso,

os capitalistas tornam-se muito ávidos pela obtenção de lucros imediatos e vêm com grande hostilidade os sindicatos que impedem a possibilidade de ocorrer um novo aumento dos lucros. Nessas condições, creio que Hague seria imitado em grande escala.

A questão do partido operário frente aos sindicatos. De fato, diante de uma nova prosperidade, a CIO teria uma nova possibilidade de desenvolvimento. Nesse sentido, podemos supor que a melhoria da conjuntura adiaria a questão do partido operário. Não perderá toda sua importância propagandística, mas sim, sua urgência. Podemos então preparar os elementos progressistas para aceitar esta idéia e estar prontos para quando se aproximar a nova crise, que não tardará em chegar.

Penso que esta questão do hagueísmo tem uma enorme importância, e que uma nova prosperidade, um novo crescimento, dar-nos-ia maiores possibilidades. Um novo ascenso significará que as crises e conflitos definitivos ver-se-iam postergados durante alguns anos, apesar dos agudos conflitos durante o próprio ascenso. E nós temos o maior interesse em ganhar mais tempo porque somos débeis e nos Estados Unidos os operários não estão preparados. Mas inclusive uma nova fase ascendente dar-nos-á muito pouco tempo – a desproporção entre a consciência e os métodos dos operários americanos na crise social, esta desproporção é terrível. No entanto, tenho a impressão de que devemos apresentar alguns exemplos concretos de êxitos, e não nos limitar apenas a dar bons conselhos teóricos. Vendo a situação de New Jersey, percebe-se que é um golpe tremendo, não só para a social-democracia, como para a classe operária. Hague está apenas começando. Nós também, mas Hague é mil vezes mais poderoso.■

Guerra Rússia - Geórgia



O debate continua

A guerra entre a Rússia e a Geórgia, que aconteceu no segundo semestre do ano passado, originou uma série de polêmicas na esquerda. O mesmo ocorreu no interior da LIT (Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional). Na edição passada de *Marxismo Vivo* publicamos duas posições diferentes sobre esse tema. Por um lado, a de Ivan Baguirin, do POI da Rússia e, por outro, a de Felipe Alegria, da direção do PRT – IR da Espanha. Dando continuidade a essa discussão, este número publica um intercâmbio de cartas entre Daniel Brodski, da direção do POI, e Martin Hernández, da direção da LIT-QI.

DANIEL BRODSKI

PARTIDO OPERÁRIO INTERNACIONALISTA (POI), RÚSSIA

Carta à direção da LIT

Queridos camaradas

Acreditamos que o centro de nossa polêmica está em que vocês vêem a guerra como um ataque do imperialismo mundial (por meio de seu “agente direto” Geórgia) contra um país semicolonial, a Rússia e, por isso, colocam-se do lado russo (“o fundo do conflito é uma agressão imperialista contra uma Rússia dependente e contra os povos do Cáucaso”); enquanto nós vemos a ocupação de uma nação oprimida, semicolonial, a Geórgia, por uma nação opressora, uma poderosa submetrópole, a Rússia e, por isso, ficamos contra a Rússia nessa guerra.

Não se trata dos dois dias de agressão da Geórgia contra a Ossétia do Sul, porque achamos que esse é um ponto com o qual temos acordo. Estávamos todos pela retirada imediata da Geórgia da Ossétia do Sul. Como podem ver, a diferença entre nós não é pequena. Envolve definições sobre o caráter

Tradução
Helena Souza

do Estado russo e do Estado georgiano; o caráter da guerra; sobre o que é de fato uma submetrópole; sobre a relação entre a luta antiimperialista, os direitos nacionais e o direito à autodeterminação; sobre a relação existente entre os distintos imperialismos, etc.

Se, de fato temos diferenças, não só sobre uma tática, mas também sobre a definição do caráter do Estado Russo, então a necessidade de discutir e resolver isso é muito grande, porque não podemos concordar em nenhuma linha política aqui na Rússia se começamos por caracterizar mal ao Estado Russo. Então, o fato de que tenhamos com vocês diferenças nisso já é por si mesmo preocupante o que torna o debate entre nós mais urgente que nunca.

Outro motivo que torna esta discussão urgente é que o debate não se resume a um balanço do que aconteceu. Determinar uma orientação justa para o tema é fundamental para acertar em nossa política, pois há uma tendência à generalização de conflitos como o da Ossétia do Sul no próximo período.

O jornal *Moskovskiy Konsomolez* (jornal burguês de maior circulação em Moscou) do último dia 2 de dezembro publicou um artigo intitulado “Transcarpatia, a Abjazia da Ucrânia”. Refere-se a uma região na fronteira entre Ucrânia, Romênia, Hungria, Eslováquia e Polônia, que dizem não reconhecer o comando de Kiev e que tem apoio de Moscou. Por agora é só uma provocação da Rússia contra a Ucrânia, mas não se sabe como será no futuro. O mesmo acontece na Predniestrovia, região separatista na Moldávia, que também não reconhece o governo central da capital Chisinau. Tudo isso é, na realidade, uma preparação da Rússia para recuperar a Criméia da Ucrânia, onde fica a base da Frota do Mar Negro e que tem interesse estratégico tanto para a Rússia como para a OTAN, pois quem controla o Mar Negro, controla o Cáucaso. Então o tema é mais atual do que nunca.

Além disso, todo o debate sobre as relações e as contradições entre os distintos imperialismos toma grande importância hoje, no marco da discussão sobre a crise econômica, o que interessa a toda a Internacional.

O que é a Rússia?

Começamos por esse ponto, o do caráter do Estado Russo. É um tema que foi muito polêmico no nosso último congresso nacional, que se realizou um pouco antes do congresso mundial da LIT. Vamos contar-lhes rapidamente qual foi a polêmica entre nós.

Todos estávamos de acordo em definir a Rússia como uma submetrópole (tínhamos, a principio, acordo com vocês nisso). Mas, na hora de concretizar tudo isso nos debates ocorridos em nosso Congresso, chegamos à conclusão de que sob esta denominação ocultavam-se duas posições distintas. Havia companheiros que entendiam submetrópole como uma “colônia forte” e outros como um “imperialismo fraco”.

Os primeiros tendiam a uma visão unilateral ao subestimar o papel opressor da Rússia nas ex-repúblicas soviéticas e dentro da própria Rússia com as nacionalidades oprimidas, e os segundos, de subestimar o processo de recolonização em curso no país. No final, depois de muitos debates, chegamos a uma compreensão comum sobre o termo submetrópole (que pensávamos que também fosse sua compreensão), de que submetrópole não

Pontos de Vista

é nem colônia (ou semicolônia) forte, nem imperialismo fraco ou subimperialismo. Que é uma categoria distinta. Que utilizamos para caracterizar um país que joga um duplo papel, ao mesmo tempo em que vive um processo de recolonização, joga também um papel opressor, de modo nenhum desconsiderável, em relação à sua área de influência. Que, por isso, nosso programa tem que refletir esta dupla natureza, por um lado um programa contra o processo de recolonização (expresso nas nossas consignas contra as reformas de Putin-Medvedev, contra as privatizações, etc.) e por outro lado um programa contra o nosso próprio “imperialismo”, por exemplo, pelo direito à autodeterminação da Chechênia ou fora as tropas russas do Cáucaso Norte.

Agora nos dá a impressão de que temos a mesma polêmica com vocês, que vocês vêem à Rússia atual simplesmente como uma nação semicolonial, mais como a Ucrânia ou a Argentina, por exemplo. É verdade que não dizem isso claramente, vocês falam de “país capitalista em processo claro de semicolonização, ainda inacabado” e outras frases assim, mas em nossa opinião parece, por exemplo, que vocês não vêem nenhuma diferença de qualidade entre a Rússia, a Ucrânia e a Argentina, só de quantidade. Sendo assim: para que criar o conceito de “submetrópole”? O melhor seria ficar somente com o de semicolônia ou, se quiser afirmar uma diferença de quantidade, semicolônia forte, privilegiada, ou coisa do estilo.

Lênin falava, no seu tempo, só de nações coloniais e nações imperialistas, e entre estas últimas as caracterizava como parte de um sistema (cadeia), onde havia os imperialismos dominantes (ou que lutavam pela supremacia) e os mais fracos. Moreno atualizou isso com o conceito de semicolônia, ou seja, as nações que depois da 2ª Guerra Mundial haviam conquistado independência formal, política, em relação à sua metrópole, mas que mantinham sua dependência econômica. E que as verdadeiras colônias já eram cada vez mais raras. Depois, Moreno atualizou isso mais uma vez, incluindo o conceito de país independente, ou seja, aqueles que tinham rompido sua relação institucional com os órgãos imperialistas, como o Irã depois da revolução de 79.

Nós acreditávamos que agora, na LIT, fazíamos uma nova atualização. Ao mesmo tempo em que víamos que os países ditos independentes quase já não existem, dizíamos que começava a surgir um novo fenômeno, o das submetrópoles, que jogam o duplo papel que explicamos acima. Era assim que compreendíamos o conceito de submetrópole até que começou a discussão com vocês.

Vocês nos escrevem e explicitamente nos dizem que, se a Rússia não for imperialista, “então só pode ser um país independente, uma semicolônia ou uma colônia”. Para nós, isso foi uma surpresa. Para nós, a Rússia não é nem imperialista, nem colônia, nem semicolônia, nem independente. É uma submetrópole. Achamos que este é um ponto de dúvida ou polêmica entre nós, que tem de ser esclarecido. Pode ser que tenhamos compreendido mal a relação entre os conceitos de semicolônia e submetrópole, não sabemos.

Fazendo esta discussão aqui, quando analisamos nosso sistema - país imperialista, submetrópole, semicolônia, país independente, colônia, enclave – deu-nos a impressão de que existe um excesso de categorias neste esquema

e que deveríamos voltar ao sistema de Lênin, nações opressoras e oprimidas e, entre as opressoras, um sistema de inter-relação. A Rússia Czarista era colonizada pela França e a Inglaterra, mas era imperialista em relação a sua área de influência. Lênin a definia simplesmente como imperialista (“o elo mais fraco da cadeia imperialista”). É um tema que estamos começando a estudar, mas que parece importante, pode ser que seja melhor sair da guerra de conceitos e ir diretamente ao conteúdo.

A Rússia vive um claríssimo processo de recolonização. É um ponto de acordo entre nós, certo? Disso vocês concluem que a Rússia é uma semicolônia. Mas a Rússia cumpre um papel de recolonizador no Cáucaso e na Ásia Central. Ou seja, o grosso dos investimentos nesta região é russo, e são bases militares russas as que estão na região. EUA e a UE nunca dominaram a região, que em toda sua história sempre foi dominada pelos russos.

Então, se tem este duplo caráter, é imperialista na sua área de influência e ao mesmo tempo está sendo recolonizada pelos imperialismos dominantes, em especial pelo alemão, então, que é o Estado Russo? Se, quem cumpre o papel de recolonizar no Cáucaso é a Rússia, como nos posicionamos numa guerra entre essa última e um fraco país da região do Cáucaso? Isso não significa que pensemos que a Rússia irá tornar-se uma nova potência imperialista e disputar com os EUA (ou como mínimo com a Inglaterra). Ninguém entre nós pensa isso. Mas também não pensamos que num espaço de tempo mensurável a Rússia se tornará uma Geórgia ou uma Ucrânia. Então, se a Rússia é distinta do que é a Inglaterra (imperialismo) e ao mesmo tempo distinta do que são a Ucrânia ou a Argentina (semicolônias), então, que é a Rússia? É um estado de outro tipo, algo intermediário, que nós chamamos de submetrópole, mas o nome podemos discutir.

No Cáucaso, o inimigo direto, o proprietário das fábricas e bancos, os que exploram a região, os que extraem mais-valia, os que recolonizam a região, os que ocupam e matam, são os russos. Do ponto de vista de um caucasiano, a Rússia é imperialista. Mas a Rússia também está sendo colonizada pelos imperialismos europeu e norte-americano, enquanto a França, a Itália e o Canadá não estão. Então, o que é a Rússia?

A Rússia oprime e explora o Cáucaso (além da Ásia Central e parte do Leste Europeu), é o principal opressor. Então, qual a sua opinião? A Rússia é só uma semicolônia, como a Argentina? A única semicolônia membro do G8? Por que está no G8? Pelo armamento nuclear? Bem, e por que a China não está? A Rússia é parte do sistema imperialista, mas, além disso, vive um profundo processo de colonização, o que não acontece com os demais países do G8.

O que é a Geórgia?

O outro ponto, não menos polêmico, é a caracterização do Estado Georgiano. Vocês o caracterizam como um país colonial, como um simples agente direto do imperialismo americano. De maneira que põem um sinal de igual entre as tropas georgianas e as tropas imperialistas (perdoem a ironia, mas aqui na Rússia soa, inclusive, engraçado, que num conflito entre a Rússia e a Geórgia vocês classifiquem as tropas georgianas como imperialistas e as

Pontos de Vista

tropas russas como oprimidas). Em suas cartas comparam, várias vezes, a Geórgia com as Malvinas, o Israel e o Kuwait, que inclusive não são colônias, e sim enclaves imperialistas.

Parece que vocês cometem um erro (ou erros) nisso. No começo do debate, nós escrevíamos também que a Geórgia era um agente direto do imperialismo americano, que o regime de Sakashvili era um regime colonial e coisas pelo estilo.

A discussão com vocês nos fez ver que tínhamos que ser mais científicos e menos jornalísticos nessa caracterização. Consideramos a Geórgia como um país semicolonial, pois ao mesmo tempo em que tem independência formal, depende economicamente de potências estrangeiras (em especial dos EUA e da Rússia, mas também da UE). Que o processo de recolonização do país está muito avançado (por exemplo, muito mais que na Rússia), tanto militar como economicamente. Mas achamos um erro caracterizá-la, já, como colônia, que não tem nenhuma independência em relação à sua metrópole. Porque o Governo Sakashvili faz, de fato, tudo o que os EUA pedem, inclusive mandar tropas ao Iraque. Mas isso não é suficiente para caracterizar um Estado.

O governo Sakashvili é uma marionete dos EUA. Mas, e o Estado Georgiano, o que é? Agora o governo Sakashvili está numa situação muito difícil, pode ser que perca as próximas eleições para a oposição, que quer melhores relações com a Rússia. E se isso acontecer, como vai ser? Já não será agente “direto” dos EUA? Então não será mais uma colônia? Mas, o caráter de um Estado pode ser mudado de colonial a semicolonial só através de eleições? A oposição chega ao poder e o caráter do Estado muda?

O mesmo acontece na Ucrânia, onde há uma briga entre dois setores da burguesia ucraniana, um, mais próximo à Rússia e outro mais próximo ao ocidente, e há grandes possibilidades de que o setor mais próximo à Rússia ganhe as próximas eleições.

Estamos fazendo um estudo da economia georgiana, que ainda não terminamos, mas já descobrimos alguns dados muito interessantes. Dá a impressão que o capital russo investido na Geórgia é ainda maior que o norte-americano, mas até o momento não pudemos comprovar. Como mínimo, a supremacia norte-americana não é clara. Uma parte substancial da economia georgiana pertence a capitais russos, como os setores estratégicos de energia elétrica, metalurgia, mineração e telefonia celular. As remessas de dinheiro de trabalhadores georgianos na Rússia para suas famílias na Geórgia totalizam mais de 10% do PIB da Geórgia.

Não analisamos os dados completos ainda, mas no ano 2006, de todo o orçamento militar georgiano, a parte que foi financiada pelos EUA é inferior a 10%. O exemplo mais bizarro de que o domínio norte-americano não é ainda total, inclusive na área militar, é que o armamento que foi utilizado pelo exército georgiano nos ataques à Ossétia do Sul não era norte-americano, mas russo (!!!), e foi vendido à Geórgia pela Ucrânia, o que está no fundo de um escândalo político nesse país (a munição GRAD, de uso proibido contra populações civis, mas que o Governo Sakashvili não titubeou em utilizar contra os ossetas).

Nós não vemos nenhum motivo para mudar a caracterização de Moreno de que as verdadeiras colônias são raras no mundo de hoje. Uma coisa é que haja um processo de recolonização, outra é que isso leve, em um prazo previsível, a que voltem a existir várias novas colônias pelo planeta.

Pode ser que os exemplos recentes de Kosovo, do Timor Leste e agora da Ossétia do Sul apontem a algo novo, deve-se estudar, mas a Geórgia é uma nação semicolonial. Que tem muito investimento norte-americano (além de russo) é um fato, mas que não muda o caráter do Estado. A Colômbia também tem um grande investimento norte-americano, militares e instrutores norte-americanos, mas não é uma colônia, é uma nação semicolonial como outras do continente, com um governo mais claramente pró-imperialista. A diferença fundamental entre a Colômbia, a Geórgia e o Equador, não é que os dois primeiros “fazem tudo o que EUA manda” e o Equador não faz tão explicitamente, mas sim que a Geórgia está em disputa entre o domínio norte-americano e o russo, enquanto na América o domínio norte-americano é incontestável.

A verdade é que do ponto de vista econômico, o Equador é o que menos soberania nacional tem, pois não tem sequer moeda nacional, usa o dólar norte-americano, mas também tem o governo menos dócil aos EUA entre os três países citados. Além disso, desses três países, a Geórgia é o único que não tem bases militares norte-americanas. Então, achamos que se deve ser muito cuidadoso com o termo colônia, e não utilizá-lo de forma puramente jornalística. Como vocês mesmos nos explicaram, o critério para definir o caráter do estado não pode ser a política deste (da mesma forma como vocês dizem que “a Geórgia faz tudo o que os EUA quer”; a Inglaterra e o Japão também fazem, mas ninguém diz que são colônias norte-americanas, são países imperialistas).

Podemos discutir muito se a Geórgia é uma colônia ou uma semicolônia, isso não muda a essência da discussão. Mas o sinal de igual que vocês põem entre as tropas imperialistas e as tropas georgianas nos fazem pensar que de fato vocês não caracterizam a Geórgia sequer como colônia, e sim como um enclave imperialista. Então a comparação com Israel, Kuwait ou as Malvinas seria correta. No caso dos enclaves, não defendemos seus direitos nacionais, não os consideramos nações. Por isso estamos contra todas as soluções “democráticas” (ou seja, de resolver a questão da autodeterminação pelo voto dos que habitam na região) para a questão palestina ou das Malvinas. Por isso, consideramos as tropas israelenses como imperialistas. Mas a Geórgia não é um enclave. Analisemos suas citações: “Portanto, nesta guerra, estão de um lado as tropas armadas pelo imperialismo para defender seus interesses na região, e do outro lado, estão as tropas da Rússia, que não é um país imperialista. De que lado nos colocamos numa guerra deste tipo?” Neste esquema, onde está a Geórgia? Tem tropas imperialistas e tropas russas, mas não há tropas georgianas. Ou outra citação: “Pelo contrário, a posição de vocês (nossa, do POI) significa colocar em um plano de igualdade o imperialismo (EUA com seu (!!!) exército georgiano) e o país que está sendo colonizado por este (Rússia)”. Dá a clara impressão de que vocês não reconhecem o Estado georgiano, chamam suas tropas de tropas norte-americanas. Vocês abstraem do Estado georgiano.

Pontos de Vista

Daí vem sua política de considerar o ataque georgiano contra a Ossétia do Sul como uma agressão contra a Rússia. De dizer que a Rússia tem todo o direito de defender-se contra o ataque georgiano. De onde vem isso? Não houve um único disparo da OTAN contra a Rússia. Não houve um único disparo georgiano contra a Rússia. A Rússia não foi atacada. Nada aconteceu no território russo. Não houve guerra entre a OTAN e a Rússia. Houve um ataque da Geórgia contra a Ossétia do Sul, que então se localizava dentro do território georgiano, e depois a ocupação da Geórgia pela Rússia. Porque vocês dizem que a Rússia foi atacada? E mais... que tinha o direito de se defender? A burguesia e o governo russo se consideraram de fato atacados, porque as tropas georgianas atacaram a sua “área de influência” e suas “tropas de paz” estacionadas na região. Mas nós não reivindicamos nem o controle do Estado russo sobre a Ossétia, nem as “tropas de paz” russas na Geórgia, muito menos o direito da Rússia de defender-se! Vocês nos responderam isso dizendo que “Na Guerra das Malvinas também não houve um só ataque na Argentina ou na Inglaterra e isso não queria dizer que esses dois países não estavam em guerra”. Outra vez as Malvinas... mas a Inglaterra considera as Malvinas como seu território, e nós consideramos as Malvinas território argentino. Então a guerra foi, sim, em território argentino. A única validade de seu argumento seria se, assim como consideramos as Malvinas território argentino, considerássemos a Ossétia do Sul território russo. Bom, mas nós não consideramos a Ossétia do Sul território russo, pelo menos não até que o povo osseta, reunificado (tarefa ainda por cumprir, e que se dará contra a Rússia) decida democraticamente.

A relação entre a luta antiimperialista e a luta pelos direitos nacionais

O centro é que houve uma guerra real, com tiros, soldados e mortos, entre russos e georgianos, e não entre russos e americanos. A Rússia ocupou a Geórgia durante semanas. O imperialismo norte-americano apoiou a Geórgia somente com palavras, e a UE nem isso fez. Por que é progressivo para vocês que a Rússia ocupe o Cáucaso (faz séculos que o faz)? Porque, graças à ocupação russa, fica mais difícil que os EUA o ocupem? Isso inclusive poderia ser verdade (mas não é; na maior parte do tempo a Rússia e os EUA são aliados no processo de recolonização da região). Então? Quem é o inimigo imediato dos caucasianos? A Rússia deve ou não se retirar da Chechênia, como nós exigimos? Os EUA também exigem que a Rússia se retire da Chechênia, por isso deveríamos estar contra a retirada russa de lá? É isso que querem dizer vocês com seu argumento de que, para definir nossa posição, devemos ver de que lado se localiza o imperialismo (“Para definir esta posição é essencial localizar de que lado está o imperialismo”; ou “vocês não tem como critério essencial definir sua posição tendo em vista a posição do imperialismo, em especial o hegemônico, EUA”)? Isso é outra grande novidade para nós.

Se a Rússia retirar-se da Chechênia, pode ser que isso leve ao estabelecimento de relações entre a direção chechena e os EUA (já as tem), assim como os curdos fizeram depois da queda de Saddam, ou os kosovares depois da queda de Milosevic. E daí? O imperialismo norte-americano sempre vai

utilizar todos os enfrentamentos existentes no mundo para localizar-se melhor, não são bobos.

Existem bases russas em vários países do Cáucaso, da Ásia Central e do Leste Europeu. Somos a favor ou contra sua retirada de lá? No caso de se retirarem, pode ser que fique mais fácil para os EUA se instalarem na região. Pode ser, e daí? Ou estamos pela continuidade destas bases? É progressivo que a Rússia tenha bases nessas regiões, porque isso vai supostamente contra os interesses norte-americanos, que defende que sim, que a Rússia se retire de todos estes países? Ou nos alinhamos automaticamente contra o imperialismo hegemônico, os EUA, para determinar nossa política, e por isso estamos contra a retirada da Rússia da Chechênia ou da Geórgia, ou que a Sérvia se retire do Kosovo e etc.?

Por exemplo, em 1990, Yeltsin retirou as tropas que estavam na Alemanha, o que era uma clara exigência do imperialismo contra a Rússia semicolonial. Nós deveríamos estar contra a retirada? Putin retirou as tropas que estavam no Vietnã, uma exigência norte-americana. Se não estamos equivocados, lá agora tem uma base norte-americana. Nós deveríamos defender que as tropas russas ficassem porque sua saída significou a entrada de tropas americanas? O mesmo quando Putin retirou as tropas de Cuba; deveríamos estar contra?

Em 2007, a Rússia retirou suas tropas da própria Geórgia (exigência norte-americana). Esse foi o ponto de inflexão que mudou a influência russa pela norte-americana no país. Deveríamos estar contra a retirada das tropas e da base russas da Geórgia então? E por último, no Quirquístão há duas bases, uma norte-americana e uma russa. Qual é nossa política? Não exigir a retirada da base russa por ser base de um país semicolonial contra o imperialismo americano? Nós não pensamos assim, achamos que temos que defender a retirada de todas as bases militares estrangeiras do Quirquístão e a saída das bases e tropas russas de todas as ex-repúblicas soviéticas. Se conseguirmos que as bases russas saiam do Quirquístão, isso seria uma vitória da classe operária do Quirquístão, mesmo se as bases norte-americanas ficassem.

Em resumo, houve uma guerra entre uma potência local, a Rússia, que séculos domina o Cáucaso há séculos, contra a Geórgia, uma nação semicolonial fraca, oprimida pela Rússia durante quase toda sua história. Não vemos nenhum motivo para apoiar a Rússia nesta guerra. O fato de que haja um profundo processo de recolonização em curso na Rússia, ou de que exista ajuda militar norte-americana à Geórgia, não muda o caráter da discussão. Para que não haja dúvidas, as tropas georgianas em território iraquiano sob comando norte-americano são, sem dúvida, tropas imperialistas, mas as tropas georgianas que defendem seu país contra uma ocupação por uma nação muito mais forte, a Rússia, não podem ser chamadas de imperialistas. Devido às tropas georgianas no Iraque responderem aos interesses e comando norte-americanos, são imperialistas, mas as tropas georgianas que lutam contra a ocupação russa são as tropas de um país oprimido contra seu agressor. Da mesma forma, como não qualificamos o Brasil como imperialista, mas qualificamos as tropas brasileiras no Haiti como imperialistas, porque respondem aos interesses norte-americanos na região; estão sendo pagas pelos EUA.

Pontos de Vista

Queremos voltar ao seu argumento de que numa guerra devemos sempre apoiar o lado que está contra o imperialismo (“para definir esta posição é essencial localizar de que lado está o imperialismo” ou “você não têm como critério essencial definir sua posição tendo em vista a posição do imperialismo, em especial o hegemônico, os EUA”).

Ou seja, por mais que haja opressão da Rússia sobre a Geórgia, o que importa, no final, é estar contra os EUA, e desse ponto de vista, a ocupação e destruição da infra-estrutura militar georgiana é progressiva, porque debilita os EUA. Para nós, esse argumento é completamente equivocado. Assim como era equivocado o argumento dos marxistas do início do século XX, que subordinavam a luta pela autodeterminação nacional à luta pelo socialismo, contra os quais Lenin combateu (por exemplo, sobre o direito à autodeterminação da Polônia em relação à Rússia).

Lênin ensinou-nos que não é possível lutar pelo socialismo e a revolução se o direito das nações à autodeterminação não for apoiado incondicionalmente. Assim como não é possível lutar contra o imperialismo se não se apóia a luta pelo direito à autodeterminação nacional. Assim como era equivocado subordinar a luta pela autodeterminação nacional à luta pelo socialismo, está equivocado subordinar a luta pela autodeterminação nacional à luta antiimperialista (ou antiamericana).

Se não nos colocarmos contra a ocupação russa da Geórgia, só os norte-americanos o farão, ganharão a simpatia e a direção de todo o movimento de massas e com isso se atrasará por décadas a construção de uma alternativa de direção revolucionária para o Cáucaso. Isso ficou claro quando a oposição ao Governo Sakhshvili, que quer melhores relações com a Rússia, em nenhum momento apoiou a Rússia na guerra, estavam todos contra a ocupação de seu país, todas as correntes políticas da Geórgia! Houve uma grande unidade nacional contra a ocupação russa da Geórgia, incluindo até a Igreja Ortodoxa Georgiana, subordinada ao Patriarca Russo. Se nós tivéssemos uma seção lá, seria ela a única força política da Geórgia a não lutar contra a ocupação de seu país pela Rússia? A bandeira que unificou, em seu momento, a oposição a Sakhshvili foi “Stop Russia, Stop Misha” (nome pelo qual é chamado Sakhshvili). Deve-se compreender aqui algo que é difícil compreender na América Latina, que os caucasianos nunca viveram sob o domínio norte-americano, a dominação à qual estão acostumados há muito tempo é a dominação russa. Em todo o Cáucaso, Ásia Central ou Leste Europeu, quando se fala de imperialismo, compreende-se como a dominação russa. É por isso que são os únicos países do mundo, além de Israel, onde os EUA contam com a simpatia da população. Parece que vocês menosprezam isso em suas análises.

Nas teses mundiais aprovadas por nós em 2005 e repetidas nas resoluções do IX Congresso Mundial sobre o Oriente Médio, assinalávamos: “Nosso programa nos países coloniais e semicoloniais ordena-se a partir da tarefa central colocada para a classe operária e os revolucionários nestes países: a independência nacional. Levantar nestes países uma posição operária revolucionária, quer dizer, de independência de classe, significa ordenar nosso programa, tal qual assinala o Programa de Transição: a “independência nacional”

é a “tarefa central dos países coloniais e semicoloniais”. Agora isso mudou? A tarefa que antes definíamos como a tarefa central agora é subordinada à luta contra os EUA? Só defendemos a independência nacional da Geórgia (ou seja, contra sua ocupação pela Rússia) se essa independência não ajuda os planos dos EUA? Na Geórgia, assim como nas demais ex-repúblicas soviéticas, a questão da independência nacional significa, antes de tudo, a independência da Rússia.

A posição do imperialismo, ou melhor, dos imperialismos

Dá a impressão que vocês exageram o nível de enfrentamento que houve entre o “imperialismo mundial” e a Rússia por um lado, e que subestimam as contradições que apareceram entre os distintos imperialismos na guerra, por outro. Nós repetimos, não houve nem sombra de guerra entre o dito “imperialismo mundial” com a Rússia. O que houve foi uma grande divisão entre os distintos imperialismos, em especial entre os EUA e a UE.

Vocês falam de sanções contra a Rússia, de navios de guerra da OTAN no Mar Negro, dos sistemas antimísseis norte-americanos na Polônia, de não aceitar a Rússia na OMC, de que havia uma nova guerra fria, etc. Bom, a verdade é que além de palavras duras dos EUA contra a Rússia não houve mais nada. Não houve um único disparo. Em dois dias as tropas georgianas foram desorganizadas e aquarteladas. Foi assinado um acordo entre a Rússia e a UE para acabar com o conflito, acordo que foi uma vitória tanto para a UE como para a Rússia. Uma vitória para a UE porque põe suas “tropas de paz” na Geórgia, e para a Rússia porque põe suas “tropas de paz” no controle da Ossétia do Sul e Abjazia. E que a definição sobre o status das duas regiões continua aberto, uma clara vitória russa.

O embaixador da Rússia junto à OTAN, Dimitri Rogosin, declarou no dia 3 de dezembro, numa entrevista ao jornal Kommersant, que “a crise de agosto (ou seja, a guerra) mostrou como a Alemanha e a França estão próximas da Rússia”. O conselho da OTAN do mesmo dia 3 de dezembro impôs uma grande derrota aos EUA, decidindo retomar as relações com a Rússia e negando a entrada da Geórgia e da Ucrânia na OTAN. Além disso, Obama já declarou que irá rever a questão dos sistemas antimísseis na Polônia. Na Rússia já se dá como certo que não se instalará o sistema. Não houve nenhuma punição à Rússia, seu processo de entrada na OMC continua. E sobre os navios da OTAN, já estavam estacionados no Mar Negro antes, e o uso destes como instrumentos de pressão por parte dos EUA foi criticado pela Alemanha e pela França. Os EUA tiveram, inclusive, que “disfarçar” seu único navio ancorado na Geórgia, ao dizer que se tratava exclusivamente de “ajuda humanitária”. O que Putin e Medvedev fizeram foi sua especialidade, jogar com as contradições entre os EUA e a UE para manter o controle da região.

Dá a impressão que vocês dissolvem essas contradições dentro de um suposto “imperialismo mundial”, que atuou unido contra a Rússia (“O imperialismo norte-americano desde o primeiro momento foi claríssimo e continua agora confrontando a Rússia e totalmente a favor da Geórgia, ao ponto de falar em nova guerra fria. Enviou navios à Geórgia e impulsionou

Pontos de Vista

punições, assim como o europeu, por cima de diferenças táticas”). Se fosse assim, deveríamos exigir do Governo Medvedev-Putin que fosse até o fim, que bombardeasse e tomasse Tbilisi, que derrubasse o Governo Sakashvili, Putin deveria ser criticado por sua covardia ao negociar um cessar fogo com a UE, ou seja, a política aplicada pelo PC Russo. Mas, camaradas, se houve de fato uma guerra do “imperialismo mundial” contra a Rússia, por que essa última ganhou a guerra? Pode uma nação semicolonial, como dizem vocês, ganhar uma guerra contra todo o imperialismo mundial, e mais, somente em dois dias e sem recorrer à mobilização das massas? Algo está mal explicado por vocês.

A independência da Ossétia

Nós dizíamos desde o princípio que a Rússia estava contra a independência e unificação da Ossétia. Vocês, ao contrário, diziam “Temos dúvidas de que a Rússia esteja contra a independência da Ossétia do Sul da Geórgia. Todas as declarações indicam que quer que se aplique o mesmo que a Kosovo. Acharmos muito categórico que no artigo do POI se diga que todos estão de acordo em negar a unidade das duas Ossétias. Para a Rússia, poderia ser uma boa proposta sempre e quando ambas sejam parte da Rússia”. E depois parece que vocês encontraram a confirmação de sua opinião no reconhecimento da independência da Ossétia do Sul e Abjazia por parte da Rússia: “Ao não ver o agravamento da contradição entre o imperialismo e a Rússia que causou a guerra, vocês consideravam, como mínimo, muito improvável esta decisão da Rússia. Diziam “que reconhecer a independência da Ossétia e Abjazia, ainda que seja no modelo Kosovo, levantaria no Cáucaso Norte uma desestabilização independentista que traria mais crise ao regime de Putin”.

Neste debate achamos que também estávamos certos. Dizíamos que não interessava à Rússia reconhecer a independência da Ossétia, e menos ainda sua unificação, porque isso seria tomado pelos demais caucasianos como uma vitória, uma mostra de que podem ganhar. A mudança na política se deu porque a Rússia não pôde manter sua posição anterior, não tinha como manter seu controle sobre a Ossétia do Sul e Abjazia se não reconhecesse a independência da Geórgia, isso devido à agressão georgiana e à pressão norte-americana. Mas isso é um grande problema para a Rússia. Há muitos setores da burguesia russa que acreditam que a Rússia perdeu muito mais com a guerra do que ganhou. Atualmente ocorre uma grande agitação no Cáucaso Norte; a Rússia, de fato, já não controla o Daguestán e a Ingushetia, e a resistência está fazendo uma série de ataques contra os postos de controle russos em Kabardino-Balkaria (que se consideram um povo irmão dos Ossetas) e inclusive na Ossétia do Norte (a parte da Ossétia que está em território russo). Quando Putin criticou duramente o reconhecimento da independência do Kosovo, dizia que isso abriria uma Caixa de Pandora incontrolável, que poria em perigo toda a ordem do pós-guerra. É no Cáucaso que essa profecia começa a se tornar realidade.

Temos de agregar um ponto muito importante à discussão que, parece, passa despercebido por vocês: a Rússia não aceita a reunificação da Ossétia de maneira alguma, e esse é o motivo que leva a Rússia a não querer e não

propor a entrada da Ossétia do Sul na Rússia.

A nação osseta não tem até agora seu direito à autodeterminação; está dividida em dois Estados, com a grande maioria dentro do Estado russo, sem autodeterminação nem autonomia, nem nada. A unificação da Ossétia, sem estar ocupada por ninguém, é condição fundamental de seu direito à autodeterminação. Não há como exercer o direito à autodeterminação com sua nação dividida e ocupada militarmente, seja por quem seja. Por isso, não existe nenhuma independência ou autodeterminação da Ossétia até agora! Acreditar que a Rússia reconheceu o direito à autodeterminação da Ossétia é um erro, sua política quanto a isso não mudou, a Rússia é e sempre foi contra a unificação e autodeterminação da Ossétia, como de todos os demais povos do Cáucaso. O que mudou foi a tática: antes preferiam manter a Ossétia do Sul dentro da Geórgia, e agora isso não é mais possível. É preciso compreender que na longa luta dos ossetas pelo direito à autodeterminação, o inimigo fundamental será a Rússia, que controla a região e a mantém dividida. O inimigo principal da luta pela unificação da Ossétia e pelo seu direito à autodeterminação é a Rússia!

Um ponto mais: vocês dão como certo que os ossetios do sul querem unir-se à Federação Russa. No artigo do Felipe isso é repetido várias vezes. Nós não sabemos de onde vocês tiraram essa informação. Não encontramos nenhuma fonte que diga isso, que eles querem se unir à Rússia. Se quisessem, está bem, apoiá-los seu direito, mas não achamos que isso seja assim, simples, como vocês afirmam. O que existe hoje é a ocupação da Ossétia do Sul (e Abjazia) pela Rússia, e a negação dos direitos nacionais aos ossetas do norte, uma situação em que é impossível exercer o direito à autodeterminação. E vocês afirmam que os ossetas querem unir-se à Rússia. No mínimo, devem ter mais cuidado; nós estamos pela unificação das duas Ossétias e, assim, reunificados e sem a presença de tropas, nem russas, nem georgianas e nem da OTAN, possam decidir o que fazer, se formar um Estado próprio, unir-se à Rússia com autonomia ou formar um Estado com outros povos do Cáucaso. Começar a discussão dizendo que querem unir-se já à Rússia é uma antecipação total, que não se baseia em nenhum dado.■



MARTIN HERNÁNDEZ

LIGA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES - QUARTA INTERNACIONAL (LIT-QI)

Carta à direção do POI

Estimados companheiros,

Em todo debate, para que se possa avançar, é muito importante determinar com precisão qual é o centro do mesmo. Fazendo um balanço do que foi discutido, nos dá a impressão que, fundamentalmente por nossa responsabilidade, não conseguimos identificar qual é o centro da discussão e, por isso, esta tende a converter-se, como diria um velho camarada espanhol, em um “cerimonial de confusões”

O debate começou em torno à posição que deveríamos adotar na guerra entre as tropas russas e georgianas.

Em nossa opinião, nessa guerra nós deveríamos nos colocar desde o ponto de vista militar, ao lado das tropas russas. Vocês, pelo contrário, opinaram que deviam colocar-se do lado das tropas georgianas. Não é uma diferença menor. Afinal, estávamos lutando, ainda que por enquanto só seja no papel, em campos militares opostos.

Nós interpretamos que essa divergência surgiu porque vocês, em função do caráter ultra-reacionário do regime Putin-Medvedev, eram contra unir-se, militarmente a ele, para enfrentar a agressão do imperialismo representado pelas tropas georgianas. Neste sentido nos parece que vocês tinham uma posição contrária à de Lênin, Trotsky e Moreno.

Este era, para nós, o centro do debate, por isso na polêmica apelamos para uma série de exemplos históricos, de atuação da nossa corrente frente a fatos similares. No entanto, estudando o conjunto dos materiais que trocamos (especialmente na carta de Daniel Brodski) vemos que este não era, nem é, o centro do debate. Além disso, vemos que em relação à política a ser adotada frente a este tipo de situações, provavelmente não temos diferenças já que,

Tradução
Irinéia Vieira

tanto vocês como nós consideramos que, independentemente do caráter do regime do país semicolonial, devemos colocar-nos do seu lado, militarmente, para enfrentar ao imperialismo. A diferença não está aí. A diferença está em que temos caracterizações opostas sobre os protagonistas desta guerra. Por isso, nos colocamos em lados diferentes.

Então, esta diferença, em relação à caracterização, nos obriga a abordar, do ponto de vista teórico, outro tipo de questões, como os conceitos de países imperialistas, de submetrópoles, de semicolônias e de colônias, da mesma forma que devemos estudar e rediscutir questões tais como restauração e colonização, assim como política do imperialismo para os ex – estados operários. Sem ter acordo sobre estes temas é impossível chegar a um acordo sobre a política para a guerra.

Sobre a posição do imperialismo

Como dizíamos anteriormente, apesar da nossa diferença de caracterização sobre os protagonistas desta guerra, partimos de uma compreensão comum sobre a necessidade de defender o país que está sendo colonizado da agressão do país que aspira colonizá-lo.

Este acordo de princípios é muito importante porque nos dá bases sólidas para avançar no restante dos temas. Justamente por isso queremos começar abordando uma parte da carta de Daniel Brodski, a qual nos dá a impressão de relativizar ou, de fato, questionar este critério.

Ele cita algumas afirmações de nossas cartas, entre elas uma que dizia: “Para definir esta posição é essencial localizar de que lado está o imperialismo” e, a partir daí, nos responde: “Isso é uma grande novidade para nós...” e depois de dar alguns exemplos, como é o caso de uma possível retirada da Rússia da Chechênia e as relações da direção chechena com os EUA, assinala “O imperialismo americano sempre utilizará todos os enfrentamentos que existem no mundo para melhor localizar-se.”

Lênin, ao final do prólogo de seu famoso texto *O imperialismo, fase superior do capitalismo*, dizia: “Queria abrigar a esperança de que meu texto ajudará a orientar-se no problema econômico fundamental, sem cujo estudo não é possível compreender nada quando se trata de emitir um juízo sobre a guerra e a política atual: o problema da essência econômica do imperialismo.”

É no marco do que assinalava Lênin que dizíamos que nunca poderemos localizar-nos corretamente em uma guerra se não começarmos por analisar o caráter da mesma e, ao fazer isto, é essencial situar de que lado está o imperialismo.

Claro que o imperialismo, em um determinado momento, de forma oportunista, pode apoiar uma causa progressiva, como é, por exemplo, a exigência da retirada russa da Chechênia. Mas ainda neste caso, para determinar nossa política “... é essencial situar de que lado está o imperialismo”, pois nesta hipótese seria necessário ver se uma causa progressiva, como é a retirada das tropas russas, se transformaria, ou não, em seu contrário a partir da intromissão do imperialismo,.

Em nossa opinião, a luta pela retirada das tropas russas da Chechênia, apesar da posição do imperialismo, segue sendo uma causa progressiva,



Pontos de Vista

porém não necessariamente vai continuar sendo no futuro. Pode ser que o enfrentamento entre a nação chechena e o governo russo não mude de caráter. Mas também, no futuro, pode ocorrer o contrário. A esse respeito é necessário estudar atualmente a questão curda no Iraque, a partir da invasão dos EUA.

Então, voltamos a repetir: para nós, para tomar posição frente a uma guerra, é essencial situar “... de que lado está o imperialismo...” e isto vale para todas as guerras e logicamente vale para a recente entre Rússia e Geórgia.

O curioso do caso é que vocês, nesta guerra, para definir sua posição, utilizaram corretamente o critério que nós defendemos e nos criticam, já que se colocaram contra a Rússia e a favor da Geórgia, porque consideram que a Rússia é “imperialista na sua área de influência”.

Três caracterizações possíveis

No nível que chegou nosso debate existem três possíveis caracterizações sobre a guerra, e nas três a localização do imperialismo é central para determinar nossa política.

Se a caracterização de vocês estiver correta, também, no essencial, estaria correta sua política. Se ocorrer um enfrentamento entre a Rússia, um país “imperialista em sua área” e a Geórgia, “um país semicolonial”, a classe operária teria que colocar-se ao lado das tropas da semicolônia (Geórgia) contra as tropas do império regional (Rússia).

Pelo contrário, se vocês considerassem que as tropas georgianas são na realidade as tropas do imperialismo americano, que é o que nós opinamos (e é o mesmo que opinavam num primeiro momento), estaríamos frente a um enfrentamento entre dois países imperialistas. Um muito mais forte (EUA) e outro mais débil, de caráter regional (Rússia). Neste caso nossa política, em linhas gerais, teria que ser a do “derrotismo revolucionário”.

Porém, se nós temos razão em nossa caracterização e, portanto, a Rússia não é um país imperialista, mas um país que está sendo colonizado pelo imperialismo e a Geórgia é uma semicolônia (ou diretamente uma colônia) que está sendo instrumentada pelo imperialismo para avançar na colonização da região, estaríamos ante um enfrentamento entre as tropas de um país que, de forma incoseqüente, oferece algum tipo de resistência à sua colonização (Rússia) e as tropas dos EUA, com uniforme do exército georgiano, como instrumento dessa colonização.

Se nossa caracterização estivesse correta, também estaria correta nossa política: colocar-nos, militarmente, do lado russo contra as tropas georgianas (montadas e instrumentadas pelos EUA) independentemente do caráter do regime russo e da história das relações entre Rússia e Geórgia.

Mas qual dessas três caracterizações sobre os atores da guerra é a correta? Isso é o que temos de estudar e discutir. Esse é o centro do debate.

Sua caracterização sobre o caráter do Estado russo

Ninguém tem dúvidas sobre o que são os EUA, mas qual é o caráter do Estado Russo? Entre nós temos acordo de que houve um Estado operário burocratizado e que o capitalismo foi restaurado, mas o problema é com-

plicado justamente porque esse novo Estado capitalista tem uma origem diferente do restante dos países capitalistas.

Qual é o caráter do Estado russo? Qual é a relação desse novo Estado capitalista com o restante dos Estados? Qual é a relação com sua antiga área de influência, em especial com as ex-repúblicas soviéticas?

Em sua carta, o camarada Daniel responde a esses três interrogantes da seguinte maneira:

“Para nós, a Rússia não é nem imperialista, nem colônia, nem semicolônia, nem independente, é uma submetrópole.”

“... é imperialista em sua área de influência... Isso não significa que pensemos que a Rússia vá tornar-se uma nova potência imperialista e disputar com os EUA...mas tampouco pensamos que em um curto espaço de tempo, mensurável, ficará como a Geórgia ou a Ucrânia.”

“É um Estado de outro tipo, algo intermediário, que chamamos de submetrópole.”

“A Rússia vive um claríssimo processo de recolonização... Contudo, a Rússia cumpre um papel de recolonizador no Cáucaso e na Ásia Central. Ou seja, o grosso dos investimentos nesta região é russo e são as bases militares russas as que estão na região. Os EUA e a UE, nunca dominaram a região, que em toda a história sempre foi dominada pelos russos. Então, se há este duplo caráter, é imperialista em sua área de influência e ao mesmo tempo está sendo recolonizada pelos imperialismos dominantes...”

“A Rússia é só uma semicolônia como a Argentina? A única semicolônia membro do G8? A Rússia é parte do sistema imperialista.”

“Dá-nos a impressão de que o capital russo investido na Geórgia ainda é maior que o americano, mas ainda não podemos comprová-lo. Como mínimo, a supremacia americana ainda não é clara... A Geórgia está em luta entre o domínio americano e o russo.”

“A Rússia czarista era colonizada pela França e Inglaterra, porém, era imperialista em relação à sua área de influência. Lênin a definia simplesmente como imperialista (o elo mais fraco da corrente imperialista)”.

A importância de uma caracterização

Vocês dão muita importância à necessidade de precisar uma caracterização sobre o Estado russo, e para fundamentar essa necessidade, dizem “... não podemos acertar em nenhuma linha política, aqui na Rússia, se caracterizarmos mal o Estado russo”. Têm razão. Na realidade não é que, com uma caracterização equivocada do Estado russo, não possam acertar “nenhuma política”. Podem ter grandes acertos políticos, ainda que com uma caracterização equivocada sobre o Estado; porém, essa caracterização equivocada irá cobrar um preço muito alto, em especial frente aos grandes acontecimentos políticos e da luta de classes.

Qual é a nossa opinião sobre sua caracterização do Estado russo? Não queremos ser diplomáticos. A diplomacia pode ser muito útil para tratar com adversários e inimigos, mas de pouco serve para nossos debates internos. Consideramos que sua caracterização sobre o Estado russo (e também sobre o Estado georgiano) é globalmente equivocada.

Pontos de Vista

Claro que, como dizíamos anteriormente, trata-se de temas muito complicados, que teremos que seguir estudando com muito cuidado. Porém, frente ao debate concreto, ainda que com risco de errar, temos a obrigação de dar nossa opinião, baseada no que temos acumulado até agora de conhecimento e estudo.

Uma primeira contradição

Daniel disse que a Rússia é uma “submetrópole” e que, portanto, não é “... imperialista...”. Deixando de lado, por ora, a definição de “submetrópole”, é necessário constatar que esta definição - a Rússia não é um Estado “imperialista” - entra em contradição com o conjunto de sua própria caracterização sobre o Estado russo, porque ao longo de todo o texto é dada uma série de elementos, de forma insistente, para demonstrar o contrário: que a Rússia é um imperialismo regional. Portanto, seria considerado um país imperialista menor, regional, mas, por fim, imperialista. Tanto é assim que vocês afirmam que a Rússia é parte do “sistema imperialista” e fazem comparações com o papel da Rússia czarista e citam Lênin quando este a caracterizava como o “elo mais débil da corrente imperialista.”

Um erro: caracterizar a Rússia como “imperialista”

Como a Rússia, que era um Estado operário, onde até 1986 reinava a economia planificada, transformou-se num Estado imperialista? Dizer que a Rússia transformou-se em poucos anos num país imperialista significa dizer que a nascente burguesia russa conseguiu construir um novo Estado imperialista no início do século XXI, quando isto era praticamente impossível (e a história assim o demonstrou) já no início do século XX.

Lênin, de forma brilhante e muito simples, dava as razões de ser praticamente impossível o surgimento de novos Estados imperialistas já em 1900: “Quando as colônias das potências européias na África, por exemplo, representavam uma décima parte desse continente, como ocorria ainda em 1876, a política colonial podia desenvolver-se de um modo não monopolista, pela “livre conquista”, poderíamos dizer, de territórios. Porém quando as 9/10 partes dos territórios foram ocupadas (em torno de 1900), quando todo o mundo estava repartido, começou inevitavelmente a era do domínio monopolista das colônias e, por conseguinte, da luta particularmente aguda pela repartição e o novo loteamento do mundo” .

Para demonstrar que a Rússia é um imperialismo regional, o camarada D.B. fala dos capitais russos nas repúblicas da ex-União Soviética, das bases militares, da opressão, etc. e agrega que nunca os EUA ou os países da União Européia dominaram a região: “...em toda sua história (essa região) foi sempre dominada pelos russos”.

É verdade que os russos, historicamente, dominaram essa região, mas essa dominação teve um caráter diferenciado. Uma coisa foi a dominação imperialista na Rússia czarista, e outra coisa, muito diferente, foi a dominação durante o período stalinista, do Estado operário burocratizado. Nós sempre polemizamos com as correntes maoístas, por dizerem que a URSS era um Estado imperialista, pela simples razão de que não era um Estado capitalista.

E foi justamente a restauração do capitalismo e a dissolução da URSS que mostraram na prática que os trotskistas tinham razão.

A atual Rússia capitalista herdou do Estado operário burocratizado relações políticas, comerciais e inclusive militares com as antigas repúblicas da URSS. Temos a impressão de que essas relações herdadas do Estado operário burocratizado pela atual Rússia é o que os leva a afirmar que a Rússia é um país imperialista em nível regional.

É verdade que a burguesia russa se utiliza dessas antigas relações (cada vez mais deterioradas) para oprimir, explorar e reprimir várias repúblicas da região. Mas isso não confere um caráter imperialista ao Estado russo.

É bastante comum, na esquerda, utilizar o termo “imperialista” para denominar um país que explora outro. Mas é equivocado, é uma vulgarização do conceito de imperialismo. Uma vulgarização que foi difundida há muitos anos por Kautsky e que Lênin sempre combateu.

Temos também a impressão de que vocês acham que, com a restauração do capitalismo, a Rússia teria conseguido ou poderia conseguir recuperar o status de país imperialista (ainda que débil) que ostentava no início do século XX sob o czarismo. Essa é a aspiração de uma boa parte da burguesia russa, mas, pelo que dissemos anteriormente, é impossível ocorrer.

O que é, em nossa opinião, o Estado russo?

O Estado russo não é um Estado imperialista, nem regional, nem de nenhum tipo. Só podemos entender o caráter do atual Estado russo se, por um lado, estudamos sua gênese e, por outro, o vemos no marco do conjunto dos ex-Estados operários burocratizados.

Normalmente, a restauração do capitalismo e a colonização desses Estados por parte do imperialismo são analisadas como um mesmo processo. Mas não é assim. São dois processos que se inter-relacionam, mas são diferentes. Além disso, na maioria dos casos, o processo de colonização ou recolonização é anterior ao processo de restauração.

O imperialismo fracassou em várias tentativas, políticas e militares, de colonizar a ex-URSS. A maioria das potências imperialistas fracassou, derrotadas na Guerra Civil; o imperialismo alemão fracassou durante a Segunda Guerra Mundial e os próprios EUA fracassaram quando, ao final da Segunda Guerra, não tiveram condições de ocupar a URSS.

No entanto, o imperialismo nunca abandonou seu projeto de colonizar a URSS e o conjunto dos Estados operários surgidos depois da guerra. Era uma necessidade do sistema. Porém, o que não conseguiram fazer por meios militares começaram a fazer por meios “pacíficos”.

Já ao final da década de 50, em todo o Leste europeu surgiram os primeiros indícios de um novo plano de colonização por parte do imperialismo. Isto foi facilitado pela ação das burocracias governantes desses Estados e pela crise econômica e social provocada justamente por sua condução burocrática.

Para colonizar o Leste europeu, o imperialismo utilizou os mesmos mecanismos que usou, na segunda metade do século XX, para avançar na colonização dos chamados países do Terceiro Mundo. No período que transcorreu entre os anos 63 e 68, as economias do Leste abriram-se completamente do

Pontos de Vista

ponto de vista comercial. Esse período ficou conhecido como a “Idade de Ouro” do comércio Leste-Oeste. Mas essa “Idade de Ouro” estava baseada num comércio desigual, que trouxe como resultado a débâcle completa das economias dos Estados operários burocratizados. Diante disso, as burocracias governantes apelaram para os “empréstimos baratos” do imperialismo (que depois se transformaram em caros) de tal forma que esses Estados, em pouco tempo, passaram a acumular enormes dívidas externas e, com isso, aumentaram paulatinamente sua dependência econômica do imperialismo.

Na década de 60, a ex-URSS, em função de sua economia muito mais forte e fundamentalmente de suas reservas petrolíferas, não foi tão afetada como o restante dos Estados do Leste. No entanto, nas décadas de 70 e 80, nem sequer a poderosa URSS pôde escapar da crise e da dependência econômica em relação ao imperialismo. Como exemplo, a dívida externa da URSS, entre os anos 1970 e 1982, cresceu 30 vezes!

Assim, podemos ver que o Estado Russo, longe de ser um país imperialista, na verdade é um Estado que vem sendo colonizado antes mesmo de passar a ser um Estado capitalista.

A partir de 1986 ocorre uma profunda mudança na ex-URSS e, particularmente, na Rússia. A partir desse ano começa a restauração do capitalismo. Mas essa mudança, como não podia deixar de ser, em vez de tornar o país independente da dominação imperialista, fez com que desse um salto qualitativo na sua dependência. Por uma razão muito simples: a restauração só podia ser possível, e só foi possível, pela ação direta do capital monopólico imperialista. A partir da restauração, a Rússia (assim como toda a ex-URSS) converte-se numa semicolônia ou num país que tende a transformar-se numa semicolônia.

Acreditamos que é secundário determinar se a Rússia já é uma semicolônia ou está a caminho disso. Mas não é secundário determinar com precisão o que dissemos anteriormente: a partir da restauração, a Rússia aumenta, qualitativamente, sua dependência em relação ao imperialismo e, como sabemos que a política é “economia concentrada”, se a atual dependência econômica ainda não a converteu em semicolônia, logo o fará.

Sobre isso, é interessante observar o método de Lênin. No texto *O imperialismo, fase superior do capitalismo*, ele defende a tese de outro autor (Schulze-Gaevernitz), para quem a Argentina “... quase devia ser considerada uma colônia comercial inglesa”. Lênin não tinha, nesse momento, um conhecimento maior das relações políticas entre o Estado argentino e a Inglaterra; no entanto, arriscava dizer que era praticamente uma colônia da Inglaterra a partir de um único dado econômico: os investimentos da Inglaterra em 1909 chegavam a 8 bilhões e 750 milhões de francos (da época). Com esse único dado, Lênin caracterizava a Argentina como sendo praticamente uma colônia porque, segundo ele, não era “difícil imaginar os fortes vínculos que isso assegura ao capital financeiro (e ao seu fiel amigo, a diplomacia da Inglaterra) com a burguesia da Argentina, com os círculos dirigentes de toda sua vida econômica e política”.

O Estado russo tem um “duplo caráter”?

Provavelmente vocês não estejam contra o que foi dito anteriormente, pois D.B. afirma em seu texto que “a Rússia vive um claríssimo processo de recolonização”. Mas ainda temos uma divergência importante com esse texto, pois ele diz que a Rússia tem um “duplo caráter” porque, por um lado, é colonizada (semicolônia) e, por outro, é colonizadora (imperialismo regional). Para exemplificar, fala da Rússia czarista, que também teria esse duplo caráter.

A Rússia czarista não tinha um duplo caráter. Era um Estado imperialista, que colonizava a região e mantinha relações desfavoráveis com os países imperialistas mais poderosos. É a mesma situação de hoje de países imperialistas como a Espanha ou Portugal. O Brasil tampouco tem, atualmente, um duplo caráter. É uma semicolônia do imperialismo que explora, oprime e inclusive reprime outros países (Paraguai, Bolívia, Haiti...).

A Rússia atual não tem um duplo caráter. Como o Brasil, ela é um país semicolonial (ou em processo de transformação numa semicolônia) que explora e oprime outros países da região, mas nem por isso é um Estado imperialista. Os explora como o que é (uma semicolônia) e não como o que não é (um país imperialista).

D.B. fala dos capitais russos que estão em toda a região. E, além disso, diz, por exemplo, que a Geórgia está em disputa entre a Rússia e os EUA. Mas que são os capitais russos? Se algo caracteriza os países semicoloniais ou coloniais é que neles os principais capitais não são nacionais, mas das potências imperialistas. Nesses países, a burguesia nacional é muito débil em relação à burguesia imperialista que atua em seu próprio país. Por isso, as burguesias nacionais, na ampla maioria dos casos, são obrigadas a atuar como sócias menores e inclusive como gerentes ou como testas-de-ferro do capital imperialista.

Mesmo ainda sem dispor de todos os dados, não cremos que na Rússia seja diferente. Todos os analistas chamam a atenção para os grandes investimentos estrangeiros no país, que inclusive vêm crescendo. No primeiro semestre de 2006, por exemplo, foram investidos 23 bilhões de dólares na Rússia, o que significou um aumento de 42% em relação ao mesmo período do ano anterior. Por isso, perguntamos: quais são os capitais “russos” que estariam colonizando a região? Se todos os capitais que existem na região são realmente russos, a tal ponto de a Rússia estar disputando o controle da Geórgia com os EUA, toda a nossa caracterização estaria equivocada. A Rússia seria uma potência imperialista e não somente regional.

A propósito das “submetrópoles”

O camarada D.B. diz várias vezes em seu texto que a Rússia, ainda que não seja uma potência imperialista como os EUA, tampouco é uma semicolônia como a Geórgia ou a Ucrânia. E com isso chega à conclusão de que a Rússia é “... um Estado de outro tipo, algo intermediário, que chamamos de submetrópole”.

Para nós, a Rússia, em um sentido, não é igual à Ucrânia e, em outro, sim. Para que se entenda o que queremos dizer daremos um exemplo da América

Pontos de Vista

Latina. O Brasil é igual ao Paraguai? É e não é. Depende. Se a comparação for em torno à população, ao PIB, produção industrial ou agrária, à burguesia, ao comércio etc. há uma diferença qualitativa entre Brasil e Paraguai. Mas se a comparação for em torno à relação de ambos os países com o imperialismo norte-americano e europeu, então não existe diferença entre ambos os países: os dois são semicolônias e as diferenças, se existem, são quantitativas.

Concordamos em que há outra diferença importante, qualitativa, entre a Rússia, a Ucrânia e a Geórgia. A burguesia russa explora, no mínimo, uma parte da Ucrânia e da Geórgia, enquanto que o contrário não acontece. Algo parecido se dá com a burguesia brasileira em relação ao Paraguai, a Bolívia ou ao Haiti.

Concordamos também em definir a Rússia como uma “submetrópole” (definição que também serve para o Brasil), porém, não concordamos com a interpretação que vocês dão a esta categoria. Submetrópoles não são Estados “intermediários” entre as metrópoles imperiais e as semicolônias ou colônias. Pelo contrário, são submetrópoles de uma ou mais metrópoles. São semicolônias ou colônias que, numa determinada área de influência, atuam como intermediárias dos interesses políticos, econômicos e inclusive militares do imperialismo. Esse é o papel que o Brasil cumpre em relação à sua área de influência, no terreno econômico, político e militar, e esse é o papel que o imperialismo pretende que a Rússia cumpra também na sua área de influência. A Rússia está cumprindo esse papel, apesar das contradições e enfrentamentos aos quais vamos nos referir mais adiante.

Por outro lado, as submetrópoles não são, como vocês dizem, um fenômeno novo. São tão antigas como as próprias metrópoles imperialistas. Por exemplo, quando a Índia era uma colônia da Inglaterra, era uma submetrópole que cumpriu um papel central no processo de colonização desenvolvido pela Inglaterra na região, inclusive no terreno militar. Tanto foi assim que até hoje o principal e melhor destacamento de combate do exército inglês não está composto por soldados ingleses, mas pelos nepaleses, os famosos Gurkas, que se destacaram por sua ferocidade e crueldade na Guerra das Malvinas.

Para vocês, as submetrópoles são outra coisa. Não são colônias, nem semicolônias; são uma categoria diferente: “... a Rússia não é nem imperialista, nem colônia, nem semi-colônia, nem país independente; é uma submetrópole”. Para nós, ao contrário, as submetrópoles são um tipo diferenciado de semicolônia ou colônia.

Mas isso vai acontecer se a Rússia se transformar claramente numa semicolônia ou numa colônia? Se vocês forem conseqüentes com essa definição de submetrópole, têm de dizer que, quando chegar essa situação, a Rússia deixará de ser uma submetrópole. Nós achamos exatamente o contrário. Se a Rússia se transformar claramente numa semicolônia ou diretamente numa colônia, seu papel como submetrópole será muito mais claro e evidente. Porque as submetrópoles têm um elemento central, que as diferencia do restante das colônias, que é serem colônias ou semicolônias privilegiadas pelo imperialismo.

A Rússia, em função de suas reservas naturais estratégicas, já é um país privilegiado pelo imperialismo. Ela faz parte dos BRIC (Brasil, Rússia, Índia

e China). Mas, se a Rússia avançar muito mais na sua dependência e subordinação diante do imperialismo, que é o que este pretende, será muito mais privilegiada, e seu papel como submetrópole aumentará.

Por que a guerra?

Mas se tanto a Rússia como a Geórgia ou a Ucrânia têm uma relação similar com o imperialismo, por que os choques e as guerras? Como já dissemos, o imperialismo de conjunto busca colonizar todos os cantos do planeta. Isto não ocorre pela existência de homens maus (tipo Bush) como muitos acreditam, mas por uma lógica infernal do capitalismo, que se reforçou qualitativamente em sua fase imperialista. “Quanto mais desenvolvido está o capitalismo, quanto mais sensível se faz a insuficiência de matérias primas, quanto mais dura for a competição e a busca por fontes de matérias primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias”.

Os antigos Estados operários são o terreno privilegiado onde o imperialismo tenta levar até o fim essa luta “encarniçada pela aquisição de colônias”. As antigas burocracias e as burguesias desses novos Estados capitalistas colaboram com o imperialismo; o marxismo nos ensina algo elementar: as classes ou setores sociais atuam em um ou outro sentido de acordo com seus interesses materiais. As classes sociais defendem seus interesses até o fim. Elas não se suicidam. A burguesia não se suicida, nem diante do proletariado, nem de outros setores burgueses. Por isso ocorrem os choques e as guerras.

Porém, justamente porque a burguesia não se suicida, a ofensiva colonizadora por parte do imperialismo provoca a resistência não só das massas, mas dos diferentes setores burgueses. A maioria deles aceita o papel de sócios, inclusive de sócios menores do imperialismo, mas qual é sua parte nessa sociedade?

Esta realidade gera atritos e choques entre o imperialismo e as burguesias nacionais das semicolônias e das colônias, a tal ponto que, em determinados momentos históricos, as burguesias apóiam-se no movimento operário e de massas para chantagear o imperialismo; uma expressão disso são os governos bonapartistas *sui generis*, como Chávez na Venezuela. Essa resistência e esses atritos que a ofensiva colonizadora do imperialismo provoca com as burguesias e os Estados nacionais normalmente diminuem com a maior debilidade do Estado nacional, o que faz com que, normalmente, esse Estado nacional mais débil e, portanto, mais fácil de ser colonizado, seja utilizado pelo imperialismo, inclusive militarmente, para avançar sobre os outros Estados onde a resistência é maior.

Por exemplo, a Argentina, nas primeiras décadas do século XX, sendo praticamente uma colônia de Inglaterra, chegou a ser a quinta economia do mundo e era de longe a principal economia de toda a América do Sul. No entanto, quando, a partir da decadência do império inglês, os EUA começaram a colonizar o subcontinente, encontraram uma importante resistência num setor da burguesia e das Forças Armadas argentinas, fazendo com que o imperialismo americano se apoiasse num país muito mais atrasado nesse momento, o Brasil, para utilizá-lo como ponte para colonizar a Argentina. Atualmente descobriram-se documentos mostrando que em 1944 o Departamento de Estado norte-americano chegou a levantar a hipótese de destruir

Pontos de Vista

completamente Buenos Aires, que seria bombardeada pela aviação brasileira.

Em nossa opinião, essa história da colonização americana na América do Sul nos ilumina para entender a colonização feita pelas diversas potências imperialistas, tanto na ex-URSS quanto no restante do Leste europeu.

O imperialismo, mesmo que não pare de avançar, encontra uma maior resistência na Rússia do que na Geórgia ou na Ucrânia para levar até o fim sua ofensiva colonizadora. E o elemento central dessa diferença não está nos governos, mas na diferença qualitativa que existe entre a economia russa, de um lado, e a georgiana ou a ucraniana do outro.

Para chantagear e melhor negociar com o imperialismo, a Rússia utiliza-se não só de sua relativa força econômica, mas também de suas ainda poderosas forças armadas, que o imperialismo tenta debilitar e enquadrar cada vez mais, utilizando os países da antiga área de influência russa onde a colonização avançou mais.

Os avanços do imperialismo na região são evidentes. O Pacto de Varsóvia foi dissolvido em 1990 e uma boa parte dos países que o integravam atualmente fazem parte da OTAN. Entre eles está a Polônia, que assinou um acordo com os EUA para instalar o chamado “Escudo Antimíssil”, construindo dez bases norte-americanas em território polonês, com o objetivo explícito de controlar a Rússia.

Para nós, o exército da Geórgia, armado e treinado pelos norte-americanos (por mais que ainda conserve armas russas) faz parte dessa política colonizadora dos EUA no terreno militar. Não concordamos com a idéia de que o exército georgiano tenha um duplo caráter: seria imperialista quando atua no Iraque (portanto, regressivo) e seria nacionalista frente aos colonizadores russos (e, portanto, progressivo). Para nós, o exército georgiano responde aos interesses do imperialismo tanto no Iraque quanto nos territórios da ex-URSS.

Não queremos, nesta carta, ater-nos à política concreta para a guerra, o que originou este debate. Preferimos agora nos limitar a esta discussão, que não é sobre a política, mas sobre as caracterizações, porque é a partir delas que devemos elaborar as políticas. Numa próxima carta vamos nos referir à guerra concreta, seus dois momentos, as questões táticas etc., e a um tema muito importante, que aqui apenas tocamos rapidamente, mas ao qual vocês, com razão, dão muita importância, que é a questão nacional, ou as diferentes questões nacionais que estão em jogo na ex-URSS.■

A 90 anos de sua fundação A atualidade da Terceira Internacional

ALICIA SAGRA

FRENTE OPERÁRIA SOCIALISTA (FOS), ARGENTINA

Em 4 de março deste ano, cumpriram-se 90 anos da fundação da Internacional Comunista, a Terceira Internacional. Ela foi, junto ao partido bolchevique, a maior conquista organizativa do proletariado mundial. Não se pode explicar sua existência sem analisar a dialética de triunfos e derrotas, já que foi gerada a partir da grande traição da Social-democracia em 1914 e da maior das conquistas, a Revolução Russa de outubro de 1917.

Teve uma vida muito curta. Foi dissolvida por Stalin em 1943, mas como organização revolucionária só se manifesta plenamente até 1922.

Nada foi fácil nem simples para esta grandiosa criatura, que morre antes de chegar à maturidade, mas que nos deixou uma armação programática, principista e metodológica que conserva toda sua atualidade. Nasceu em meio à revolução que percorria a Alemanha e a Europa Central, de jornadas sangrentas como as de janeiro de 1919 na Alemanha, da fuzilaria da guerra civil que ameaçava o recente Estado operário. E esse nascimento foi muito discutido. Muitas polêmicas ocorreram antes e depois de sua fundação.

A traição de 1914 e as polêmicas sobre a nova Internacional

A traição de 1914 teve um efeito devastador. A Internacional que havia educado milhões de operários no marxismo, no internacionalismo proletário, rompia com toda essa tradição ao votar a favor dos créditos de guerra. Com a honrosa exceção dos russos e sérvios, todos os partidos da Segunda apoiaram seus próprios imperialismos e enviaram os operários europeus a matarem-se uns aos outros. No Partido alemão, o mais forte, o melhor formado, o que contara com a colaboração de Engels em seus inícios, só Karl Liebknecht votou contra os créditos de guerra. O resto, como dissera Rosa Luxemburgo, transformou-se num “*cadáver putrefato*”.

Mas a massa operária não é consciente desta traição e segue, nos diferentes países, sua velha direção. Dos dirigentes, só uma minoria heterogênea manifesta-se contra a política adotada. Por um lado, o setor majoritário considerava que não se podia abandonar a “velha casa”, que se deveria esperar e recuperá-la quando situação mudasse. Muitos, sobretudo nos partidos maiores, tinham medo de ficar isolados se rompessem com a II Internacional.

Por outro lado estavam os claramente revolucionários, entre os quais se destacam Lênin e Trotsky na Rússia; Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht na Alemanha; Christian Rakovsky na Romênia e o escocês John MacLean na

Tradução
Marcos
Margarido





Grã Bretanha, verdadeiro herói popular, chamado o Liebknecht da Escócia.

Trotsky faz uma descrição muito boa da disposição deste setor: “*Se a guerra fugir do controle da Segunda Internacional, suas conseqüências imediatas brotarão do controle da burguesia do mundo inteiro. Nós, os revolucionários socialistas, não quisemos a guerra. Mas não a tememos. Não nos entregamos ao desespero pelo fato de que a guerra rompeu a Internacional. A história já se encarregou disso*”.

“*A época revolucionária criará novas formas de organização, surgidas dos recursos inesgotáveis do socialismo proletário, novas formas que estarão à altura da grandeza das novas tarefas. Dedicar-nos-emos a este trabalho de imediato, entre o rugir das metralhadoras, a derrubada das catedrais e o uivo patriótico dos chacais capitalistas*”¹.

Todos eles estavam absolutamente convencidos da falência da Segunda Internacional e da necessidade de substituí-la por outra que cumprisse a tarefa de dirigir a revolução mundial. Mas a partir daí apareciam as diferenças.

Lênin escreve em 1º de novembro de 1914: “*A Segunda Internacional está morta, vencida pelo oportunismo. Abaixo o oportunismo, viva a Terceira Internacional, livre dos renegados e do oportunismo*”².

Mas é consciente das dificuldades. *Em Socialismo e Guerra*, explica que, para construir uma Internacional é necessário que haja partidos dispostos a fazê-lo. Se a situação avançar nesse sentido, os bolcheviques tomarão seu lugar nessa tarefa. Se o amadurecimento for mais lento, continuarão na velha Internacional, até que em diversos países, sejam criadas as bases para uma nova organização operária internacional marxista revolucionária. É no recém-formado grupo Espártaco, em quem centralmente pensa.

Rosa Luxemburgo, a principal dirigente desse grupo, tem grandes diferenças com Lênin. Para ela, o aspecto central não passa pela elaboração de novos programas, nem por uma nova organização construída por “*dezenas de pessoas*”, mas sim por “*ações de milhões de homens*”. Nada de “*derrotismo*

¹ Leon Trotsky, *A Guerra e a Internacional*

² Mathios Rakosi, *Los Cuatro Primeros Congresos de la Internacional Comunista*, Editorial Pluma

revolucionário” como propõe Lênin, mas a luta contra a guerra. Nela se desenvolverá, na ação, a “*vontade consciente das massas*”³.

Trotsky aproxima-se cada vez mais de Lênin, mas este reprova sua lentição em romper com os pacifistas e sua negativa em incorporar o derrotismo revolucionário. Algo parecido se passa com Rakovsky.

A Conferência de Zimmerwald

Por iniciativa dos socialistas italianos, realizou-se uma Conferência Internacional em setembro de 1915, em Zimmerwald (Suíça), para a qual foram convidadas “*todas as organizações que permaneceram fiéis à luta de classes e à solidariedade internacional*”. Participaram delegados de 19 países⁴, que se dividiram em três alas, a maioria de pacifistas encabeçados por Martov⁵, que se definia contra a guerra, mas se opunha a sair da Segunda, a ala esquerda dirigida por Lênin (8 delegados) e um centro onde estavam Trotsky e Rakovsky.

Trotsky descreve a reunião da seguinte maneira: “*Acomodamo-nos como podíamos em quatro carros e tomamos o caminho da serra. As pessoas ficavam olhando, com gestos de curiosidade, essa estranha caravana. Nós tampouco deixávamos de achar engraçado que, a cinqüenta anos da fundação da Primeira Internacional, todos os internacionalistas do mundo podiam caber em quatro carros. Mas naquela chacota não havia o menor ceticismo. O fio histórico rompe-se com farta freqüência. Quando ocorre tal coisa, nada se pode fazer, senão atá-lo de novo. Era precisamente isto o que íamos fazer em Zimmerwald.*”

“*Foi um grande esforço fazer com que entrassem em acordo num manifesto coletivo, esboçado por mim, a ala revolucionária representada por Lênin e a ala pacifista (...). O manifesto (que foi aprovado) não dizia, tampouco, tudo que devia ser dito; mas era, apesar de tudo, um grande passo adiante. Lênin mantinha-se na extrema esquerda. Estava só em relação a uma série de pontos. Eu não me contava formalmente entre a esquerda, embora estivesse identificado com ela no fundamental. Lênin temperou em Zimmerwald o aço para as empresas internacionalistas que haveria de empreender, e pode ser dito que foi naquele povoado da montanha suíça, onde se lançou a primeira pedra para a internacional revolucionária.*”

“*A conferência de Zimmerwald imprimiu um grande impulso ao movimento antiguerra nos diversos países. Na Alemanha, contribuiu para intensificar a ação dos espartaquistas. Na França, foi criado o “Comitê para o fomento das relações internacionais”. (...) Martov, que durante a primeira época havia colaborado calorosamente no Nasche Slovo⁶, separou-se dele devido ao giro que fazia. As diferenças de opinião, puramente acidentais, que me haviam separado de Lênin em Zimmerwald apagaram-se no transcurso dos meses seguintes*”⁷.

A Revolução Russa e a batalha pela Internacional

A partir de 1915, algumas mobilizações contra a guerra começam a ocorrer na Escócia, em Berlim e na Romênia. Com esse marco, avança o trabalho pela nova Internacional. O grupo de Trotsky, Rakovsky e os bolcheviques, aproveitam as vicissitudes do exílio para estabelecer relações com grupos e dirigentes na França, Suécia, EUA, Suíça.

Mas a mudança qualitativa vem com a Revolução Russa e a tomada do poder pela classe operária russa, dirigida pelos bolcheviques, em outubro de 1917. Os bolcheviques que, no princípio da guerra, haviam aparecido como

³ Citado por Pierre Broué, *Revolución en Alemania*

⁴ O número de delegados não está claro. Alguns textos mencionam 44, outros 36 e outros, ainda, 38.

⁵ Dirigente russo da ala menchevique do POSDR.

⁶ Jornal do grupo de Trotsky

⁷ Leon Trotsky, *Minha Vida*, Editorial Pluma.

Isto é História

figuras isoladas, perseguidas, desamparadas, três anos depois souberam levar a revolução espontânea de fevereiro até a destruição do estado capitalista e a instauração do poder dos soviets. Suas bandeiras de paz, pão e terra, espalhavam-se entre os trabalhadores e os camponeses pobres do mundo. Lênin e Trotsky, encabeçando o partido bolchevique, haviam mostrado que era possível. Como disse Rosa Luxemburgo na prisão, “eles ousaram”.

Um grande passo havia sido dado, mas a Internacional ainda não existia e agora era mais necessária que nunca. O partido russo tinha que enfrentar grandes desafios, a assinatura da paz com a Alemanha, imprescindível para salvar o Estado operário, mas que lhes criou grandes dificuldades externas e internas. Tinham que pôr a economia do país em marcha, com um movimento operário pouco preparado e uma tecnologia atrasada. E, em 1918, tiveram de enfrentar a guerra civil declarada pelos russos “brancos” com o apoio dos exércitos da Inglaterra, França, EUA, Japão e outros.

A criação da Terceira era questão de vida ou morte. Mas Lênin sabia que a Internacional não poderia ser fundada só pelos russos. Conscientes disso, os bolcheviques, acostumados a aproveitar ao máximo a menor oportunidade nos anos de clandestinidade e exílio, lançaram-se a desenvolver o trabalho internacional. Enviaram dirigentes ao Ocidente para buscar apoio à revolução. Foram enviados como diplomatas, aos poucos países que os reconheciam, organizadores e agitadores políticos para trabalhar sobre a classe operária e as organizações socialistas. E tiveram a brilhante idéia de trabalhar sobre os prisioneiros de guerra do exército czarista. Deste último trabalho, dirigido por Karl Radek, revolucionário polonês que anos atrás se havia tornado bolchevique, surgem os grupos comunistas húngaro, iugoslavo, tchecoslovaco e búlgaro. Inicialmente passaram a integrar as seções estrangeiras do partido bolchevique, para depois serem enviados aos seus países para participar dos processos revolucionários que se desenvolviam em toda a Europa.

A revolução na Alemanha e a fundação do partido alemão

Por fim, estala a revolução alemã em novembro de 1918. Em dezembro do mesmo ano o grupo Espártaco, de Rosa Luxemburgo, funde-se com o IKD (Comunistas Internacionalistas da Alemanha) para dar origem ao Partido Comunista Alemão. Apesar de que Rosa continuava opinando que ainda não havia chegado o momento de fundar a Internacional, a criação do partido alemão faz Lênin afirmar: “quando a Liga Espártaco passou a chamar-se Partido Comunista Alemão, a fundação da III Internacional, da Internacional Comunista, verdadeiramente comunista, verdadeiramente internacional, tornou-se um fato. Formalmente, tal fundação ainda não foi consagrada, mas a III Internacional passa a existir na realidade a partir desse momento.”⁸

Quando Lenin escreveu isto, não conhecia os últimos acontecimentos da revolução alemã, da grande sublevação de 5 de janeiro que culminou com a prisão e o assassinato dos dois grandes dirigentes desse novo partido, Rosa Luxemburgo, a teórica e orientadora política, e Karl Liebknecht, o grande tribuno socialista. Em março do mesmo ano, o principal organizador do partido, Leo Jogiches, foi assassinado na prisão.

Em 24 de janeiro de 1919, o Pravda publica a notícia do assassinato dos

⁸ Carta aos trabalhadores da Europa e da América

dirigentes alemães e a convocação para a Conferência Socialista Internacional. Esta convocação foi redigida por Trotsky e assinada por: Lênin e Trotsky em nome do partido russo e pelas secretarias estrangeiras (que estavam na Rússia) dos partidos comunistas polonês, húngaro, austríaco e letão, pelo partido alemão e pelos comitês centrais do partido comunista finlandês, da Federação Socialista Balcânica e do Partido Socialista Operário norte-americano⁹.

A fundação da III Internacional

Em 2 de março às 18 horas, Lênin abriu o Congresso dizendo: *“Pormandato do Comitê Central do Partido Comunista russo, declaro aberto o primeiro congresso da Internacional. Antes de mais nada, peço-lhes que nos levantemos para honrar a memória dos melhores representantes da Terceira Internacional: Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo”*.

O congresso ocorre de 2 a 6 de março. São dados informes da revolução alemã e dos sangrentos dias de janeiro, da situação do Estado operário russo. A resolução, proposta por Lênin, sobre a democracia burguesa e a ditadura do proletariado é aprovada, mas a discussão central foi sobre a Internacional. Devia ser fundada ou não? O delegado alemão mantinha-se firme defendendo a posição de Rosa Luxemburgo: *que ainda não havia chegado a hora, que ainda é muito fraca, que o único partido forte é o russo*. A opinião póstuma da grande revolucionária não tinha pouco peso. Mas Zinoviev responde dizendo: *“Não queremos trabalhar agora com o sentimento de que somos muito débeis, ao contrário, devemos ser invadidos pelo sentimento de nossa força, da convicção de que o futuro pertence à III Internacional... Depois de uma reflexão madura, nosso partido propõe construir imediatamente a III Internacional. O mundo inteiro verá assim que estamos armados organizativa e intelectualmente”*¹⁰.

A votação é realizada em 4 de março, o delegado alemão se abstém, todos os outros votam a favor. Assim nasce a III Internacional.

Esta fundação ocorreu num momento muito difícil e esse primeiro congresso não teve grande representatividade. Muitos delegados não conseguiram chegar, outros chegaram muito atrasados. Alguns só representavam grupos que haviam sido formados na Rússia e que eram parte das seções estrangeiras do partido russo. Os partidos comunistas que tinham uma existência própria eram: o alemão, o polonês, o austríaco e o húngaro. A diferença entre estes partidos, recém-fundados e o russo, que nesses momentos tinha 500 mil militantes, era imensa.

Tudo isto está na base da polêmica sobre se foi correto ou não haver fundado a Internacional nesse momento.

A vida confirmou o acerto dessa difícil decisão. Dias depois do primeiro Congresso, em 21 de março, a partir de uma fusão entre o Partido Comunista e a esquerda do Partido Socialista, o poder na Hungria foi tomado e instaurou-se um governo soviético, confirmando a visão de Lênin sobre a profundidade da crise mundial de dominação burguesa. Essa realidade teve seu reflexo no rápido desenvolvimento da nova Internacional. No ano seguinte ao primeiro congresso, aderiram o Partido Socialista Italiano, o Partido Operário Norueguês e o Partido Socialista de Esquerda Húngaro.

⁹ Mathios Rakosi, *Los Cuatro Primeros Congresos de la Internacional Comunista*, Editorial Pluma

¹⁰ Pierre Broué, *Historia da Internacional Comunista*, Editora Sundermann

A batalha contra o oportunismo e o sectarismo nos congressos da Internacional

Em quatro anos (1919-1922) foram realizados quatro congressos que foram armando a Internacional programática e metodologicamente. O segundo se dá em meio a um grande crescimento e também de novos problemas. Partidos de todo o mundo rompem com a Segunda e aderem à Terceira, mas muitos deles trazem vícios e dirigentes que não romperam verdadeiramente com o reformismo. Rakosi explica assim: *“Dirigentes que estavam consagrados em corpo e alma à Segunda Internacional queriam entrar na Internacional Comunista para não perder sua influência sobre as massas. A Internacional Comunista não era ainda uma organização forte e experimentada e a entrada desses elementos oportunistas significava o perigo de trazer ao seio da Internacional Comunista o espírito da Segunda Internacional. A Internacional Comunista estava integrada por partidos em vias de formação e era uma necessidade imperiosa descartar tais elementos. Isto é o que explica as 21 condições de admissão’, aprovadas pelo Segundo Congresso.”*¹¹

O centro dessas 21 condições era a luta contra o reformismo. Os reformistas deviam ser descartados de todos os postos importantes. Devia ser realizada uma luta enérgica contra os reformistas e centristas. Os partidos tinham que aprovar essas 21 condições para poder permanecer na Internacional.

O congresso terminou em 7 de agosto de 1920. No fim do mês, o partido social-democrata tchecoslovaco se dividia: uma maioria esmagadora adotou as 21 condições e pouco depois se constituíam em partido comunista. Em outubro, a maioria do partido social-democrata Independente da Alemanha pronuncia-se pela adesão à Internacional Comunista e se funde com o PCA, dando origem a um grande partido, o Partido Comunista Unificado Alemão. Em dezembro, a grande maioria do partido socialista francês adere à Internacional Comunista. Em janeiro de 1921, o partido socialista italiano, que pertencia à III Internacional, divide-se e a maioria recusa as 21 condições.

O terceiro e o quarto congressos (1921-1922) enfrentaram uma realidade diferente. A burguesia havia conseguido desviar os processos revolucionários do pós-guerra e passava à ofensiva. Os partidos da Terceira haviam avançado, mas ainda não eram a principal direção do movimento de massas. Era necessária uma política para defender-se do ataque burguês e para disputar as massas com as direções traidoras. Assim surge a tática da Frente Única Operária, a partir do balanço de um grave erro ultra-esquerdista do partido alemão que o levou a perder 200 mil membros, 2/3 de seus militantes.

A batalha nestes congressos foi contra o sectarismo de muitos dirigentes e partidos que se negavam a ter uma tática para as direções burocráticas.

A degeneração e a necessidade de manter a continuidade programática e organizativa

O Quarto congresso aprova uma grande tarefa, a elaboração do programa, o que não se concretiza. A partir 1923, já sem a condução de Lênin, a Terceira começa a acompanhar o processo de degeneração burocrática do Estado soviético e do Partido Bolchevique. Isto se traduz em políticas totalmente equivocadas,

¹¹ *Los Cuatro Primeros Congresos de la Internacional Comunista*, Editorial Pluma

que a batalha de Trotsky e a Oposição não conseguem evitar, e levam às derrotas de grandes processos revolucionários: a revolução alemã de 1923 e a chinesa de 1927. Este processo culmina, em 1933, com o apoio da Internacional à política do partido comunista alemão. Essa política levou o movimento operário alemão a ter, frente ao nazismo, a pior das derrotas, a que se obtém por não lutar.

Tal como disse Trotsky, com essa ação, a Terceira morreu como Internacional revolucionária. Havia chegado o momento de abandonar a batalha dada durante 10 anos por sua regeneração e passar a construir uma nova Internacional para preservar os princípios do leninismo. Em agosto de 1933, Trotsky escreveu. *“Os quatro primeiros congressos da Internacional Comunista nos legaram uma herança programática inestimável: o caráter da era moderna como época do imperialismo, isto é, de decadência do capitalismo; o reformismo moderno e os métodos de luta contra o mesmo, a relação entre a democracia e a ditadura proletária, o papel do partido na revolução proletária; a relação entre o proletariado e a pequena burguesia, especialmente o campesinato (questão agrária); o problema das nacionalidades e a luta dos povos coloniais pela libertação; o trabalho nos sindicatos; a política de frente única; a relação com o parlamentarismo. Os quatro primeiros congressos submeteram todas estas questões a uma análise principista que ainda não foi superada. Uma das tarefas primárias, mais urgentes, das organizações que levantam a bandeira da regeneração do movimento revolucionário consiste em separar as decisões dos quatro primeiros congressos, pô-las em ordem e dedicar-lhes uma discussão séria à luz das tarefas futuras do proletariado”*¹².

¹² - Leon Trotsky,
Escritos, 1933-34

A partir desse estudo e à luz das tarefas futuras surge o Programa de Transição, que sistematiza as resoluções dos Quatro Primeiros Congressos e incorpora a nova grande tarefa desse momento: a revolução política contra a burocracia soviética. Surge também a Quarta Internacional como continuidade programática e metodológica da Internacional Comunista dirigida por Lênin. ■

A revolução alemã e o assassinato de Rosa Luxemburgo



Rosa Luxemburgo em discurso na Alemanha

RUGGERO MANTOVANI

PARTIDO DA ALTERNATIVA COMUNISTA (PdAC), ITÁLIA

“No mês de novembro (1918), no período de uma semana, a revolução inundou toda a Alemanha. A maré revolucionária, após ter tomado Berlim, envolveu as outras cidades. Foi um fenômeno espontâneo (...). Em todas as partes, bandeiras vermelhas agitavam-se ao vento; em cada camisa, fitas vermelhas e os vultos estavam contentes, quase como se os dias escuros e chuvosos de novembro tivessem trazido de volta a primavera.”¹

A revolução alemã não foi uma ousadia do espartaquismo: era madura e (como assinalou Lênin no Pravda em oito de fevereiro de 1918) teria *“libertado todas as dificuldades internacionais”*... para a Rússia dos soviets, aplainando a estrada, na Europa imperialista, para a revolução socialista.

Mas, no século que ficou para trás, a historiografia oficial e inclusive atentos estudiosos do movimento operário tentaram obstinadamente esquecer aquela revolução, que em 1918, abalou a burguesia alemã e os últimos rebentos da nobreza alemã.

Um sistemático esquecimento alimentado principalmente pelos tristes epígonos do reformismo e do stalinismo: uns e outros interessados em reduzir a revolução alemã a um “putsch” falido, na tentativa, por um lado, de demonstrar a impossibilidade de construir o socialismo pela via revolucionária, e, por outro lado, que a revolução havia sido possível, mas “em um só país”.

Vice-versa, a revolução na Alemanha constitui, ainda hoje, uma lição mui-

Tradução
Aline Klein

¹ Paul Frölich, Rudolf Lindau, Albert Schreiner, Jakob Walcher, *Rivoluzione e controrivoluzione in Germania 1918-1920. Dalla Fondazione del Partito comunista al Putsch di Kapp*, pag 6 - Edizione 2001

to preciosa, seja para compreender os erros e a ingenuidade dos comunistas alemães, seja para entender o papel contra-revolucionário dos reformistas e dos centristas de todas as épocas.

A revolução, os conselhos e o engano do governo social-democrata de Ebert

Entre novembro de 1918 e dezembro de 1919 amadurece na Alemanha uma revolução que poderia ter mudado os rumos da história: a derrota dos exércitos alemães na primeira guerra mundial produziu as primeiras revoltas dos soldados, mas a queda da monarquia gerou “*um governo de duas caras*”²: um governo sustentado por aquela social-democracia que em 1914, ao aprovar os créditos de guerra e alinhar-se com a burguesia nacional, provocou a primeira grande matança do proletariado europeu.

*“A revolução explodira, mas os soberanos não foram arrastados até o patíbulo, foram gentilmente convidados a renunciar ao trono. Os maiores responsáveis pelo velho regime, quando descobriram o verdadeiro caráter dos ‘chefes revolucionários’ reergueram suas cabeças. O socialismo tornou-se moda e, milagre, todos se descobriram socialistas.”*³

O SPD (Partido Social-democrata Alemão) joga um papel fundamental para a contra-revolução alemã, como veremos, embora em 1917, com o acirramento das suas contradições internas que amadureciam desde 1914, (mas que tinha sua própria base objetiva, desde o seu nascimento⁴, nas posições revisionistas refinadas por Bernstein e depois pelo renegado Kautsky), sofresse uma cisão da sua ala esquerda, que constituiu o USPD (Partido Social-democrata Independente Alemão), no qual convergiam, além dos centristas kautskianos, a Liga Espártaco (Espártaco foi um dos mais iminentes heróis de uma das maiores insurreições de escravos, representantes do antigo proletariado), que mantinha uma significativa autonomia, e o IKD (Comunistas Internacionalistas da Alemanha, organização criada a partir dos comunistas de Bremen).

Entre os dirigentes reformistas da classe operária era possível separar duas distintas tendências. Aquela dirigida por Ebert, explicitamente contra-revolucionária, dava-se a tarefa de defender a sociedade burguesa dos ataques da classe operária. Essa organização reunia os dirigentes da tendência revisionista constituída antes do estouro da guerra que, na passagem do século, haviam rapidamente deserdado a burguesia e confluído para a social-democracia sem, todavia, romper com a classe dominante. O ápice da burocracia do Partido Social-democrata, dos sindicatos e das cooperativas era constituído por homens que haviam obtido sua ascensão social apenas graças ao desenvolvimento das organizações operárias.

Esses haviam há tempos repudiado a estratégia revolucionária do marxismo e as tarefas históricas da classe operária, afirmando que os objetivos centrais das organizações operárias eram a manutenção das próprias organizações. Seu objetivo histórico era tornar-se gradualmente um partido dirigente, como representantes de um partido operário–burguês.

A outra tendência reunia os funcionários social-democratas intermediários e inferiores e a maioria dos dirigentes independentes (USPD), uma parcela que ainda não havia rompido sua relação com as massas e que aspirava

² Pierre Broué *Rivoluzione in Germania 1917-1923* Einaudi

³ Paul Frölich, Rudolf Lindau, Albert Schreiner, Jakob Walcher, *Rivoluzione e controrivoluzione in Germania 1918-1920. Dalla Fondazione del Partito comunista al Putsch di Kapp*, pag 7 - Edizione 2001 Pantarei Srl Milano

⁴ K. Marx, *Crítica ao programa de Gbota*

Isto é História

à emancipação da classe operária e ao socialismo, mas que era despojada de qualquer experiência revolucionária: formados na escola fatalista do *quase marxismo* kautskiano, consideravam as transformações históricas como um processo gradual e inevitável.

Esses últimos temiam a força elementar da revolução “do grande rio que rompe barreiras”: queriam que a revolução os levasse ao socialismo de forma “ponderada”.

Os independentes do USPD e a minoria reformista rejeitaram a revolução em nome do “senso de responsabilidade”. Como todos os centristas de cada tempo, oscilando constantemente entre a escola revolucionária e o “status quo”, tornaram-se marionetes da contra revolução.

O governo erguido por Ebert, que nasceu dos primeiros tumultos revolucionários, revelou-se rapidamente uma arma poderosíssima contra o avanço bolchevique, tornando-se, nos meses seguintes, a sustentação mais eficaz da burguesia que, ao compreender que podia contar com um precioso aliado, a social-democracia, impôs aos seus próprios representantes políticos uma guinada à esquerda: o partido conservador transformou-se no partido popular nacional-alemão; os nacionais-liberais, representação histórica da burguesia alemã, darão vida ao partido popular alemão, e o centro católico, por um maior radicalismo verbal, se dá o nome de Partido Popular Cristão.

Nas primeiras semanas, a revolução foi submersa no ofuscamento fétido da classe dominante: os liberais repentinamente descobriram o caráter sagrado da democracia; os príncipes, os duques e os especuladores das bolsas descobriram, nas profundezas de suas consciências, ter um ancestral afeto por seus irmãos operários; e o Sr. Heydebrand von der Lasa, chefe dos mais irreduzíveis reacionários, após três dias do início da revolução, proferiu um apelo aos companheiros “junker” a fim de sustentar o governo socialista.

A envolvente simpatia pela revolução, recitada pela burguesia e sua agência social-democrata, por intermédio das promessas do governo “amigo”, expressou-se principalmente nos Conselhos: desde o princípio as classes dominantes apressaram-se a tirar a autoridade da atividade dos Conselhos dos operários e soldados, que até aquele momento eram reconhecidos como instância suprema.

Mas a decisão do governo Ebert de alinhar-se com a entente contra a Rússia dos soviets (foi K.Kautsky que propôs não reatar relações diplomáticas com a Rússia bolchevique, pois “*uma decisão como esta poderia suscitar a hostilidade da entente contra a Alemanha...*”⁵); a política de coalizão com os partidos burgueses, o trabalho tenaz para ativar a velha máquina estatal e o seu exército, a evasiva a cada controle sobre o governo, colocaram-no a caminho da contra-revolução.

A experiência das primeiras semanas de revolução foi, de qualquer forma, suficiente para agrupar em volta das palavras de ordem da Liga Espártaco uma sólida vanguarda e para fazer desaparecer em grandes massas operárias a cega confiança no governo Ebert, que enfaticamente definia-se como dos “comissários dos povos”.

Sobretudo nos Conselhos que surgiram durante a insurreição dos soldados e dos operários mais decididos (da Wasserkante – costa setentrional alemã - da Renania, das grandes cidades do sul e de Berlim), formados pela

⁵ Carta de 15 de fevereiro de 1919 a Gustav Noske

iniciativa de militantes da Liga Espártaco, de uma parte do USPD e dos revolucionários Obleute (conhecidos como “capitães revolucionários”, um grupo nascido originalmente da associação de torneiros do sindicato dos metalúrgicos), que mostraram particular vigor e resolução.

Mas antes que esses pudessem formar um partido revolucionário forte e bem organizado, a classe operária foi enganada e arrastada em uma batalha destinada à derrota. A Liga Espártaco e os Comunistas Internacionalistas da Alemanha recusaram-se a entrar em um governo que, no auge da experiência prática, revelava-se como o principal ponto de preservação do capitalismo.

Enfim, como assinalou Rosa Luxemburgo, em um artigo publicado na *Rote Fahne*⁶ em 20 de novembro, “... *nenhum engano, nenhuma hipocrisia: o que está feito não pode ser desfeito. O cretinismo parlamentar era no passado sinal de fraqueza, hoje é ambigüidade, amanhã será traição ao socialismo (...). Hoje a história nos coloca de frente a uma preciosa alternativa: ou democracia burguesa ou democracia socialista.*”

Mas o problema para os espartaquistas era desmascarar as “duas caras” do Executivo: ganhar hegemonia política elevando a consciência operária de que a maciça composição social-democrata no Executivo de Ebert (composto por três ministros do SPD e três do USPD), longe de representar a constituição da república socialista, constituía uma poderosa arma de ataque da burguesia alemã.

Porém no momento em que se inicia o avanço da revolução, os espartaquistas, diferentemente dos bolcheviques russos, não têm um partido enraizado.

No congresso dos Conselhos, que ocorreu em 16 de dezembro de 1918, os comunistas puderam contar com apenas dez delegados, enquanto o SPD tinha 288 e o USPD 80 delegados.

Mas a crise revolucionária na Alemanha não era passível de ser freada: constitui-se, de fato, um poder dual entre o governo e os Conselhos. O papel contra-revolucionário desenvolvido pelos organismos operários da social-democracia, que tinha como finalidade instalar nas massas a convicção de que o executivo de Ebert era um “governo revolucionário”, começa a entrar em rota de colisão com a energia liberada pelas contínuas mobilizações: o governo e o próprio Estado Maior começam a não ter mais o controle das tropas.

A Liga Espártaco e os Comunistas Internacionalistas saem do USPD em 30 de dezembro e com outros pequenos grupos constituem o Partido Comunista Alemão (KPD), uma tarefa que desempenham, no início, com entusiasmo, mas que foi interrompida com o nascer de grandes acontecimentos.

Em particular Rosa Luxemburgo sabe perfeitamente que o êxito da revolução seria determinado pelo enraizamento do partido nas massas politicamente ativas: “*nós estamos ainda no início da revolução...*” (assinalaria em sua intervenção no congresso fundador) e a conquista da vanguarda do proletariado mais combativo passaria ainda por inúmeros testes.

A ingenuidade e o entusiasmo dos quadros mais jovens (que, por exemplo, no congresso colocaram Rosa Luxemburgo em minoria na questão da participação nas eleições), revelavam a natureza de um partido muito frágil para enfrentar uma grande revolução e inimigos sem piedade dentro e fora das organizações operárias.

⁶ Rote Fahne: Bandeira Vermelha, jornal da Liga Espártaco

A revolução traída e o assassinato de Rosa e Karl

Em 4 de janeiro de 1919, em decorrência do afastamento do social-democrata Eichom, empossado pela revolução na função de chefe da polícia de Berlim, produz-se uma imponente reação popular.

Mas as mobilizações foram hegemônicas pelo USPD, que, entretanto tinha retirado os próprios ministros do governo (certamente não o próprio apoio), enquanto os espartaquistas permaneciam uma força minoritária.

A fragilidade do KPD foi determinante: no comitê revolucionário provisório, Karl Liebknecht, representando os espartaquistas, assina um chamado que anuncia a insurreição; a reação da burguesia não se faz por esperar, confere poderes plenos ao social-democrata Noske para cumprir o papel (como ele mesmo definiu) “de cão sanguinário para sufocar o bolchevismo”.

A fúria em relação aos espartaquistas ocorreu de forma cada vez mais violenta e clara, aos quais apontavam injúrias, suspeitas, calúnias, o incitamento ao assassinato dos seus dirigentes, como nos explicara Rosa Luxemburgo nas colunas da Rote Fahne: *“hoje são outros aqueles que fazem uso do medo, do governo do terror e da anarquia: são os senhores burgueses que temem pelas suas riquezas e pelos seus privilégios, pela propriedade e pela busca constante por poder. O capital que se debate para sobreviver é a mente e a alma da fúria desencadeada nesse dias contra a vanguarda proletária. A social-democracia majoritária é a mão e a marionete. O órgão central da social-democracia é o coração da grande operação de caça contra-revolucionária contra a Liga Espártaco”*.

Obviamente os espartaquistas cometeram erros e provavelmente no interior do grupo dirigente nem todos eram a favor da insurreição: os tempos, porém, não foram determinados pelos comunistas alemães, os quais foram surpreendidos por uma insurreição proclamada pelos centristas do USPD, os mesmos que, com a mediação de Kautsky, mantinham relações com o governo de Noske.

O inexorável acontece, a insurreição é sufocada em sangue!

Mas não é o suficiente. O governo Noske recruta os “freikorps”⁷ (que na sua maioria terminaram os anos trinta nos bandos de Hitler) para eliminar definitivamente as mentes do Espartaquismo. Pelas cabeças de Rosa e de Karl é oferecida uma recompensa de cem mil francos: uma vez presos, seriam mortos.

A cabeça de Rosa é esmagada com uma coronhada de fuzil pelo soldado Runge.

Mas não basta: o tenente Vogel dispara em seu crânio antes de atirá-la no canal da ponte Liechenstein.

Karl Liebknecht é assassinado com um golpe na cabeça pelas tropas do capitão Pabst. E assim, em 19 de janeiro, em plena contra-revolução, as eleições da assembleia constituinte assistiram à vitória do SPD; Ebert tornou-se presidente do Reich, o governo passou para as mãos de Scheidemann, sustentado por uma coalizão formada pelo SPD e por partidos burgueses republicanos.

Após alguns meses, em abril de 1919, são definitivamente dissolvidos todos os Conselhos operários e de soldados: a ordem capitalista é finalmente restaurada.

⁷ Freikorps: milícias paramilitares contra-revolucionárias, utilizadas pelo ministro da Defesa social-democrata Gustav Noske e depois por Hitler.

A Rosa e os espinhos

As idéias e a experiência política de Rosa Luxemburgo foram submetidas a inúmeras deformações por parte dos tristes epígonos do reformismo e do stalinismo que, em diferentes tempos, hegemonizaram o movimento operário. Foram eles que em diversos momentos submeteram a um corte vulgar o botão da rosa, deixando apenas os espinhos. E esses espinhos foram utilizados para deformar as elaborações e ações de uma dirigente revolucionária exemplar, que junto com Liebknecht, na Alemanha, tentou dirigir uma revolução traída. Uma revolução afogada em sangue pela burguesia e por sua agência social-democrata, mas que não conseguiu diminuir a coragem e a convicção de uma das maiores representantes do marxismo revolucionário: em uma carta, escrita em 1916 a L. Kautsky, disse “*sabe, morrerei em meu posto: ou em uma prisão ou em um combate de rua*”.

E esse posto foi a revolução, à qual Rosa dedicou toda a sua existência.

Esses tristes epígonos do revisionismo, de tempos em tempos, descrevem Rosa como espontaneísta, antibolchevique, ou pior ainda, acusando-a de aventureira.

Os charlatães do socialismo, com a intenção de remover um exemplo perigoso, exercitaram-se sistematicamente para destacar os erros de Rosa, para desenhar uma doutrina que capitula às mais vulgares exigências.

Os servos do capitalismo, em suas salas intelectuais, tentaram por décadas tecer as honras de uma Rosa antibolchevique, que em nome do espontaneísmo das massas teria combatido as concepções leninistas do partido da vanguarda como destacamento de classe.

Pena que cada ênfase da “energia espontânea” das massas por Rosa era dirigida em polêmicas diretas contra os aparatos da social-democracia alemã, que concebiam o partido como um fim em si, para subordinar as necessidades do proletariado aos interesses da burocracia parasitária composta por funcionários e deputados.

Lênin, ao contrário disso, fazendo diversas vezes polêmicas com Rosa (por exemplo, suscitou críticas à concepção sobre a acumulação – capitalista, NT - e sobre alguns comentários expressos acerca do governo soviético) jamais a acusou de espontaneísmo.

Foi o stalinismo que avançou nessas calúnias: empenhado em fazer a artificial “teoria do socialismo em um só país” ser digerida, ofuscou constantemente cada autoridade revolucionária.

Foram os reformistas e os aparentes críticos do stalinismo, que para demonstrar o binômio Lênin/ Stalin, mutilaram as teorias de Rosa, fazendo uma caricatura, para barganhá-la na campanha contra o totalitarismo.

Se é verdade que Rosa, no seu texto escrito da prisão em 1918, *A Revolução Russa, um exame crítico*, polemiza com o bolchevismo sobre alguns aspectos de sua política (além do mais esse artigo foi elaborado com informações inexatas), inclina-se, contudo, ao lado dele contra o menchevismo, tanto que garantia que “o futuro pertence em todos os lugares, ao bolchevismo”.

Mas para os falsificadores e os revisionistas, que se distinguiram da burocracia do movimento operário, não se limitaram a descrever uma Rosa

Isto é História

espontaneísta e antibolchevique, mas, para demolir o seu marxismo revolucionário, marcaram-na como aventureira.

Nesses decênios o revisionismo, seja reformista ou stalinista, operou uma teimosa remoção das fotos e dos acontecimentos que perpassaram a revolução alemã, com a intenção de reduzi-la a um “putsch” falido.

Tentaram, por décadas, demonstrar que a revolução não era possível, em outros países (fora da Rússia) e que, portanto, a própria revolução russa foi uma exceção devido à contingência histórica, por alguns fatores como a guerra, o czarismo e justamente a ousadia dos bolcheviques.

Rosa e Karl não foram, em momento algum, aventureiros, tanto é que foi Lênin que acreditou que aquela revolução teria libertado a Rússia dos soviets de todas as dificuldades.

Mas os tempos não foram decididos pelos comunistas alemães e a revolução concedeu uma única escolha: pró e contra. Não existe uma terceira via.

Conclusão

A revolução que se desenvolveu na Alemanha no biênio 1918-1919, para lá dos êxitos, representa um precedente perigoso para as classes dominantes e para seus agentes, reformistas e centristas no movimento operário.

Essa revolução poderia ter acabado com o imperialismo e resolvido o problema do isolamento da Rússia bolchevique, disso dependia o avanço do socialismo na Europa.

O capitalismo venceu, antes de mais nada porque na Alemanha faltava, apesar da extraordinária coragem daqueles revolucionários, um partido comunista enraizado na classe operária e bem experimentado na luta de classes.

Aquele partido necessário e insubstituível para dirigir, na perspectiva histórica, a mais imponente revolução proletária; a única que pode por fim à barbárie na qual a agonia capitalista está arrastando a humanidade. ■

Contra o complô do silêncio, a voz dos poetas palestinos



O mundo ainda enxuga o sangue e as lágrimas derramados pelos palestinos na Faixa de Gaza, atacados durante longos 22 dias pelo exército israelense. O ano de 2008 terminou com mais um massacre promovido por Israel contra o povo palestino. Utilizando sem escrúpulos armas proibidas pelas convenções de Genebra, como as bombas com fósforo branco, as forças armadas sionistas invadiram a Faixa de Gaza. 1285 pessoas foram assassinadas, incluindo 280 crianças.

A revista *Marxismo Vivo* publica aqui um artigo sobre a Poesia Palestina de Combate como forma de expressar sua solidariedade ao povo palestino e seu mais veemente repúdio aos ataques israelenses.

O drama dos refugiados, a dor de perder os entes queridos, a saudade da casa paterna, a ira de ver seu país ocupado pelos tanques e pela prepotência do ocupante israelense. Essa é a matéria prima da mais genuína arte palestina hoje. A arte pode até mesmo tratar de outros temas, como o amor, a felicidade, o ciúme. Mas não são esses os temas que mais preocupam hoje o povo palestino. Não são esses os temas de que querem tratar. Sua luta diária contra a opressão israelense, contra a ausência total de liberdade, contra a miséria em que vivem, espoliados até a exaustão pelo Estado de Israel, é tudo isso que os preocupa e encontram nos versos e estrofes de inúmeros poetas. Sua dor está ali retratada. É dela que querem falar. O chamado à luta e à resistência, a não ter medo de enfrentar o inimigo também estão ali, naqueles versos, naquelas palavras que soam suaves ou duras, que às vezes rimam, às vezes não.

Em todos os tempos, os homens sempre procuraram os meios mais adequados para expressar suas idéias, seus sentimentos e seus projetos de vida. A arte sempre foi um desses meios, e a poesia palestina de combate cresceu e floresceu como forma de luta e de romper o muro de silêncio que o sionismo tenta impor em relação a tudo o que relembre a existência do povo palestino.

A poesia é uma forma de expressão muito popular entre os palestinos; não é um privilégio da elite ou dos intelectuais e artistas; é uma prática que surgiu

CECÍLIA
TOLEDO
PARTIDO
SOCIALISTA DOS
TRABALHADORES
UNIFICADO
(PSTU), BRASIL

no seio das camadas populares, da classe trabalhadora e do povo mais oprimido, e aí ficou e aí floresceu. E os poetas tampouco se limitaram a fazer poesia. Tornaram-se combatentes da causa palestina. E muitos pagaram com a vida essa ousadia. Mas isso só fez a poesia crescer ainda mais, se expandir e penetrar em todos cantos da Palestina, dos acampamentos de refugiados, e sair pelo mundo. E a situação de opressão e espoliação a que foi condenado o povo palestino desde 1948 fez com que pegar um lápis e rabiscar um poema, como primeira forma de reação à ocupação de seu território, à usurpação de suas riquezas e à tentativa de calar a sua cultura mais genuína, se tornasse uma espécie de grito de guerra.

A poesia como parte da militância

Mahmoud Darwish, falecido no ano passado, foi um desses poetas, talvez um dos mais importantes. As barbaridades cometidas pelo sionismo em todos esses anos marcaram a ferro e fogo a sua poesia e estão retratadas em cada um de seus versos. Mas assim como grande parte dos poetas palestinos, Darwish não se limitou a escrever versos: foi um militante da causa de seu povo. Ele testemunhou a destruição de sua aldeia, Al Birweh, durante a implantação do Estado de Israel em 1948, e escreveu belos poemas exaltando a luta contra os usurpadores.

Uri Avnery, 85 anos, ex-deputado do Knesset (parlamento israelense), soldado que ajudou a fundar Israel em 1948 e que agora luta pela paz, esteve presente ao funeral de Mahmoud Darwish, em Ramallah. E depois escreveu um texto dizendo que naquele momento lhe veio à cabeça uma frase que ouviu de um general egípcio, na guerra de 1973: “Fomos os primeiros israelenses a chegar ao Cairo e, dentre outras curiosidades, queríamos muito saber como os egípcios haviam conseguido nos surpreender, no início da guerra de outubro de 1973? O general respondeu: “Em vez de ler relatórios dos serviços de inteligência, vocês deveriam ler os nossos poetas.”

Em se tratando de estratégia militar, essa frase pode até parecer um exagero. No entanto, tem uma boa dose de verdade se lembramos que os poetas palestinos, os poetas árabes em geral, têm profunda ligação com a vida cotidiana e envolvimento com as causas de seu povo – muitos deles foram ou são combatentes – e assim conseguem exprimir melhor as sutilezas da vida e dos seres humanos que muitos relatórios burocráticos.

Um desses poetas foi Mahmoud Darwish que, durante a cerimônia em Ramallah, era chamado “o Poeta Nacional da Palestina”. Darwish nasceu em al-Birweh, pequena e histórica aldeia encravada na estrada Acre-Safad. No dia 11 de junho de 1948, a cidade foi ocupada pelo exército de Israel. Suas 224 casas foram derrubadas logo depois da guerra, exatamente como em outras 650 vilas da Palestina. Só alguns cactos e poucas ruínas ainda testemunham que aquelas aldeias existiram um dia. A família Darwish fugira pouco antes da chegada das tropas; Mahmoud tinha de sete anos.

Não se sabe como, a família conseguiu voltar. A cidade já era território israelense. Receberam documentos de “ausentados presentes”, uma invenção israelense que significava que eles seriam residentes legais em Israel, mas que suas terras lhes haviam sido roubadas, nos termos de uma lei que dizia que qualquer árabe perderia a propriedade de suas terras se não estivesse fisicamente presente na cidade quando ela fosse ocupada. Nas terras da família Darwish foi construído o kibbutz Yasur

(do movimento de esquerda israelense) e implantou-se a vila-cooperativa Ahihud. O pai de Mahmoud instalou-se na vila árabe mais próxima, Jadeidi, de onde podia ver de longe as suas terras. Aí Mahmoud cresceu e sua família ainda vive, até hoje.

Durante os 15 primeiros anos do Estado de Israel, os cidadãos árabes viveram sob um “regime militar” – sistema de repressão severa que controlava todos os aspectos da vida. Nenhum árabe podia sair de sua aldeia sem permissão especial. O jovem Mahmoud várias vezes violou essa proibição e, por isso, viveu muito tempo na prisão. Quando começou a escrever poesia, foi acusado de incitar a sublevação e posto sob “prisão administrativa”, sem julgamento.

Na prisão escreveu um de seus poemas mais conhecidos, **Carteira de Identidade**, poema em que se manifesta, por um lado, a ira de um jovem que cresceu em condições de humilhação e, por outro, a sua identificação com o nacionalismo árabe.

Carteira de identidade

Registra-me!
sou árabe
o número de minha identidade é cinqüenta mil
tenho oito filhos
e o nono... virá logo depois do verão!
vais te irritar por acaso?
Registra-me!
sou árabe
trabalho com meus companheiros de luta
em uma pedreira
tenho oito filhos
arranco pedras
o pão, as roupas, os cadernos
e não venho mendigar em tua porta
e não me dobro
diante das lajes de teu umbral
vais te irritar por acaso?

Registra-me!
sou árabe
meu nome é muito comum
e sou paciente
em um país que ferve de cólera
minhas raízes...
fixadas antes do nascimento dos tempos
antes da eclosão dos séculos
antes dos ciprestes e oliveiras
antes do crescimento vegetal
meu pai... da família do arado
e não dos senhores do Nujub¹
e meu avô era camponês
sem árvore genealógica
minha casa
uma cabana de guarda



Cultura

de canas e ramagens
satisfeito com minha condição
meu nome é muito comum

Registra-me
sou árabe
sou árabe
cabelos... negros
olhos... castanhos
sinais particulares
um kuffiah² e uma faixa na cabeça
as palmas ásperas como rochas
arranharam as mãos que estreitam
e amo acima de tudo
o azeite de oliva e o tomilho
meu endereço
sou de um povoado perdido... esquecido
de ruas sem nome
e todos os seus homens... no campo e na pedreira
amam o comunismo
vais te irritar por acaso?

Registra-me
sou árabe
tu me despojaste dos vinhedos de meus antepassados
e da terra que cultivava
com meus filhos
e não os deixastes
nem a nossos descendentes
mais que estes seixos
que nosso governo tomará também
como se diz
vamos!
escreve
bem no alto da primeira página
que não odeio os homens
que eu não agrido ninguém
mas... se me esfomeiam
como a carne de quem me despoja
e cuidado... cuida-te
de minha fome
e minha cólera.

Darwish entrou para o Partido Comunista, o único partido político na época em que um nacionalista árabe poderia atuar politicamente. Foi enviado a Moscou, para estudar, mas ao final dos estudos recusou-se a voltar a Israel (a URSS, junto com os EUA, foram os dois primeiros países a reconhecerem o Estado de Israel) e por isso foi expulso do PC e alistou-se nas fileiras da OLP, sendo enviado para o quartel de Yasser Arafat, em Beirute. Naquele tempo, converteu-se em poeta



¹Célebre tribo da Arábia

²Lenço com desenhos quadriculados, usado para cobrir a cabeça e que se tornou símbolo nacional palestino pela liberdade e independência.

³Originariamente, esse lenço é usado pelos camponeses para proteger a cabeça durante o trabalho no campo.

nacional da Palestina. Acompanhou a luta dos palestinos, as sessões do Conselho Nacional Palestino, e incendiava o povo palestino com seus versos, que ele mesmo declamava. Manteve uma grande proximidade política com Arafat, e foi quem escreveu a Declaração de Independência da Palestina, adotada na sessão de 1988 do Conselho Nacional por iniciativa de Arafat.

Mas logo depois Darwish rompeu com Arafat porque entendeu que ao adotar esse documento, o parlamento palestino no exílio aceitava, na prática, a idéia de estabelecer-se um Estado palestino lado a lado com o Estado israelense, apenas numa parte da Palestina, como Arafat propusera. A aliança entre os dois rompeu-se quando foram assinados os acordos de Oslo. Para Arafat, tratava-se de “o melhor acordo possível, na pior situação possível”. Darwish entendeu que Arafat concedera demais.

Nunca quis ser o poeta nacional. Não queria fazer poesia política; queria ser lírico, poeta do amor. Mas para qualquer lado para o qual se virasse, o longo braço do destino dos palestinos o alcançava e o arrastava de volta. Pela poesia, conseguiu o que não conseguira fazer por outros meios: unificar todas as fraturas e fragmentos que dividem ainda o povo palestino – na Cisjordânia, na Faixa de Gaza, em Israel, nos campos de refugiados e em toda a Diáspora. Os refugiados identificavam-se com Darwish porque era um deles e foi um guerreiro incansável contra a ocupação.

Dizem que seus poemas são carregados de ira, devido à injustiça cometida contra o povo palestino e contra cada filho da Palestina, individualmente. São carregados de saudade, do “café de minha mãe”, das oliveiras de sua aldeia, da terra dos antepassados. E são carregados de esperança de que a guerra chegue ao fim. Ele apoiava a paz entre israelenses e palestinos, baseada em justiça e respeito mútuo. E adotou o burrico como símbolo do povo palestino, porque é inteligente, paciente e sempre encontra meios para sobreviver. Para Darwish, o conflito entre israelenses e palestinos era “uma luta entre duas memórias”: a memória histórica da Palestina colide contra a memória histórica dos judeus. Só haverá paz quando um lado entender a memória do outro lado – seus mitos, suas saudades secretas, as esperanças, os medos.

Há oito anos, o então ministro da Educação de Israel, Yossi Sarid tentou incluir dois poemas de Darwish no currículo das escolas em Israel. Foi um escândalo, e o primeiro-ministro Ehud Barak decidiu que “o público israelense não está preparado para isto”.

Venham companheiros de correntes e tristezas
Caminhemos para a mais bela margem
Nós não nos submeteremos
Só podemos perder
O ataúde

A poesia épica de Mahmoud Darwish fazia um apelo direto aos palestinos a lutar, a orgulhar-se de sua batalha pela revolução palestina e por recuperar o seu território usurpado. Mas, no fundo, parecia estar dirigida a todos os povos do mundo, a quem fazia o mesmo chamado, a que não se deixassem abater, a que levantassem a cabeça e defendessem com unhas e dentes sua identidade e soberania. Além de épica, sua poesia era também histórica, porque relembra



Cultura

as batalhas enfrentadas pelos palestinos, as lutas contra o imperialismo e as forças de Israel, impedindo dessa forma que elas sejam apagadas da memória, evitando que caiam no esquecimento.

Confissão de um terrorista!

Ocuparam minha pátria
Expulsaram meu povo
Anularam minha identidade
E me chamaram de terrorista

Confiscaram minha propriedade
Arrancaram meu pomar
Demoliram minha casa
E me chamaram de terrorista

Legislaram leis fascistas
Praticaram odiado apartheid
Destruíram, dividiram, humilharam
E me chamaram de terrorista

Assassinaram minhas alegrias,
Seqüestraram minhas esperanças,
Algemaram meus sonhos,
Quando recusei todas as barbáries

Eles... mataram um terrorista!



Chamada da Tumba

(Em memória do massacre na cidade de Kafr Kassem, em 29 de outubro de 1956)

I
Minha morte aconteceu há oito anos
Tenho a mesma idade de meu pai
Chamamos a todos os viventes
A todos os que querem viver por muito tempo
Sobre a terra
Não debaixo dela
A todos os que querem
Que a trigo madure em seu campo
Semear e colher
Que a massa fermente em seus lares
Fazer o pão e comê-lo
Nós lhes pedimos: não durmam
Se querem viver por muito tempo
Sobre a terra
Não debaixo dela
Montem guarda... aqui o sol é de barro e miséria
Nossa idade se conta em anos de morte
Minha morte aconteceu há oito anos
Tenho a mesma idade de meu pai

II
 Dizemo-lhes
 Não queremos sobre nossas tumbas
 Nem água nem flores
 Nada está vivo aqui
 Apenas os casulos de víbora e os vermes
 Dizemo-lhes
 Não queremos roupas de luto
 Não há na tumba outra cor
 Que a preta
 Dizemo-lhes
 Não queremos canções tristes
 Intermináveis
 Dormimos aqui
 E nosso retorno é impossível
 Dizemo-lhes
 Cantem pela terra que permanece
 Rebelem-se
 Ensinem nossa história sombria
 Aos filhos
 A fim de que nosso sangue
 Permaneça na bandeira dos criminosos
 Como sinal de catástrofe
 Pedimos-lhes
 Protejam os fracos das balas
 Para que os que vivam fiquem salvos
 E os que nascerão no futuro
 Ainda goteja a fonte do crime
 Obstruam-na
 E permanecem vigilantes
 Prontos para o combate

Desafio

Atem-me
 Proibam-me os livros, os cigarros
 Obstruam minha boca com areia
 A poesia é sangue
 A água dos olhos
 Se imprime com as unhas
 As órbitas
 As adagas
 Clamarei seu nome
 No cárcere
 No banho, na pedreira
 Sob o látigo, a violência das correntes
 Um milhão de pássaros
 Sobre os ramos de meu coração
 Inventam o hino combatente



Cultura

A tradição cultural milenar

A poesia nos países árabes data do final do século VII, quando o lingüista al-Jalil estabeleceu as dezesseis métricas clássicas. No entanto, foi a partir do século XX que ela empalmou com as lutas dos povos árabes, tornando-se uma forma de expressão muito popular entre os guerrilheiros, os combatentes, os militantes políticos.

Na Palestina, a poesia acompanha os grandes momentos nacionais. Os poetas da geração de 1936, bem como os de 1948, já denunciavam os projetos de implantação sionista na região, desde as primeiras operações de compra de terras, o perigo que os ameaçava e a fundação do Estado de Israel. A estratégia sionista foi combatida pela poesia desde as suas origens, e os poetas de hoje continuam a resistência dos poetas anteriores. A maioria deles toca no problema da terra, um dos aspectos mais dramáticos para o homem palestino, seu distanciamento da terra, de suas raízes, do próprio fundamento de toda a identidade nacional. Esse é o tema de Fadwa Tuqan, considerada a diva da poesia palestina:

Basta-me morrer em meu país
Aí ser enterrada
Dissolver-me e aí reduzir-me a nada
Ressuscitar erva em minha terra
Renascer flor
Que alguma criança crescida em meu país arrancará
Basta-me estar no regaço de minha pátria
Estar perto dela como um punhado de poeira
Um raminho de grama
Uma flor



A partir dos anos 60, com o ressurgimento da resistência palestina, a poesia ganhou um caráter direto de combate. Sobretudo depois da guerra de junho de 1967, desatada pelo exército de Israel contra os países árabes e a ocupação de uma parte de seus territórios (Egito, Jordânia e Síria) a poesia passa a retratar com mais vigor e expressividade os resultados dessa agressão, a destruição das cidades, o problema dos refugiados, a ira contra os ocupantes, e com isso a poesia penetrou profundamente no seio da resistência e das massas, com um caráter de denúncia, de chamado à resistência, de emulação para que os palestinos não ficassem calados diante de tamanha brutalidade e injustiça. Com isso, a poesia ganhou enorme repercussão, dentro e fora do mundo árabe. No calor dos ataques israelenses e do fortalecimento da resistência palestina, começaram a circular por todos os lados, principalmente no Líbano, os folhetos com poemas de Samih Al Qassim, Mahmud Darwish e Tawfik Az-Zayad, avidamente lidos pela população. O choque produzido pela Guerra dos Seis Dias chamou a atenção para a causa palestina e fez com que a poesia palestina de combate se espalhasse por todo o mundo árabe e foi tamanha essa repercussão que fez nascer um novo setor dentro da literatura árabe: a poesia de resistência e dos poetas da terra ocupada. E, por meio da poesia, veio à tona todo o problema da arte e da cultura palestinas, que estava sendo abafada, esquecida e clausurada pelas forças militares e o esforço de propaganda do ocupante. Muita gente jovem se sentiu atraída e ávida por conhecer a história e a cultura palestinas, o que demonstra que a causa palestina é muito

mais do que um conflito localizado contra Israel, mas um problema global da revolução socialista mundial e da libertação efetiva do conjunto dos povos árabes de todas as formas de colonialismo e de exploração do homem pelo homem.

Samih Al Qassim nasceu em 1939 em Zarqah, margem oriental do rio Jordão. De família drusa, teve seu primeiro livro de poemas censurado e desde então ficou proibido de exercer a sua profissão, como professor. Condenado à prisão domiciliar em Haifa até 1969, data em que foi preso novamente, acusado por Israel de ter ajudado a alguns militantes a sabotar um oleoduto. Qassim hoje é considerado, junto com Darwich, um dos mais importantes poetas palestinos da nova geração.

No século vinte

Aprendi a não odiar
Durante séculos
Mas me obrigaram
A brandir uma flecha permanente
Diante do rosto de uma píton
A brandir uma espada de fogo
Diante do rosto do Baal demente
A transformar-me no Elias do século vinte

Aprendi
Durante séculos
A não proferir heresias
Hoje açoito os deuses
Que estavam no meu coração
Os deuses que venderam o meu povo
No século vinte

Aprendi
Durante séculos
A não fechar a porta diante dos hóspedes
Mas um dia
Abri os olhos
E vi minhas ovelhas roubadas
Enforcada a companheira da minha vida
E nas costas de meu filho
Sulcos de feridas
Então reconheci a traição de meus hóspedes
Semeei meu umbral com minas e punhais
E jurei em nome das cicatrizes
Que nenhum hóspede ultrapassaria meu umbral
No século vinte

Durante séculos
Não fui mais do que poeta
Assíduo freqüentador dos círculos místicos

Mas me transformei
Num vulcão em revolta
No século vinte!



Gritarei

Enquanto me restem algumas polegadas de terra
Enquanto me reste uma oliveira
Uma laranjeira
Um poço... um bosquezinho de cactus
Enquanto me restem lembranças
Uma pequena biblioteca
A foto de um antepassado... um muro
Enquanto restem em meu país palavras árabes
E cantos populares
Enquanto restem manuscritos de poemas
E os contos de Antar Al`Absi
As guerras do apelo nas comarcas de Roma e da Pérsia
Enquanto me restem olhos
Livros
Mãos
Enquanto me reste... alento
Gritarei de frente ao inimigo
Gritarei declaração de guerra
Em nome de homens livres
Operários, estudantes, poetas
Gritarei... e que os parasitas
E os inimigos do Sol
Se fartem do pão da vergonha
Enquanto me reste alento
E alento me restará
Minha palavra será o pão e a alma
Entre as mãos dos guerrilheiros

Salim Jabran é um dos principais promotores do novo movimento poético na Palestina ocupada. Tem muitos poemas escritos, mas poucos são aqueles que conseguem escapar da censura. Atualmente, Salim Jabran vive na Galiléia, proibido de sair de lá pelas autoridades israelenses. No poema **A geração dos acampamentos**, Jabran dedica seus versos aos palestinos exilados:

Posso sorrir
Mas permanecerá em meus olhos
A sombra das flores mortuárias
De um cipreste extraviado
Que continuou de pé entre os escombros das cidades
De meu país devastado
E que envolve o silêncio mais amargo

Por acaso a história destruiu um povo
Como fez com o meu?
Entregou sua terra... e lançou seus habitantes aos quatro ventos
Minha pátria adormeceu
Atrás dos suspiros do horizonte
E eu, eu estou aqui



Com os olhos sombrios, não por natureza
 Mas porque levam a sombra das tendas
 Meus lábios já não são como os lábios da criança
 Que chama as mulheres
 Agora são como um pão seco
 Já não chamam... não chamam

Meu país, eu te amo
 Ó meu país que deixei
 Sabes quem sou
 Meu pai morreu ontem e o enterramos
 No exílio
 Me deixou uma foto
 E uma história sobre a dignidade da juventude
 Viveu em ti e morreu no exílio
 Ele me infundiu teu amor
 E esta saudade poderosa

Vocês falam
 Da paz
 E eu, eu estou aqui
 Sem raízes
 Um teto suspenso no vazio
 Sou uma geração que cresce
 E se multiplica sob as tendas
 Escutem bem
 Que cresce
 E se multiplica sob as tendas
 Deixem as migalhas sobre suas mesas
 E me deixem dormir com fome e sede
 Mas que a história se ponha em guarda
 Ante a geração dos acampamentos



No poema intitulado **A Sartre**, Salim Jabran parece estar chamando a atenção do mundo para o que ocorre na Palestina. É um poema que, sozinho, fala de todas as agressões contra os povos palestinos, como se se referisse ao mais recente massacre de Israel na Faixa de Gaza.



Se degolam uma criança
 E seus verdugos atiram seu cadáver
 No lodo
 Ficarás com raiva?
 Que dirás tu?

Sou palestino
 Me degolam todo ano
 Todo dia
 Toda hora

Cultura

Vem
Observa bem a barbárie
Em toda a sua minúcia
São muitos os espetáculos
E o menor
É que meu sangue corre... corre

Fala
Por que te tornaste insensível?
Não tens nada a dizer?

Outro importante poeta da nova geração de combate é Zakara Mohammed, que vive em Ramallah e se dedica também a escrever peças teatrais. Toda a sua obra – poética e teatral – é dedicada a denunciar a ocupação israelense do território palestino.

Emigração

Todos foram embora
Em direção àquele lugar ao norte
Onde a grama cresce
Até a altura do peito
Deixaram atrás de si
Tiras de farrapos das roupas de seus filhos
E o varal de suas tendas
Foram embora
Suas crianças nos lombos das mulas
Seus jovens carregando cestos
E com os sinos de suas ovelhas
Eles eram como uma nuvem
Galgando o céu
Quanto mais eles penetravam na terra
Tanto mais expandiam-se suas sombras
Retornando em direção aos campos
Seus cães estavam emudecidos
Eles deviam ultrapassar a migração, então sentar-se
Com seus olhos vigiando
O movimento das sombras
Quando elas corriam de volta
Como um rio escuro.



Diante das adversidades, a poesia transcendeu a arte. Transformou-se numa maneira de resistir à limpeza étnica perpetrada por Israel e o imperialismo contra o povo palestino. Tornou-se uma forma de resistir a essa tentativa de anulação nacional e cultural que o ameaça e que os poetas insistem em fazer reviver e pulsar em cada palavra, cada verso, cada estrofe da poesia palestina de combate.■



Marxismo Vero